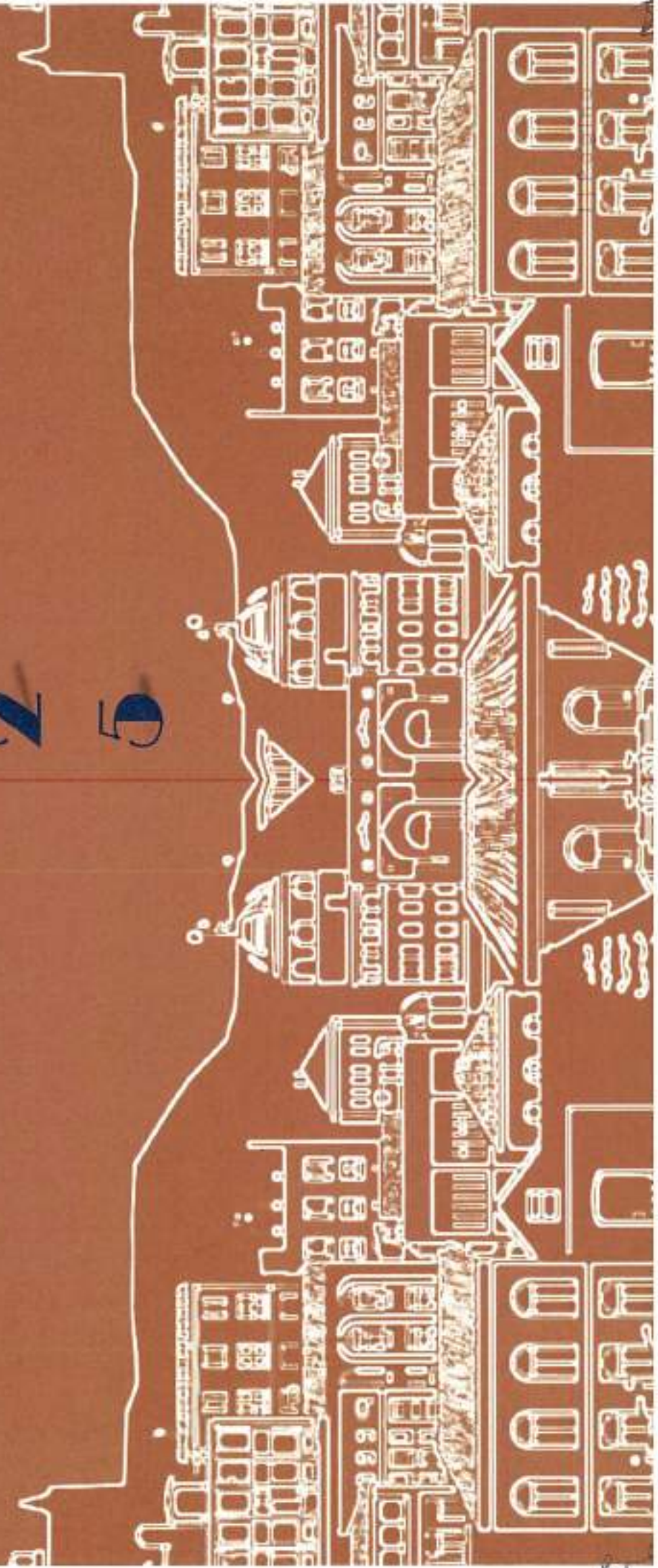




RELATÓRIO INTEGRADO

2025



01 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2025 representou, para a Porto Ambiente, um período de consolidação e maturidade. Se, em 2024, a Empresa assinalou um marco com a apresentação do seu primeiro Relatório Integrado, em 2025 afirmámos a capacidade da Empresa transformar planeamento em execução e compromisso em impacto na vida dos munícipes.

Desde a sua criação, a Porto Ambiente tem vindo a afirmar-se como agente mobilizador da cidade, promovendo a sustentabilidade ambiental e económica, a competitividade, o emprego e a coesão social. Em 2025, esse propósito traduziu-se no cumprimento dos objetivos previamente definidos e na reafirmação do compromisso que orienta diariamente a Empresa: servir o Porto com rigor e sentido de missão pública.

O ano ficou igualmente marcado por um contexto de transição de órgãos autárquicos, ocorrido em outubro. Este momento foi gerido com responsabilidade institucional e respeito pelo percurso consolidado da Empresa ao longo dos últimos anos, salvaguardando-se a cultura organizacional, reforçando-se a coesão interna e criando-se condições para desenvolver conjuntamente novas perspetivas e contributos. A nomeação



dos novos órgãos sociais, concretizada no primeiro fôlego de 2026, simbolizou o início de uma nova etapa que tem como objetivos, na continuidade da missão, a renovação da ambição e o reforço da contribuição da Empresa para o bem-estar dos colaboradores e do munícipe.

Entre os marcos mais relevantes de 2025, destacam-se o voto de louvor atribuído pela Assembleia Municipal, reconhecendo o trabalho desenvolvido, em particular o sucesso do processo de internalização da limpeza urbana; a certificação LEED da sede da Porto Ambiente, que consolida o posicionamento da Empresa

como referência em boas práticas ambientais; e a afirmação de um papel ativo na liderança setorial, através da organização do 3.º Fórum de Bioresíduos e do acolhimento do 7.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana, onde o projeto EcoPorto foi distinguido com o Prémio "Cidade+ 2025", na categoria "Inovação e Conhecimento".

No plano estratégico, iniciou-se a execução do projeto NORTE 2030, com um reforço significativo da frota e dos equipamentos de contentorização. Proseguiu-se igualmente a modernização operacional, através de um investimento de cerca de quatro milhões de euros na aquisição de dez novos veículos, mais eficientes e com menor impacto ambiental.

Foram ainda reforçadas parcerias estratégicas, nomeadamente com a Electrão – Associação de Gestão de Resíduos e com a ERP Portugal – Entidade Gestora de Resíduos, aprofundando a valorização de materiais e melhorando a resposta aos municípios na recolha de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE). Iniciou-se o projeto europeu Social Food Webs, integrando uma rede de oito regiões comprometidas com a prevenção do desperdício alimentar e lançou-se o programa "A sustentabilidade não tem idade", mobilizando a população

sénior para uma cidadania ambiental ativa, inclusiva e transformadora.

Em 2025, o desempenho financeiro traduziu-se num resultado líquido positivo de 395.652 euros, com uma taxa de execução orçamental de 98,11 % dos Gastos e 98,90 % dos Rendimentos, evidenciando rigor na gestão e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

O Conselho de Administração dá por encerrado este ciclo plenamente consciente de que os desafios ambientais, sociais e climáticos exigem ambição permanente e responsabilidade acrescida, mas sabendo que, com a confiança do acionista com quem trabalha numa ligação umbilical, com a confiança dos colaboradores cuja dedicação diária sustenta cada resultado alcançado e com a confiança dos parceiros, fornecedores e entidades reguladoras, a Empresa prosseguirá a sua atividade em busca da excelência e acima de tudo do melhor interesse da cidade e dos cidadãos.

Porque são os cidadãos do Porto, enquanto beneficiários diretos do serviço público que prestamos, quem dá sentido à nossa missão, é com e para eles que trabalhamos, pelo que reforçamos o objetivo da Empresa de, diariamente em contínua melhoria,

partilhar mutuamente conhecimentos e experiências, com vista ao seu bem-estar e à sustentabilidade da nossa cidade.

A Porto Ambiente inicia esta nova etapa com solidez institucional, visão estratégica e determinação clara: cuidar do Porto e dos seus munícipes, reforçando diariamente o seu contributo para o interesse público.

O Porto merece o nosso melhor — e é esse compromisso assumimos ao serviço da cidade.

O Conselho de Administração


Ana Catarina da Rocha Araújo
(Presidente)


José Pedro Mota da Silva Mendes
(Vice-Presidente)


Sofia da Costa Pinheiro de Sá Almeida
(Vogal)



02 ÍNDICE

01 Mensagem do Conselho de Administração	2	Partes interessadas	27
02 Índice	5	Identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais	29
03 Governança	8	06 Agenda de sustentabilidade	34
Descrição da Empresa	9	07 Ambiental	40
Missão, Visão e Valores	10	Políticas, ações e metas relativas às alterações climáticas	41
Fontes de Receita	10	Emissões	42
Composição dos Órgãos Sociais	10	Biodiversidade e ecossistemas	44
Gestão de riscos e controlos internos	11	Poluição	45
Eventos subsequentes	13	Consumo energético	47
Evolução da atividade, investimentos e resultados	15	Gestão dos resíduos urbanos	48
Aplicação dos resultados	17	Alterações climáticas	49
Contexto macroeconómico e perspetivas futuras	18	Recursos hídricos e marinhos	49
04 Administração e Sustentabilidade	21	Utilização dos recursos e economia circular	50
O papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	21	Limpeza do espaço público	57
Reporte de sustentabilidade	23	Alterações climáticas	58
Dever de diligência	23	Recursos hídricos e marinhos	58
Estratégia, modelo de negócios e cadeia de valor	24	Utilização dos recursos e economia circular	60
Sistema integrado de gestão	25	Pacto do porto para o clima	61
Demonstrações financeiras por setor das ESRS	26	Alterações climáticas	62
05 Materialidade	27	Unidade de fiscalização e sensibilização	62
		08 Social	63
		Recursos humanos	64

09 Políticas, cultura e ética empresarial	Situação perante o estado e a segurança social	82
10 Contratação pública	18 Balanço – em 31 de dezembro de 2024 e 2025	83
Ações, metas e resultados das Compras e Aprovisionamento		71
Relação com fornecedores	19 Demonstração dos resultados por naturezas – para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2025	84
Compras públicas ecológicas – ECO360		72
Práticas de pagamento	20 Demonstração dos fluxos de caixa – para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2025	84
Fontes de financiamento – Projetos		73
11 Comunicação e imagem	21 Demonstração das alterações no capital próprio – para o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024	85
12 Ecolinha		78
13 Execução orçamental	22 Anexo às demonstrações financeiras – do período findo em 31 de dezembro de 2025	86
14 Cumprimento dos indicadores de eficácia e eficiência – relativo ao ano de 2025	Nota 1 – Identificação da entidade	85
	Nota 2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	87
15 Análise dos critérios para 2025 – constantes do artigo 62.º da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto	Nota 3 – Principais políticas contabilísticas	89
	Nota 4 – Fluxos de caixa	100
16 Endividamento	Nota 5 – Partes relacionadas	101
	Nota 6 – Ativos intangíveis	103
17 Divulgações obrigatórias	Nota 7 – Ativos fixos tangíveis	103
Participações detidas por acionista	Nota 8 – Locações	104
Existência de sucursais da sociedade	Nota 9 – Imparidade de ativos	108
Aquisição ou alienação de quotas próprias	Nota 10 – Inventários	108

2

Nota 11 – Rédito	109
Nota 12 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	110
Nota 13 – Acontecimentos após a data de balanço	110
Nota 14 – Impostos sobre o rendimento	111
Nota 15 – Instrumentos financeiros	112
Nota 16 – Subsídios ao investimento	113
Nota 17 – Outras divulgações	114

23 Certificação Legal das Contas – Relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2025	118
---	------------

24 Relatório e Parecer do Fiscal Único – Relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2025	119
---	------------

25 Considerações finais	120
--------------------------------	------------

26 Índice ESRS	121
-----------------------	------------

Handwritten signature



03 GOVERNANÇA

O presente Relatório refere-se à atividade da Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M. S.A. (doravante Porto Ambiente ou Empresa) no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, visando abranger o reporte de informação financeira e de sustentabilidade.

A presente secção visa dar cumprimento aos deveres de informação e transparência previstos no enquadramento legal aplicável ao setor empresarial local, no qual a Porto Ambiente se insere, designadamente ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Nos termos das disposições legais da Lei 50/2012, de 31 de agosto, a qual estabelece o atual regime jurídico da atividade empresarial local, mais concretamente em conformidade com o seu artigo 42.º, conjugado com a alínea f) do número 1 do artigo 14.º dos estatutos da Porto Ambiente, submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Geral da Empresa, o relatório e contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2026.

Numa lógica de melhoria contínua e conscientes do nosso papel enquanto agente mobilizador, a Porto Ambiente apresenta o Relatório Integrado relativo ao exercício de 2025, cuja estrutura e conteúdos foram fortemente inspirados pelos princípios e orientações subjacentes à Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (CSRD – Corporate Sustainability Reporting Directive). Não obstante essa inspiração e alinhamento progressivo, importa clarificar que o presente relatório não constitui, nem pretende constituir, uma declaração de conformidade plena com o quadro normativo estabelecido por aquela Diretiva, representando antes um passo consistente no percurso de aproximação às melhores práticas europeias em matéria de reporte de sustentabilidade.

O reporte da informação aqui apresentada segue as orientações das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), que especificam os requisitos de divulgação com base na realização de uma análise de dupla materialidade, detalhada no Capítulo 03 – Materialidade.

A Porto Ambiente partilha voluntariamente o seu progresso nas dimensões ESG — ambiental, social e de governação — demonstrando o elevado grau de compromisso assumido perante as suas partes interessadas.

DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A Porto Ambiente é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de âmbito municipal, dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira. Foi constituída por escritura pública celebrada em 27 de janeiro de 2017, na sequência das deliberações da Câmara Municipal do Porto e da Assembleia Municipal do Porto, tomadas nas respetivas reuniões de 19 e 21 de julho de 2016.

Tem por objeto social, por delegação do Município do Porto, a gestão de resíduos urbanos, a limpeza do espaço público, bem como a coordenação e operacionalização das atividades no âmbito do Pacto do Porto para o Clima.

O capital social, no montante de 3 265 566 euros (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros), encontra-se representado por 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações, com o valor nominal de 1 (um) euro cada.

O contrato de gestão delegada, celebrado pelo prazo de quinze anos, estabelece o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto, das seguintes competências:

- Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- Cumprir com o Plano de Ação (atualmente PAPERU), de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (atualmente PERSU 2020+);
- Gerir, de forma integrada e adequada, a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- Assegurar e definir com o Município do Porto o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica;
- Articular com a LIPOR o encaminhamento dos resíduos de forma a assegurar o tratamento dos mesmos em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A missão da Porto Ambiente é a melhoria contínua da eficácia do sistema de gestão e recolha de resíduos e de limpeza do espaço público, tendo como base os princípios de qualidade do serviço, rigor e transparência. Esta missão, é orientada pelos seguintes valores, que fornecem direção e propósito à organização:



FONTES DE RECEITA

- Récito e a receita foram e serão realizados mediante as seguintes fontes:
 - Receitas próprias, na sua generalidade resultantes da aplicação da tarifa de gestão de resíduos urbanos. A referida tarifa é definida pelas entidades gestoras, sujeita a parecer pelo regulador (ERSAR) e aprovada pelo município, visando

refletir a remuneração dos custos incorridos com a prestação da atividade de gestão dos resíduos urbanos, em cenário de eficiência;

- Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários;
- Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público;
- Subsídio à exploração, no âmbito do Pacto do Porto para o Clima (neutralidade carbónica);
- Outras receitas próprias, em função da prestação de outros serviços complementares e/ou acessórios à Gestão de resíduos urbanos ou Limpeza do espaço público.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Órgão	Função	Nome
Assembleia Geral	Representante do Município	Mário Jorge de Oliveira Rebelo
	Presidente do meio	Sora Filipa Monteiro Machado
	Secretaria	Claudia Cristina Pimenta Carneiro
	Secretário	Sérgio Martins Vieira-da-Cunha
Conselho de Administração	Presidente	Ana Catarina da Rocha Araújo
	Vice-Presidente	José Pedro Maia da Silva Mendes
	Vogal	Sofia da Costa Pimenta de Sá Azevedo
Fiscal limito	Eletivo	Fernão Moran & Associados, SROC, S.A. representada por: José Fernando Abreu Rebouças
	Suplente	Patrícia Alexandra Fraga Cardoso

crédito e, no caso da tarifa, limitada ao período de crédito das Águas do Porto e em parceria com os serviços da Gestão de Clientes daquela entidade.

O risco de liquidez está presente na medida em que as fontes de financiamento da Empresa são limitadas e com reduzido nível de elasticidade por parte da Porto Ambiente. A monitorização e gestão deste risco por parte da Empresa resulta de um adequado nível de planeamento e análise financeira, sendo fundamental a negociação contratual com fornecedores, quer ao nível da contratualização dos "fontes de financiamento", quer por via dos Contratos Programa celebrados com o Município, do contrato com as Águas do Porto e, mais recentemente, dos financiamentos externos por via de contratos de locação financeira.

A execução das duas grandes atividades operacionais da empresa, a Gestão de Resíduos Urbanos (GRU) e a Limpeza do Espaço Público (LEP), obriga à existência de uma capacidade instalada relevante, nomeadamente ao nível de viaturas e equipamentos e de recursos humanos. O facto de as viaturas recorrerem necessariamente de suspender a operação, por motivos de manutenção, assim como o nível de absentismo do

setor, são fatores que constituem um risco operacional relevante. Além destes, a operação poderá também ser condicionada com eventos climáticos adversos e possíveis avarias nos equipamentos. O acompanhamento permanente das atividades operacionais por parte de uma equipa de manutenção e gestão de frota transversal à Empresa e da equipa de recursos humanos é crucial para a redução dos riscos aqui referidos.

O risco de conformidade legislativa está presente pela constante alteração e atualização da legislação, regulamentação e diretrizes. Para mitigar este risco é fundamental o constante apoio e presença de uma equipa de juristas internos que acompanham a atividade da empresa como um todo.

Por fim, os riscos reputacionais podem emergir da eventual interrupção, ainda que temporária, da prestação de serviços, da degradação dos níveis de qualidade percebida, do aumento de reclamações, da instauração de ações judiciais ou da ocorrência de constrangimentos financeiros.

Importa salientar que, no contexto de uma empresa municipal responsável por serviços de interesse geral, a exposição reputacional encontra-se particularmente sensível a fatores

externos e, por vezes, alheios à esfera de controlo direto da Empresa — designadamente condições meteorológicas adversas, perturbações nas cadeias de fornecimento, indisponibilidade de infraestruturas externas ou estrangimentos operacionais sistémicos.

Mesmo quando tais circunstâncias não sejam imputáveis à Porto Ambiente, a impossibilidade, ainda que momentânea, de assegurar a execução plena da atividade ou de garantir os níveis de eficácia expectáveis pode impactar negativamente a perceção pública do serviço prestado, afetando a confiança dos munícipes, dos parceiros institucionais e demais partes interessadas.

O conjunto destes riscos deve ainda ser enquadrado num contexto mais amplo, como o das alterações climáticas, que comportam fenómenos extremos suscetíveis de provocar inundações e outras ocorrências passíveis de interromper a operação. Acresce igualmente a necessidade de assegurar uma conduta empresarial rigorosa, pautada pelo cumprimento do quadro legal aplicável e por uma atuação diligente na identificação, avaliação e mitigação dos riscos identificados.

Neste contexto, a gestão do risco reputacional assume natureza transversal, exigindo monitorização contínua, capacidade de resposta célere, comunicação transparente e reforço permanente dos mecanismos de prevenção e mitigação.

EVENTOS SUBSEQUENTES

No contexto de crescente volatilidade geopolítica e das respetivas consequências económicas, a Porto Ambiente tem vindo a adotar um conjunto de medidas preventivas e de mitigação, descritas de forma sintética nos pontos seguintes:

- **Monitorização Contínua:** A Porto Ambiente mantém um acompanhamento permanente da evolução do contexto político, económico e financeiro internacional, num cenário marcado por instabilidade geopolítica, tensões comerciais e reconfiguração das cadeias de valor globais. Para além da persistência dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, a Empresa acompanha igualmente os impactos decorrentes de decisões de política económica e comercial adotadas por grandes blocos económicos, cujas medidas em matéria de tarifas, restrições tecnológicas e políticas industriais têm produzido efeitos indiretos nos mercados internacionais.

Esta monitorização, avalia potenciais impactos nas cadeias de abastecimento, na disponibilidade e custo de equipamentos e viaturas, na volatilidade cambial e na evolução dos preços da energia e dos combustíveis. Embora o choque energético verificado em 2022 tenha sido particularmente expressivo, a manutenção de níveis de incerteza elevados exige uma vigilância contínua, tendo em vista antecipar riscos e mitigar efeitos adversos na estrutura de custos e na capacidade de investimento da Empresa.

▪ **Diversificação de fornecedores e acompanhamento da cadeia de abastecimento:** Embora a atividade da Porto Ambiente não dependa diretamente de matérias-primas críticas, subsiste exposição indireta através de fornecedores estratégicos, designadamente de equipamentos, viaturas e componentes técnicas especializadas. Neste contexto, e não obstante as especificidades técnicas de determinados bens e os constrangimentos decorrentes do regime da contratação pública, a Empresa tem procurado, sempre que possível, diversificar fornecedores e reforçar o acompanhamento do desempenho dos seus parceiros, mitigando riscos de dependência excessiva ou de disrupção na cadeia de abastecimento.

▪ **Capacidade de adaptação e resposta:** A Porto Ambiente tem vindo a demonstrar capacidade de adaptação às mudanças do contexto externo, ajustando prioridades estratégicas e operacionais sempre que necessário. Tal pode implicar a reavaliação de metas, a reafetação de recursos a áreas críticas ou a racionalização de despesas não essenciais, assegurando, em qualquer circunstância, a continuidade e a qualidade do serviço público prestado.

▪ **Sustentabilidade e planeamento de médio e longo prazo:** A Empresa elabora instrumentos de gestão previsional com horizonte temporal entre quatro e cinco anos e opera ao abrigo de um contrato de gestão delegada com duração de quinze anos. Este enquadramento confere estabilidade estrutural e previsibilidade financeira, permitindo a definição de estratégias orientadas para a sustentabilidade económica, ambiental e operacional, evitando decisões assentes exclusivamente em lógicas de curto prazo.

▪ **Gestão integrada de riscos:** A Porto Ambiente incorpora uma abordagem estruturada e transversal à gestão de riscos, que contempla a identificação, avaliação e mitigação dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e reputacionais, incluindo os de natureza geopolítica. Esta atuação visa salvaguardar a

solidez financeira da Empresa e garantir capacidade de resposta a eventos adversos, sem comprometer os objetivos de eficiência, qualidade e responsabilidade pública.

Em adição ao anteriormente mencionado, não são conhecidos outros eventos que alterem a apresentação de contas ilustrada neste documento e respetivas peças e anexos.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE, INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Em 2025, a Porto Ambiente consolidou a sua intervenção nas diversas áreas de atuação que lhe estão delegadas, reafirmando o seu posicionamento enquanto entidade de referência no seu âmbito de intervenção. Num contexto exigente e em permanente transformação, a Empresa procurou, não apenas cumprir as responsabilidades que lhe estão acometidas, mas também elevar padrões de qualidade, eficiência e inovação na prestação do serviço público.

Os objetivos definidos para o exercício foram orientados por uma visão estratégica clara, assente na sustentabilidade operacional, na solidez financeira e na criação de valor para a cidade. Os indicadores apresentados em seguida evidenciam, de forma agregada, o alinhamento entre planeamento, execução e resultados alcançados.



- O período de 2025 registou um crescimento global de 0,17%, contribuindo para este resultado o aumento da fração indiferenciada em 0,41% e uma diminuição da fração seletiva em -0,50%;
- Além de anfitriã do 7.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana, a Porto Ambiente foi distinguida, nos Prémios Cidade+, na categoria de "Inovação e Conhecimento", com o projeto EcoPorto, uma referência nacional em práticas de circularidade pelo inegável contributo que tem dado para a economia local;
- Em 2025, a Porto Ambiente obteve aprovação da sua candidatura ao Aviso NORTE2030-2024-27, para consolidação e expansão dos serviços de recolha seletiva de resíduos no concelho do Porto, estando prevista nomeadamente, no âmbito da candidatura, a aquisição de oito viaturas;
- A parceria entre a Porto Digital e a Porto Ambiente, resultou na criação da Plataforma "Baixa Resíduos", a qual contribui para uma maior aproximação ao cliente Porto a Porto, permitindo que este nos contacte através de uma interface, onde pode: pedir sacos, substituição de contentores e consultar os horários

- de passagem das nossas viaturas, nos arruamentos onde estes exercem atividade, etc;
- Em parceria com a FEUP, no final de 2025, iniciou-se a implementação do projeto-piloto UC14SmartCity, na sequência do trabalho desenvolvido pela Porto Ambiente para a criação de um Índice de Limpeza Urbana (ILU) – cujo objetivo é desenvolver uma ferramenta inovadora suportada em ciência de dados e inteligência artificial, integrando soluções de digitalização que possibilitam a monitorização automática e precisa da qualidade da limpeza urbana;
- Em termos de limpeza urbana, foram varridos, manual e mecanicamente, 170 760 quilómetros lineares, mais 1 413 do que no ano anterior, considerando-se mais um objetivo cumprido, com 98,45% do serviço de varredura planeado;
- A equipa de limpeza de fachadas foi responsável por 19 279 intervenções, as quais resultaram em 567 641m² de área vandalizada limpa.

transitados, pelo montante de 375 869,58 Euro (trezentos e setenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos).

CONTEXTO MACROECONÓMICO E PERSPETIVAS FUTURAS

A atividade e desempenho da Porto Ambiente, como a de qualquer empresa, é diretamente condicionada pelo contexto macroeconómico que a envolve, motivo pelo qual é pertinente considerar os dados económicos e políticas reguladoras que impactam ou podem impactar, direta ou indiretamente, os seus custos operacionais, receitas e investimentos futuros e, como tal, as suas operações e respetivo desempenho.

A previsão inicial do crescimento da economia portuguesa apontava para os 2,0%, tendo registado, numa primeira estimativa, um crescimento de 1,9%. Assim, a economia portuguesa continua a crescer a um nível moderado, apesar de um contexto marcado por tensões comerciais e pela reconfiguração do comércio internacional, apreciação do euro, normalização gradual das condições monetárias e redução

projetada das pressões inflacionistas externas, incluindo preços energéticos em euros, cujos impactos têm abrandado pela "[...] alívio das condições financeiras, pelo aumento dos fundos da UE e pela orientação expansionista da política orçamental.".

O mercado de trabalho permanece resiliente, embora seja previsível um abrandamento do crescimento do emprego nos próximos anos, num contexto de constrangimentos demográficos. Segundo o Banco de Portugal, os salários por trabalhador deverão crescer - cerca de 5% em 2025, 4,1% em 2026 e 3,7% em 2027-2028. Em face do número de colaboradores que a Porto Ambiente tem sob a sua alçada, este contexto traduz-se numa pressão estrutural sobre a massa salarial, independentemente da estabilização da inflação global.

O setor do turismo continuará a desempenhar um papel crucial na economia nacional. Especificamente na cidade do Porto, os dados da Paradata² relativos a 2025 ainda não estão publicados, mas os elementos disponíveis demonstram que o crescimento dos últimos anos ultrapassou níveis pré-pandemia, tendo-se registado

¹ https://www.ine.pt/portal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUES_dest_boui=706215126&DESTAQUESmodo=2
² <https://tratatos.paradata.pt/turismo/porto>

6 279 499 dormidas no município do Porto, relativos a 2024.

Segundo dados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)³, a região do Turismo do Porto e Norte de Portugal voltou a afirmar-se como o principal destino turístico dos portugueses em 2025, liderando o ranking nacional de dormidas e hóspedes residentes e crescendo acima da média do país nos principais indicadores, tendo o Aeroporto Francisco Sá Carneiro movimentado mais de 17 milhões de passageiros em 2025, “[...] um valor recorde que reforça a capacidade da região para atrair novos mercados e distribuir fluxos turísticos”.

O aumento das dormidas e da taxa de ocupação implica, maior produção de resíduos urbanos, maior utilização de papeléis e equipamentos urbanos, intensificação das necessidades de varredura e lavagem, maior desgaste de pavimentos e mobiliário urbano e maior concentração de resíduos em zonas turísticas específicas, pelo que este dinamismo e atratividade pela cidade, se traduzem em desafios para a Empresa, desafios esses a que a Empresa continua a dar cabal resposta.

O enquadramento internacional mantém-se marcado por tensões comerciais, pela reconfiguração dos fluxos globais e apreciação do euro, embora com redução das pressões inflacionistas externas e condições financeiras relativamente estáveis. A inflação na área do euro, segundo o Banco de Portugal, deverá reduzir-se para 2,1% em 2025, 1,9% em 2026 e 1,6% em 2027, fixando-se em 2,0% em 2028. Não se antecipam ruturas macroeconómicas, mas persiste um ambiente de incerteza que recomenda prudência na gestão financeira e no planeamento de investimento.

Em respeito com o plano de investimento e compromissos contratuais assumidos, não existindo à data indícios que comprometam a sua continuidade, a Porto Ambiente espera, em 2026:

- Aumentar os níveis de satisfação e de qualidade dos serviços prestados;
- Aumentar os níveis de serviço, produtividade, eficiência e qualidade dos processos.

³ <https://trnews.pt/porto-e-norte-de-portugal-lidera-turismo-interno-e-cresce-acima-da-media-nacional-em->

2025/#:~:text=Porto%20e%20Norte%20de%20Portugal%20lidera%20turismo,cresce%20acima%20da%20m%C3%A9dia%20nacional%20em%202025.

- Aumentar a aposta na circularidade e na prevenção da produção de resíduos, bem como em novas tecnologias e metodologias para separação de diferentes resíduos

Com estas apostas, é primordial motivação da Porto Ambiente contribuir para a melhoria da qualidade de vida no Município do Porto, bem como para a redução dos custos da atividade imputados ao consumidor.

Tendo por base este enquadramento e as políticas de gestão do risco implementadas, não temos conhecimento de quaisquer eventos relevantes que coloquem em causa o pressuposto de continuidade das operações, tendo em consideração, desde logo, os potenciais impactos decorrentes do atual contexto económico, despoletado pelos dois anos de pandemia, subsequente invasão russa do território ucraniano e mais recentes conflitos que proliferam no médio Oriente, reflexão essa que mereceu particular destaque na secção seguinte.



04 ADMINISTRAÇÃO E A SUSTENTABILIDADE

O PAPEL DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIREÇÃO E DE

SUPERVISÃO

ESR1.2 GOV-1 | PAPEL DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIREÇÃO E DE SUPERVISÃO

Em conformidade com o disposto no número 8 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os membros da Assembleia Geral não são remunerados, enquanto o Conselho de Administração da Porto Ambiente é composto por dois membros executivos remunerados e um presidente não executivo, à luz do número 4 da referida Lei.

No decorrer do ano de 2025, o Conselho de Administração era composto pelo género feminino em 33,33% e também em 33,33% por membros não executivos.

Os órgãos de administração da Porto Ambiente são estruturados em três funções gerais, em prol da prossecução de um melhor serviço público, transparente e eficiente, através do alinhamento e definição de boas práticas, em que:

- Compete à **Assembleia Geral**, designar ou destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração, bem como

orientar e designar as metas de promoção do desenvolvimento local a desenvolver pela Empresa através dos contratos programa;

- Competem ao **Conselho de Administração** os mais amplos poderes de gestão de empresa previstos na lei, designadamente:
 - o Administrar o património da empresa;
 - o Nomear titulares para cargos de direção;
 - o Elaborar os planos plurianuais e anuais de atividade, de investimento e financeiros, orçamentos anuais de investimento e de exploração e de tesouraria, bem como o balanço previsional;
 - o Elaborar o relatório e contas do exercício;
 - o Propor à Câmara Municipal do Porto os preços e tarifas a praticar pela empresa;
 - o Celebrar contratos de gestão, protocolos de colaboração e outros contratos com outras entidades, quer públicas ou privadas, no âmbito da atividade e para a prossecução dos objetivos;

- o Aprovar os regulamentos internos e diretrizes adequadas ao bom funcionamento da empresa, bem como definir a organização interna correspondente aos departamentos e serviços de apoio;
- o Por delegação do Município do Porto, instaurar processos de contraordenação por violação das normas legislativas e regulamentares que regem o serviço público a cargo da empresa;
- o Prosseguir as orientações, objetivos e metas determinadas em Assembleia Geral e as vertidas em contratos programa celebrados com o Município do Porto;
- Compete ao **Fiscal Único** a fiscalização, participação e emissão de pronúncia acerca da atividade da empresa.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela supervisão estratégica dos impactos, riscos e oportunidades associadas à atividade da Empresa, assegurando o seu enquadramento nas orientações definidas. Compete à direção intermédia a comunicação, acompanhamento e gestão desses impactos ao nível operacional, garantindo a sua adequada implementação e monitorização no terreno. Esta

responsabilidade insere-se no âmbito das competências gerais de gestão e supervisão do Conselho de Administração, não implicando, por si só, alterações aos respetivos mandatos nem às políticas conexas em vigor.

A Porto Ambiente não dispõe, atualmente, de um comité específico dedicado às matérias de sustentabilidade ou gestão de riscos. Contudo, estas matérias encontram-se plenamente integradas no modelo de governação da Empresa.

Os impactos identificados, bem como os riscos e oportunidades associados à atividade, são apresentados e analisados em sede de reunião do Conselho de Administração, com base nos contributos técnicos dos diversos departamentos, nos relatórios produzidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e nas conclusões das auditorias internas e externas realizadas para efeitos de manutenção das certificações em vigor.

Este processo articula-se com os mecanismos de controlo interno e compliance, assegurando que a identificação, avaliação e mitigação de riscos são efetuadas de forma sistemática, documentada e alinhada com o enquadramento legal e regulamentar aplicável.

Na sequência dessa apreciação, são definidas medidas e procedimentos destinados a mitigar impactos negativos e a reduzir riscos materiais, os quais são posteriormente comunicados aos quadros dirigentes — designadamente diretores e coordenadores — para implementação nas respetivas áreas de atuação, garantindo rastreabilidade e responsabilização.

No âmbito das operações, a Porto Ambiente reafirma o seu compromisso com a sustentabilidade pela abordagem estratégica destinada a garantir que as práticas e decisões são alinhadas com os princípios da sustentabilidade.

Desta forma, a Porto Ambiente não cumpre apenas a função de garantir um Porto limpo, como se posiciona também como um exemplo de responsabilidade e inovação na gestão ambiental.

REPORTE DE SUSTENTABILIDADE

8815 2 GOV-2 | INFORMAÇÕES PRELIMINARES E QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE AUTORIDADADES PELA CIRCULAR DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIREÇÃO E DE SUPERVISÃO DA EMPRESA

O reporte de sustentabilidade, encontra-se integrado na Direção Financeira, que sincroniza as informações das restantes áreas, assegura a divulgação dos tópicos de atuação e o alinhamento e integração das políticas e diretrizes de sustentabilidade, com

reporte semestral dos impactos, riscos e oportunidades ao Conselho de Administração.

As avaliações constantes dos impactos ambientais desempenham um papel crucial na atividade da Empresa e, como tal, são apresentadas de forma sistemática, para garantir a sua atualização contínua e a eficácia das políticas, ações, métricas e metas adotadas.

DEVER DE DILIGÊNCIA

8815 2 GOV-4 | DECLARAÇÃO SOBRE O DEVER DE DILIGÊNCIA

A Porto Ambiente reconhece que a implementação de um dever de diligência robusto fortalece a responsabilidade em relação aos impactos nas pessoas e no ambiente. A tabela infra sistematiza os elementos essenciais do dever de diligência com os pontos pertinentes das nossas declarações de sustentabilidade

ESTRATÉGIA, MODELO DE NEGÓCIOS E CADEIA DE VALOR

ESRS 2 SM-1 | Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor

Integrar o dever de diligência na governação, na estratégia e no modelo de negócios

A Porto Ambiente incorpora na gestão e na sua missão as melhores práticas de sustentabilidade, com recurso a políticas e ações estratégicas e operacionais

Dialogar com as partes interessadas afetadas em todas as etapas essenciais do dever de diligência

Através da Linha Porto, comunicações eletrónicas, reuniões pré-agendadas e inquéritos, a Porto Ambiente garante que todas as partes interessadas tenham voz no processo de gestão e definição de impactos, riscos e oportunidades

Identificar e avaliar os impactos negativos e tomar medidas para dar resposta a esses impactos negativos

No capítulo 05 Materialidade, encontra-se descrito de forma sucinta o processo de identificação dos impactos, riscos e oportunidades identificados, bem como os resultados obtidos, no decurso da aplicação do questionário realizado em 2024. Por forma a mitigar os impactos negativos, a Porto Ambiente dispõe de ações, políticas e metas que podem ser consultadas ao longo do presente Relatório.

Acompanhar a eficácia destas ações e respetiva comunicação

A Porto Ambiente ainda dispõe de um sistema formal de avaliação dos impactos, riscos e oportunidades identificados, contudo, algumas metas e métricas conseguem ser avaliadas pela natureza inerente à atividade que a caracteriza, como é exemplo a evolução da recolha seletiva, divulgações nos relatórios de execução orçamental bem como no relatório integrado.

A sustentabilidade está intrinsecamente presente na atividade da Empresa logo, adequa as suas ações em conformidade com os princípios ambientais, sociais e de governança, incumbindo à Porto Ambiente a prestação de serviços em matéria da recolha e gestão dos resíduos urbanos, a limpeza do espaço público e a definição da estratégia para a neutralidade carbónica, no Município do Porto.

17 **MATERIAS-PRIMEIRAS**

Comunidade

- Mixado da União Europeia para Cidades Inteligentes e Neutras em Clima
- EcoPorto: Centro para a Circularidade da Cidade do Porto
- Projeto WAKE UP! (Wider Approach to Keep Engaged citizens on sustainable Urban Policies
- Criação de parcerias nacionais e internacionais
- Sensibilização e inclusão social

13 **CLIMA**

Compromisso Verde

- Neutralidade Carbónica 2030
- Frotta elétrica ou com menores emissões de carbono
- Promoção de comportamentos sustentáveis
- Menos recursos, mais eficiência e menor impacto ambiental
- Aumentar a taxa de separação

12 **TRANSIÇÃO JUSTA**

Resultados Sustentáveis

- Aumentar a taxa de separação
- Menos recursos, mais eficiência e menor impacto ambiental
- Economia circular
- Compras públicas ecológicas e sustentáveis
- Promover comportamentos mais sustentáveis



SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

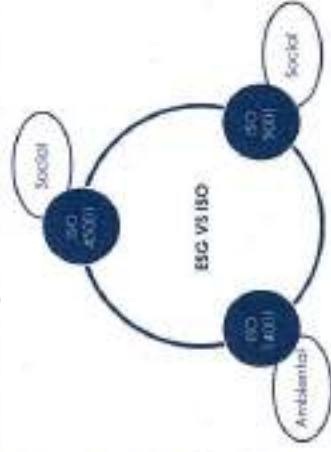
A transição, ocorrida em 2024, para um modelo de reporte em alinhamento com os critérios ambientais, sociais e de governança, em conformidade com a Diretiva de Relato Não Financeiro ESG – CSDR 2023/24 da União Europeia, consolida a estratégia do compromisso anteriormente assumido no Pacto do Porto para o Clima pela Porto Ambiente e como Cidade Missão pelo Município.

A Porto Ambiente presta serviços no âmbito da Gestão de resíduos urbanos e da Limpeza urbana, previstos pelo contrato de gestão delegada, em regime de exclusividade válido por quinze anos, por delegação do Município do Porto e, como tal, não existem alterações no período de reporte.

Assumindo o compromisso com a sustentabilidade, representam-se as conquistas de normas de normalização, designadamente ISO 45001 – Saúde e Segurança Ocupacional; ISO 9001 – Gestão de Qualidade; e, ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental, emitidas pela Organização Internacional de Normalização face aos indicadores ambientais, sociais e de governação (ESG), criados para medir o desempenho da Empresa.

Os sistemas de gestão agora implementados, designadamente ISO 9001, respeitante à qualidade, ISO 14001, relativo ao ambiente e, ISO 45001, relativo à segurança e saúde no trabalho, estão estruturados para funcionar de forma integrada, como de um só sistema se tratasse, contribuindo para o aumento da eficiência operacional, tendo em conta que a compilação de todas as informações e responsabilidades associadas, facilita a comunicação e a sua compreensão por todos, bem como diminui os riscos e reduz a má implementação das regras e a má utilização dos equipamentos.

Mais do que símbolos de reconhecimento ou distinções, estas certificações representam o reconhecimento do empenho, rigor, organização e excelência no trabalho realizado diariamente por todos os colaboradores da empresa, em prol da cidade e do meio ambiente, conforme esquematizado no Processo de Gestão Estratégica e Melhoria aprovado pelo Conselho de Administração, e que se representa da seguinte forma:



Durante este ano, e em conformidade com a norma ISO 9001, a Porto Ambiente avaliou, uma vez mais, a satisfação dos seus clientes e municípios relativamente aos serviços prestados, através da realização de um questionário, para o qual foi contratada uma empresa especializada em estudos de mercado. Este estudo teve como objetivo avaliar a satisfação dos seus clientes, tanto empresas como particulares, em relação à qualidade dos serviços prestados – que incluem a recolha de resíduos e a limpeza do espaço público – com vista à melhoria contínua e à oferta de um serviço de excelência.

O questionário abrangeu diversas temáticas, tais como níveis de ruído, constrangimentos ao trânsito, limpeza e capacidade dos contentores, bem como o comportamento dos funcionários, entre outros aspetos. Apesar de ainda haver áreas a melhorar na qualidade do serviço prestado pela Porto Ambiente, os resultados obtidos foram, de forma geral, positivos.

Não obstante, no ano de 2026 mostra-se do melhor interesse da Empresa proceder a um ajustamento das perguntas e do público inquirido para evitar enviesamentos nos resultados e procurar obter uma informação mais consonante com a visão global que a cidade tem da Porto Ambiente, bem como uma melhor perceção das melhorias a implementar nas operações e restante

atividade da Empresa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS POR SETOR DAS ESRs

ESRS SSM-1 | ESTRATÉGIA, MODELO DE NEGÓCIO E CRIAÇÃO DE VALOR

Segundo o preconizado no número 40 da norma, a Empresa deve divulgar uma repartição das receitas totais, tal como incluídas nas suas demonstrações financeiras por setor significativo das ESRs, conciliando-as, sempre que aplicável, com as informações comunicadas por segmentos, assim como com uma lista dos setores adicionais das ESRs para além dos referidos, tais como atividades que dão origem a receitas entre empresas em que desenvolve atividades significativas ou em que está ou pode estar ligada a impactos materiais.

A identificação destes setores adicionais das ESRs deve ser coerente com a forma como os mesmos foram tidos em conta pela Empresa ao realizar a sua avaliação da materialidade e com a forma como divulga informações setoriais materiais.

Neste contexto importa destacar o conceito de taxonomias segundo as ESG (Environmental, Social, and Governance), em que se referem a sistemas de classificação que definem quais as

atividades económicas que podem ser consideradas sustentáveis.

Conforme referido na Secção 3 do presente documento, este Relatório Integrado 2025 da Porto Ambiente constitui um passo progressivo no percurso de aproximação aos princípios e orientações da Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (CSRD – *Corporate Sustainability Reporting Directive*).

No que respeita à aplicação do Regulamento da Taxonomia Europeia, importa referir que o processo de integração destes requisitos se encontra ainda numa fase preliminar de maturidade interna. Consequentemente, não é, nesta fase, possível apresentar um nível de detalhe e alinhamento integral com as exigências específicas desta matéria, para além da informação já divulgada na Nota 16.1.

05 MATERIALIDADE

O objetivo da análise de dupla materialidade é identificar os impactos, riscos e oportunidades (IRO) relacionados com a atividade da Empresa, assim como da cadeia de valor em que opera. Neste contexto, em conformidade com as orientações das European Sustainability Reporting Standards (ESRS) e por

forma a identificar os temas materialmente relevantes a divulgar, a Porto Ambiente desenvolveu durante o ano de 2024 a análise de dupla materialidade.

O conceito da "dupla" materialidade interliga duas óticas distintas: a vertente financeira e a vertente de impacto. A "materialidade financeira" analisa os efeitos financeiros resultantes dos riscos e oportunidades gerados pelos tópicos de sustentabilidade, enquanto a "materialidade de impacto" analisa o impacto real ou potencial do efeito que os tópicos de sustentabilidade podem ter no ambiente e nas pessoas.

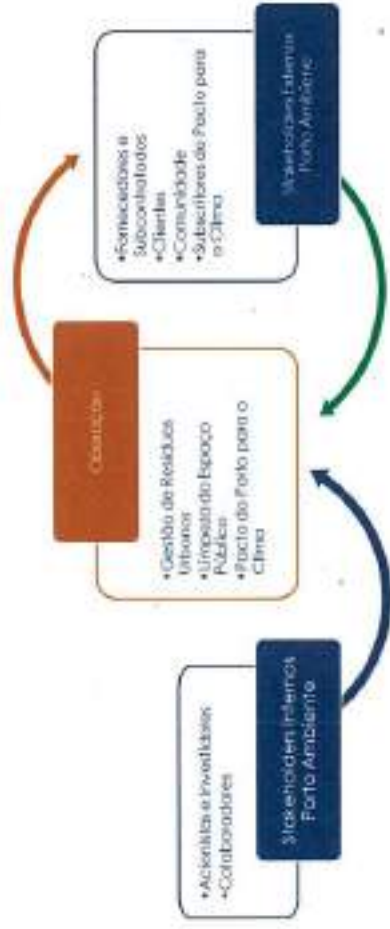
O resultado desta avaliação resultou na criação da Agenda de Sustentabilidade da Porto Ambiente, a qual refletirá os tópicos relevantes na (re)definição das prioridades e políticas da Empresa.

PARTES INTERESSADAS

ESRS 2 SM-2 | INTERESSES E PONTOS DE VISTA DAS PARTES INTERESSADAS

No que toca aos interesses e pontos de vista das partes interessadas, quer nas questões estratégicas, quer no modelo de negócios, a Porto Ambiente apresenta no gráfico seguinte a identificação das partes interessadas (stakeholders).





Igualmente é representado o respetivo envolvimento e relevância na definição da estratégia para o modelo de negócio, e o papel do Conselho de Administração, enquanto órgão executivo que se mantém informado através de reuniões de acompanhamento de indicadores e avaliação dos serviços.

- Acionistas e investidores

Através da definição e consolidação da estratégia de negócio, reúne o envolvimento de todos os departamentos da Empresa, sendo sintetizado sob a forma de prestação de contas, assim como em deliberações Municipais, em sede de Assembleia Municipal, quando aplicável, ou em eventuais esclarecimentos adicionais.

A Porto Ambiente exerce a sua atividade ao abrigo de um Contrato de Gestão Delegada, instrumento no qual se encontram definidas as orientações estratégicas do acionista, as quais enquadram e estruturam o modelo de negócio e a atuação da Empresa.

- Colaboradores

O envolvimento dos colaboradores acontece a vários níveis, constituindo a Direção dos Recursos Humanos a principal ponte para o efeito, abrangendo matérias como a definição de funções, inquéritos no âmbito do clima organizacional, comunicação aberta e transparente, averiguação de denúncias, formação, entre outros.

Como resultado desse envolvimento, a Porto Ambiente adota abordagens, procedimentos e dinâmicas que permitem incorporar na sua estratégia e modelo de negócio, os interesses resultantes da auscultação destas partes interessadas.

- Cliente e comunidade

A Linha Porto., para além do reporte de ocorrências e agendamento de prestação de serviços, permite aos munícipes

da cidade do Porto exprimirem as suas ideias, elogios, reclamações e sugestões, sendo estas alvo de avaliação interna. Ainda assim e para que possa haver uma forma mais direta de comunicação entre o município (cliente) e a Empresa, em 2026, abrir-se-ão outras vias de comunicação, nomeadamente pela reabertura do e-mail ecolinha@portoambiente.pt e a equação de uma extensão da Linha Porto diretamente atendida pela equipa da Porto Ambiente.

Adicionalmente, por via do inquérito externo de que já acima se falou, a Empresa ausculta anualmente, as perceções e opiniões dos seus clientes.

- Fornecedoros e subcontratados

A Direção de Compras e Aprovisionamento da Porto Ambiente determina a forma de relacionamento da Empresa com os seus fornecedores, estando disponível para o diálogo e aferição das necessidades e preocupações dos mesmos. Assegura também a implementação e monitorização de normas internas, nomeadamente do Código de Ética e de Conduta do Fornecedor, para além das normas legais aplicáveis.

Por outro lado, estando a Porto Ambiente obrigada à aplicação da legislação da Contratação Pública, vê assim reforçada a garantia de tratamento justo e igualitário, no que concerne à adjudicação, assim como, nos momentos subsequentes, através do Gestor de Contrato.

A Porto Ambiente procura por via da definição de normas, internas ou em caderno de encargos, que sejam repercutidos nos fornecedores, os interesses da auscultação destas partes interessadas na estratégia e modelo de negócio.

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E

OPORTUNIDADES MATERIAIS

ESRS 2 IRO-1 | DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS

Em conformidade com os requisitos de aplicação do número 16 do Regulamento Delegado (EU) 2023/2772, de 31 de julho, que complementa a Diretiva 2013/34/EU, a Porto Ambiente utilizou o instrumento de apoio disponibilizado na determinação das questões materiais para todas as ESRS temáticas, tendo em conta as suas próprias circunstâncias específicas.

Este exercício desenvolveu-se em três fases distintas, designadamente:

1. Análise interna do contexto próprio e da aplicabilidade em relação às temáticas existentes, cuja repercussão foi a eliminação dos tópicos ou subtópicos seguintes:

- A Porto Ambiente não possui uma conexão direta com a extração e utilização dos recursos marinhos, na medida que, não obstante que a Empresa tenha como atividade sazonal a limpeza de praias, em nenhum momento se verifica a extração e utilização dos recursos marinhos.
- A Porto Ambiente não tem uma dependência nem apresenta impactos, significativos de serviços ecossistémicos, motivo pelo qual não se trata de um tópico materialmente relevante.
- Não obstante da Porto Ambiente ter presente e reconhecer que, a nível internacional, os direitos dos povos indígenas são um tópico relevante, não é considerado material tendo em consideração a ausência de reconhecimento formal de povos indígenas no contexto nacional.

2. A análise da materialidade na ótica dos stakeholders, foi realizada através de questionários, dos quais resultaram vários temas que foram graduados mediante recurso à escala de Likert, possibilitando assim a distribuição de impacto por cada um dos temas aplicáveis.

3. Posteriormente, a análise às respostas dos questionários contempla uma avaliação interna adicional, conforme explanado no Regulamento Delegado (EU) 2023/2772, de 31 de julho, sobre a probabilidade de impacto, podendo ser negativo (escala, âmbito e carácter irremediável do impacto) ou positivo (escala e âmbito).

Na análise da componente financeira, os riscos e as oportunidades no âmbito de cada tema foram estudados internamente e posteriormente classificados pela probabilidade de ocorrência, bem como pela potencial dimensão dos efeitos financeiros positivos e/ou negativos.

A discussão, análise e consolidação dos resultados envolve os órgãos chave de gestão, designadamente o Conselho de Administração, tendo em consideração a perceção e metas.

Tendo em conta os efeitos significativos que a Porto Ambiente pode ter nas matérias sociais, ambientais e de governança, através da avaliação de materialidade, resulta uma série de impactos, calculados conforme os riscos e oportunidades, a montante e a jusante da cadeia de valor.

Através de políticas de gestão e cobertura eficaz dos riscos a que está exposta, a Porto Ambiente, no decorrer da avaliação efetuada, ponderou os possíveis riscos por meio de análises qualitativas (a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados) e por envolvimento das partes interessadas (a perceção da importância de temas e riscos percebidos).

O tratamento dos riscos e/ou oportunidades, explanados na gestão de riscos e controlos internos do presente Relatório (ESRS GOV-5) acontece, tipicamente, de forma centralizada na área operacional. Por outro lado, a análise, avaliação e monitorização, dos ditos riscos é conduzida por um conjunto de áreas com responsabilidades de governação, em conjunto com o Conselho de Administração, privilegiando assim a manutenção de um elevado nível de transparência, responsabilização e

controlo nos riscos e/ou oportunidades que afetam a Empresa.

Considerando as fontes de riscos presentes no requisito de divulgação ESRS GOV-5, da ESRS 2, conforme ilustração, são várias os riscos que importa considerar no sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Entidade.

RISCOS

Financeiros	Operacionais	Legislativos	Ambientais	Reputacionais
-------------	--------------	--------------	------------	---------------

Ponderadas estas fontes, apresenta-se o mapeamento dos riscos associados à atividade da Porto Ambiente, resultante da avaliação efetuada, em relação ao processo de relato de sustentabilidade

No que se refere a riscos legislativos, o mapeamento refere um risco alto, sendo que este pode ter um impacto na atividade pela não conformidade, resultando em processos ou multas. Contudo, em virtude da imperiosa necessidade de cumprimento dos pressupostos legais, sem prejudicar a inovação, eficiência e características próprias da Empresa, as oportunidades

apresentam-se como extremamente limitadas, sendo a prevenção e a mitigação do risco, tal como atrás identificadas, fundamentais para a sua mitigação.

Os riscos operacionais consubstanciam-se numa possível falha nas operações, acidentes ou questões de eficiência no que toca aos riscos associados, porém, a implementação de novas tecnologias, formação e procedimentos para mitigação e melhoria contínua dos serviços prestados descrevem as oportunidades inerentes.

A instabilidade económica, variação de custos bem como o risco de crédito e de liquidez constituem fatores a ter em consideração, quando analisados os possíveis riscos financeiros da Empresa. No entanto, o envolvimento da Porto Ambiente com os projetos internacionais e a procura pela inovação e melhoria contínua com uma permanente monitorização dos riscos fazem este tópico constituir igualmente uma alta oportunidade.

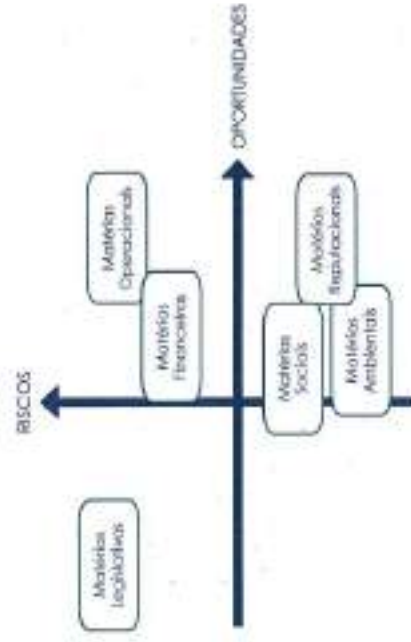
Em termos de riscos sociais e reputacionais, estes são considerados baixos pelo forte compromisso com a responsabilidade social, padrões éticos e transparentes estabelecidos pela Porto Ambiente. Ainda assim, ambos representam oportunidades para iniciativas sociais e ambientais

com a comunidade, associações e demais.

Como parte integrante do objeto social da Empresa, as matérias ambientais representam um baixo risco sendo esse, permanentemente, o fim último e objetivo da prestação de serviços que a constitui.

Não obstante, tendo em consideração a melhoria contínua, esta matéria apresenta grandes oportunidades, como são exemplos a fiscalização e sensibilização, a otimização dos circuitos e os investimentos em inovação da frota.

Os efeitos atuais e previstos dos impactos, riscos e oportunidades materiais no modelo de negócio, cadeia de valor, estratégia e tomada de decisões, e a forma como a empresa responde ou planeia responder a esses efeitos é a seguinte:



Esta matriz incorpora os efeitos decorrentes do cômputo geral das medidas implementadas e que possibilitam a prevenção e a mitigação de várias matérias. Assim, considerando a referida matriz, está incorporado no modelo de negócios e estratégia a contínua prospeção de mercado por forma a identificar novas alternativas tecnológicas que visem um maior nível de prevenção e mitigação dos riscos, não sendo esperado qualquer efeito ou alteração adicional na estratégia.

No que se refere aos impactos materiais da empresa, divulgamos em seguida: (i) O modo como os impactos materiais negativos ou positivos da empresa afetam ou são suscetíveis de afetar as pessoas ou o ambiente, (ii) Se e como os impactos têm origem ou estão relacionados com a estratégia e o modelo empresarial, (iii) Os horizontes temporais razoavelmente esperados dos impactos; e (iv) Se a empresa está directamente envolvida nos impactos materiais ou se estes ocorrem devido às suas relações comerciais.

A atividade da empresa afeta, de forma direta e indireta, as pessoas e o ambiente.

Por um lado, diretamente, já que à prestação de um serviço público desta natureza está inerente a criação de condições de níveis favoráveis de salubridade, quer por via de uma adequada

frequência e abrangência territorial da Gestão de Resíduos e da Limpeza Urbana; quer por via do tratamento subsequente dado aos resíduos recolhidos, nomeadamente a política de aterro "Zero" e aumentos relevantes do nível de separação.

Por outro lado, indiretamente, pela utilização de uma vasta frota de veículos e equipamentos, por via do consumo energético e consequente libertação de emissões de gases, afetando a poluição e as alterações climáticas, sendo, tipicamente, fontes relevantes de riscos associados à atividade. As políticas implementadas pela empresa, propiciam a mitigação destes impactos, nomeadamente pela total eletrificação da frota ligeira, energia contratada de fontes 100% verdes, assim como da adoção de alternativas menos poluentes na frota pesada (gás natural veicular, com uma percentagem progressivamente crescente, de fontes limpas), sendo estes os dois tópicos materiais cruciais.

No que se refere aos efeitos financeiros, atuais e previstos, dos riscos e oportunidades materiais, da empresa, na sua situação e desempenho financeiros e nos fluxos de caixa, não são atualmente conhecidos, riscos e oportunidades materiais, que

possam impactar na sua situação e desempenho financeiros ou nos fluxos de caixa.

No que respeita a riscos e oportunidades futuras, parece-nos relevante divulgar que, no ano transato, a Porto Ambiente concluiu o seu processo de revisão do Plano de Ação para o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, em alinhamento com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030).

O Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) estabelece, no n.º 2 do artigo 15.º, que o PERSU desenvolve as "as orientações estratégicas de âmbito nacional da política de resíduos e as regras orientadoras de atuação, prioridades a observar, metas a atingir e ações a implementar no sentido de garantir a concretização dos princípios (...) [gerais de gestão de resíduos], bem como o cumprimento dos objetivos e metas nacionais e europeias aplicáveis".

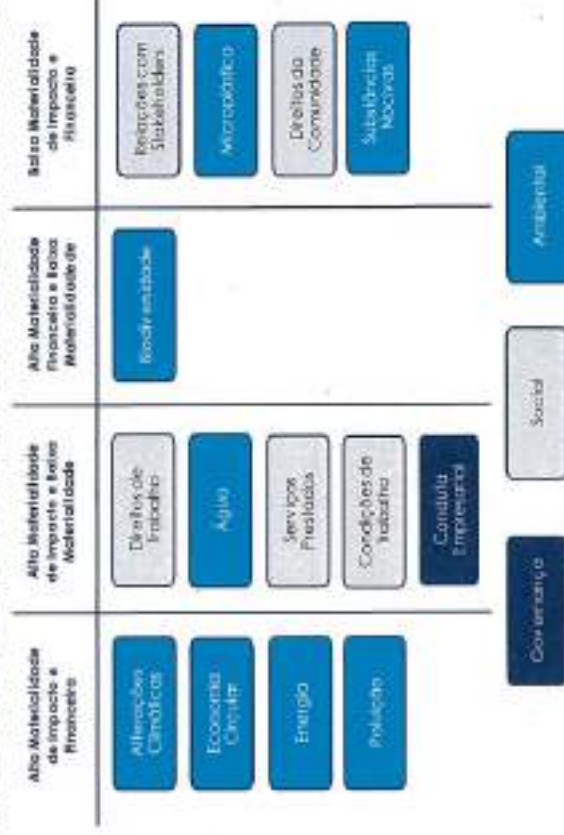
O RGGR dispõe, no n.º 1 do artigo 18.º, que "e em articulação com os planos de gestão de resíduos de nível nacional, são elaborados planos municipais, intermunicipais e multimunicipais de ação que concretizam as ações a desenvolver no sentido do cumprimento da estratégia nacional para a respetiva área geográfica", bem como a seguir a estrutura e diretrizes a definir

de forma conjunta entre a Autoridade Nacional de Resíduos e a ERSAR.

Considerando a aprovação deste plano, e as ambiciosas metas para 2030, a Empresa incorporou nos seus IGP as necessidades expectáveis em termos de plano de investimentos e recursos operacionais. A matriz incorpora também os efeitos decorrentes das medidas implementadas, não sendo conhecido qualquer efeito ou alteração adicional na estratégia.

AGENDA DE SUSTENTABILIDADE

Foram catarze os temas considerados no questionário efetuado:



Não obstante, após o processo de identificação, avaliação e análise interna, a Porto Ambiente apresenta dez tópicos materiais na Agenda de Sustentabilidade, que se enumeram:

1. Conduta Empresarial

A Porto Ambiente dispõe de um código de ética e de conduta, assim como de um plano de prevenção da corrupção, com revisão anual, canal de denúncias e um modelo de governo de gestão aberta, motivo pelo qual apresenta este tópico, com uma materialidade financeira baixa. Importa referir que a Porto Ambiente utiliza todos os meios disponíveis para prevenir a corrupção e suborno, quer a nível da gestão, quer dos restantes funcionários.

Além disso, de forma a garantir as boas compras e práticas, a Porto Ambiente dispõe de um sistema de segregação de funções em relação ao pedido de despesas, aprovação da mesma, contabilização e pagamentos.

Em termos de ética e transparência, a Porto Ambiente utiliza todos os meios disponíveis, com revisão anual, para mitigar as hipóteses de corrupção e suborno, sendo a conduta empresarial regulada com ética e transparência, motivo pelo qual se trata de uma área continuamente funcional, em alinhamento com o

estabelecido no passado, cujos recursos já se encontram alinhados e os procedimentos definidos.

Com foco na prevenção, transparência e ética, é apresentado ao funcionário, aquando do acolhimento, a informação institucional e vinculativa no Quiosque da Porto Ambiente.

São ainda oportunidades de desenvolvimento:

- O reforço da formação anual de prevenção à corrupção, suborno, ética e códigos de conduta, com particular enfoque em colaboradores com maior nível de exposição a circunstâncias de risco;
- A permanente evolução dos Código de Ética, Código de Conduta e Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, refletindo as melhores práticas publicadas.

2. Direitos de trabalho

Atenta a atualizações constante no Código de Trabalho bem como na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, tendo em consideração a composição dos quadros às duas realidades mencionadas, a Porto Ambiente procura uma atualização e melhoria contínua de forma a assegurar que todos os funcionários veem os seus direitos assegurados.

Além disso, a Porto Ambiente promove a liberdade de associação, e prevê nos seus estatutos a privacidade, a igualdade de género e a inclusão.

3. Condições de trabalho

Para aferir a perceção dos colaboradores, são realizados, anualmente, inquéritos sigilosos e independentes ao clima organizacional, estando em progressão a implementação generalizada de um sistema de avaliação de desempenho.

Complementarmente, são consultadas algumas das melhores práticas, nacionais e internacionais, em matérias específicas, para deteção de oportunidades.

Como resultado dessas abordagens, têm vindo a ser promovidas melhorias nas condições de trabalho, nomeadamente em matérias de ergonomia, equipamentos de proteção individual e formação de operação de equipamentos.

4. Serviços Prestados

A Porto Ambiente presta um serviço público que abrange a população residente, flutuante, turística e universitária do Município do Porto bem como os seus clientes. Como tal, o

acesso a produtos e serviços e a implementação de práticas responsáveis enraiza os valores e a missão da Empresa.

Para efeitos de avaliação de qualidade, para além dos questionários realizados, em matéria de satisfação relativa ao serviço de Gestão de resíduos urbanos e Limpeza urbana, a empresa está ainda sujeita ao crivo de entidades independentes no que respeita à certificação da qualidade pela ISO 9001.

5. Energia

No que respeita a energia elétrica, a Porto Ambiente, seguindo orientações do município, adquire toda a sua energia, com certificação de origem 100% verde, isto é, gerada a partir de fontes 100% renováveis. Adicionalmente, estão implementados procedimentos de monitorização dos consumos energéticos, nomeadamente no que respeita ao edifício sede da Porto Ambiente, o qual foi internacionalmente reconhecido com a norma LEED – Leadership in Energy and Environmental Design – pelo desempenho ambiental em termos de eficiência energética, hídrica, qualidade do ar e coberturas verdes, existindo nas referidas instalações equipamentos de recolha de energia solar, assim como planos para incremento dessa capacidade.

No que respeita aos demais consumos energéticos, como referido anteriormente, a Porto Ambiente tem vindo a implementar práticas de redução da pegada carbónica pela eletrificação da frota e/ou alteração para gás natural veicular, práticas essas que para além do contributo em matéria de pegada carbónica, em paralelo com a monitorização efetuada, se traduzem igualmente numa maior eficiência dos recursos energéticos.

Por último, e olhando a montante da cadeia de valor da Porto Ambiente, a Empresa encaminha cerca de 100% dos resíduos indiferenciados para valorização energética, sendo responsável pela reintrodução no sistema de mais de 55 MWh de Energia.

6. Água

Constituindo um recurso indispensável às operações da Empresa, a Porto Ambiente procura implementar internamente, mas suas operações e equipas de suporte, as práticas mais eficientes e sustentáveis, nomeadamente, sempre que possível e aplicável, é substituída a utilização de água da rede por água reutilizada, em linha com os princípios da economia circular e com uma resposta

às alterações climáticas, assegurando-se a manutenção da água no ambiente e a respetiva preservação para usos futuros

A reutilização de água e respetivos níveis de segurança, são garantidos pelo tratamento efetuado em conformidade com os parâmetros da Agência Portuguesa do Ambiente e demais legislação em vigor, cuja utilização passa pela limpeza do espaço público, nomeadamente na lavagem de arruamentos e equipamentos de deposição, promovendo a reutilização deste recurso e diminuindo o impacto ambiental, social e económico da sua atividade diária na cidade.

Complementarmente e, abrangendo agora os serviços de suporte da Porto Ambiente, é assegurada a monitorização inteligente do consumo de água, por via da capacidade de Gestão Técnica Centralizada disponível do edifício sede de S. Dinis.

7. Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas

Estando a Empresa no "negócio" do ambiente, a adaptação e mitigação das alterações climáticas, é o tópico que maior presença verifica nas rotinas, procedimentos e decisões implementadas do dia a dia da atividade da Porto Ambiente.

Desde logo no que respeita ao core da atividade da Gestão de resíduos urbanos, onde a aposta é efetuada em todas as frentes, nomeadamente (i) na política de afero "Zero", evitando a poluição que decorreria dessa abordagem e permitindo assim a valorização energética de resíduos não separados, (ii) nos relevantes aumentos do nível de separação, permitindo assim a reintrodução na economia de materiais por essa via, (iii) na disponibilização aos municípios de alternativas de circularidade, como o EcoPorto, e os ecocentros de uma forma mais genérica.

Na definição de múltiplas decisões operacionais, como a já referida eletrificação e migração para alternativas fósseis mais "limpas" da frota de viaturas e equipamentos, pela relevante aposta na sensibilização e gestão de clientes, assim como na digitalização das operações que já se traduziu num incremento da eficiência dos circuitos, com consequências ao nível da diminuição de consumíveis, assim como na poupança de vários milhares de folhas de papel.

Na promoção de iniciativas direcionadas como a plantação de árvores, a aposta em hortas comunitárias, a promoção de equipamentos de recolha multifluxo em todas as instalações de Empresa.

Por último, consciente da urgência da ação climática e da oportunidade que representa para a competitividade, emprego, justiça social e resiliência da cidade, o Município do Porto lançou, em janeiro de 2022, o Pacto do Porto para o Clima, tendo a Empresa Municipal de Ambiente do Porto sido convidada a abraçar esse desafio em setembro desse ano, pela criação de uma nova direção de Neutralidade Carbónica. Assim, está ativamente presente nesta direção, a gestão das medidas e dos atos necessários a garantir a neutralidade carbónica da cidade do Porto até 2030, em cumprimento dos objetivos delineados no Pacto do Porto para o Clima e na Missão Europeia "Cidades Inteligentes e com um Impacto neutro no Clima".

8. Economia Circular

Um dos mais recentes investimentos da Porto Ambiente foi o EcoPorto – Centro de Circularidade da Cidade do Porto que interliga a norma das alterações climáticas com a economia circular. Com o intuito de promover a reutilização de materiais, pretende ser um centro de formação e capacitação, em que é dada uma segunda vida aos objetos e equipamentos.

Assim, esta atividade tem o potencial para apresentar, a longo prazo, uma redução ao nível dos resíduos, existindo menor

abandono de equipamentos e traduzindo-se num menor custo de tratamento, assim como na realocação de recursos humanos que integram atualmente a capacidade afeta para recolha destes objetos fora de uso.

Em 2026 será alargada consideravelmente esta atividade, para a prevenção da criação de resíduos, nomeadamente nas áreas dos resíduos têxteis e alimentares.

9. Poluição

No domínio da poluição, a Porto Ambiente tem vindo a registar impactos positivos decorrentes das decisões estratégicas adotadas ao nível da eletrificação e da migração para alternativas fósseis de menor intensidade emissiva na frota de viaturas e equipamentos. Esta evolução, aliada a uma gestão mais eficiente dos recursos operacionais, contribui para a redução das emissões atmosféricas associadas à atividade da Empresa e para a melhoria da qualidade ambiental no Município.

Paralelamente, têm vindo a ser reforçadas as políticas de aquisição sustentável e de utilização racional de detergentes e outros produtos com potencial impacto poluente, privilegiando sempre soluções com menor carga química, elevada

biodegradabilidade e, em circunstâncias que o justifiquem, certificação ambiental. A monitorização sistemática do seu consumo, armazenamento e destino final assegura o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e das boas práticas ambientais, reduzindo riscos e promovendo maior responsabilidade na cadeia de utilização destes produtos.

No que respeita às chamadas "substâncias que suscitam preocupação", a estratégia e o modelo de negócio da Empresa assentam numa lógica preventiva e de melhoria contínua, recentemente consolidada com a obtenção da certificação ISO 14001.

Esta certificação reforça a robustez do sistema de gestão ambiental implementado e confirma o compromisso institucional da Porto Ambiente com padrões elevados de desempenho ambiental e conformidade regulatória, por via, nomeadamente:

- A redução da probabilidade de riscos ambientais, tais como emissões, derrames e outros acidentes;
- A redução de custos, através da melhoria da eficiência dos processos (redução de consumos, minimização do tratamento de resíduos e efluentes).

10. Biodiversidade



Não obstante de não existir um impacto direto na biodiversidade (por exemplo: exploração direta ou influência na dimensão da população da espécie), a Porto Ambiente reconhece o potencial impacto da sua atividade de forma indireta através do potencial de contaminação dos solos, poluição sonora, hídrica e atmosférica. Para afastar o risco associado a esse impacto, a Empresa procura reduzir a probabilidade de ocorrência através da sensibilização para a separação de resíduos, da fiscalização do cumprimento das normas, da requalificação de estruturas e aquisição de equipamentos elétricos, entre outros.

De acordo com a agenda apresentada, é possível verificar que quatro tópicos não são considerados materiais na conjugação da análise da materialidade de impacto e da materialidade financeira supra.

07 AMBIENTAL

ESRS 2 SMR-3 | IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTEGRAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO

A análise da dupla materialidade permitiu identificar de que forma as questões ambientais impactam a Empresa e como a

Empresa afeta o meio ambiente, relativamente aos seguintes riscos:

1. A sujeição e cumprimento de regulação restrita e em permanente atualização poderão aumentar o risco de não conformidade ou tardia implementação;
2. Os eventos climáticos extremos podem afetar as operações de recolha e tratamento de resíduos, bem como a limpeza urbana;
3. As expectativas extremas de partes interessadas podem afetar a reputação empresarial;
4. Os custos operacionais podem ser influenciados negativamente no caso de aumentos de combustível e energia;

Por seu turno revelam-se como oportunidades:

5. A implementação de novas tecnologias para aumento da eficiência na recolha de resíduos de forma a reduzir custos operacionais bem como emissões inerentes;
6. A submissão de candidaturas para acesso a fontes de financiamento de sustentabilidade;



7. A colaboração com outras cidades e organizações para partilha de melhores práticas e inovações;
8. As iniciativas de educação e sensibilização ambiental para aumentar o envolvimento dos cidadãos em práticas sustentáveis, como a reciclagem;
9. O desenvolvimento de novos modelos de negócio baseados na economia circular, como é o caso EcoPorto, pese embora no caso concreto, não se preveja ou tenha sido equacionada a obtenção de benefícios económicos.

sustentabilidade em todas as operações e sensibilizando os munícipes

2. Promoção da redução, reutilização e reciclagem de materiais, incentivando a economia circular na gestão dos resíduos;
3. Implementação de ações de sensibilização ambiental por forma a incentivar a consciência pública para as práticas sustentáveis;
4. Expansão da rede de ecopontos e melhoria das infraestruturas de recolha seletiva para facilitar a separação de resíduos e aumentar as taxas de reciclagem;

POLÍTICAS, AÇÕES E METAS RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

ET-2 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ADAPTAÇÃO ÀS

MESMAS

ET-3 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM AS POLÍTICAS EM MATÉRIA DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

ET-4 | METAS RELACIONADAS COM A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ADAPTAÇÃO ÀS

MESMAS

Para o efeito, a Porto Ambiente desenvolveu as seguintes políticas (1-3), ações (4-6) e metas (7-8) em relação à atenuação das alterações climáticas e adaptação às mesmas:

1. Estabelecimento de compromissos claros para caminhar rumo à neutralidade carbónica, incorporando práticas de

5. Adoção de tecnologias limpas, com equipamentos que eliminem ou reduzem o máximo de emissões sem quebras de serviço;
6. Desenvolvimento e promoção de programas de compostagem para reduzir a quantidade de resíduos orgânicos;
7. Definição de metas anuais de redução das emissões de gases com efeito estufa, cujo fim é atingir a neutralidade carbónica;
8. Aumento da taxa de reciclagem.

EMISSIONS

11-4 | EMISSÕES BRUTAS DE GEE DE ÂMBITO 1, 2, 3 E EMISSÓRIAS DE GEE

Os gases com efeito estufa (GEE) são representados e agravados, principalmente pelos seguintes, potencialmente e diretamente enquadráveis na atividade da Porto Ambiente:

- dióxido de carbono, sendo o mais abundante na atmosfera, cujos contributos passam essencialmente pelo setor de energia e combustíveis;
- metano, provocado em 60% com origem em atividades humanas, sendo os aterros sanitários uma das principais fontes no setor dos resíduos;
- óxido de azoto, onde a agricultura tem o maior impacto pelos fertilizantes, mas também a gestão de resíduos, nomeadamente através da decomposição de materiais orgânicos em aterros;
- gases fluorados, que se consubstanciam em "[...] substâncias com um grande potencial de aquecimento global, muito superior ao do dióxido de carbono.", sendo que pode ser encontrado em equipamentos como bombas de calor,

equipamentos fixos de ar condicionado ou de refrigeração, sistemas de proteção contra incêndio, entre outros.

A pegada carbónica representa o total das emissões de GEE e é calculada através do dióxido de carbono equivalente (CO2e), medida internacional que estabelece a equivalência entre os demais GEE e CO2, sendo o último o gás de referência pela quantidade e impacto. O CO2e, calculado pela tabela de equivalências adotada no quadro das Nações Unidas, e que tem por base a multiplicação de um gás pelo seu potencial de aquecimento global (PAG) ou *Global Warming Potential (GWP)*.

No que diz respeito às emissões de GEE de âmbito 1, definidas como emissões diretas provenientes de fontes que são controladas pela Empresa, a Porto Ambiente reconhece a importância de monitorizar e reduzir as emissões provenientes, essencialmente, da gestão de resíduos urbanos e da limpeza do espaço público, contribuindo para o compromisso da área do Pacto do Porto para o Clima e com a meta da neutralidade carbónica.

As emissões referidas resultam, predominantemente, da utilização de combustíveis fósseis na frota de veículos e equipamentos operacionais, bem como de processos inerentes

à atividade de gestão de resíduos onde, a implementação de medidas para melhorar a eficiência energética e a adoção de tecnologias mais limpas são essenciais para a diminuição destas emissões diretas, alinhando-se com as melhores práticas de sustentabilidade e promovendo um impacto positivo na qualidade ambiental da cidade.

Assim, o Porto Ambiente realima o seu compromisso com a sustentabilidade e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, através de ações concretas e estratégias eficazes.

Em termos de emissões de GEE de âmbito 2, causados indiretamente pela energia consumida, nomeadamente em termos de eletricidade, os contratos realizados pela Porto Ambiente incidem sobre a aquisição de energia elétrica 100% proveniente de fontes de energia renováveis, cujos resultados de CO2 são zero. No entanto, o quantitativo relativo ao consumo total de energia é apresentado no capítulo denominado Consumo Energético, sendo os resultados oficiais de emissões partilhados através de certificado emitido pelo prestador de serviços, durante o mês de março.

A Porto Ambiente consumiu, no decorrer de 2025:

- 10 437 litros de gasolina;



- 660 662 litros de gasóleo;
- 732 274 Nm3 de gás natural veicular;
- 1 047 m3 de gás natural no edifício sede;
- No total de gases fluorados produzidos, a Porto Ambiente produziu, nomeadamente, por tipo de gás:
 - o Computador Elétrico:
 - Gás: SF₆ (hexafluoreto de enxofre)
 - Quantidade: 1,25 kg
 - Impacto estimado: 28,50 tCO₂e
 - o Equipamento ar condicionado:
 - Gás: R-410A
 - Quantidade: 74,92 kg
 - Impacto estimado: 156,40 tCO₂e

No que se refere às emissões de GEE de âmbito 3 - Outras emissões indiretas -, cuja ocorrência se dá na cadeia de valor a jusante e a montante, a Porto Ambiente reconhece a representatividade que este âmbito pode ter na pegada de carbono, mas também a dificuldade da sua mensuração.

Contudo, cientes de que as emissões relacionadas com fornecedores bem como os comportamentos dos consumidores constituem uma parte significativa do impacto ambiental, a

Porto Ambiente está empenhada em reunir esforços para desenvolver métricas robustas de controlo e atenuação deste tipo de emissões, a montante e a jusante.

A abordagem a ser desenvolvida não só permitirá identificar oportunidades de melhoria ao longo da cadeia de valor não obstante das práticas sustentáveis que têm vindo a ser implementadas nos cadernos de encargos e consequentes adjudicações, como fortalecerá o compromisso com o Pacto do Porto para o Clima.

A estratégia da Empresa não só alinha as metas da sustentabilidade e da neutralidade carbónica, como demonstra um compromisso claro para com a melhoria da qualidade ambiental dos cidadãos e visitantes da cidade do Porto.

BIODIVERSIDADE E ECOSISTEMAS

EA-1 | PLANO DE TRANSIÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSISTEMAS NA ESTRATÉGIA E NO MODELO EMPRESARIAL

EA-2 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS

EA-3 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS

EA-4 | METAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS

Para a Porto Ambiente é fundamental integrar a biodiversidade e ecossistemas na estratégia e no modelo empresarial e, para o efeito, considera as seguintes políticas, ações, recursos e metas:

- Implementar políticas que promovam a proteção e recuperação da biodiversidade, na medida do impacto potencial que as operações podem ter;
- Estabelecer estratégias de preservação dos ecossistemas nos processos de gestão de resíduos e na limpeza do espaço público;
- Realizar avaliações periódicas de impacto, para que as operações não afetem negativamente os ecossistemas;
- Promover campanhas de sensibilização para a comunidade, com o intuito de partilhar conhecimento sobre a importância da biodiversidade e da forma como práticas sustentáveis, podem impactar positivamente os ecossistemas;
- Estabelecer parcerias e partilha de dados com outras entidades por forma a desenvolver melhores práticas e projetos que visem a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Dar formação aos colaboradores, por forma a primar pelo exemplo e capacitá-los para agir em conformidade com as políticas definidas;

- Definir metas quantitativas para redução do impacto sobre a biodiversidade como a poluição do solo e da água.

64-5 | MÉTRICAS DE IMPACTO RELACIONADAS COM A ALTERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSISTEMAS

64-6 | EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DE RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS

Em conformidade com o expianado nas secções anteriores, a Porto Ambiente não tem um impacto direto na biodiversidade e ecossistema, motivo pelo qual, a Empresa não dispõe de métricas específicas ou de uma análise aos efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades, porém, em conjunto com as partes interessadas, o acionista e demais entidades do grupo, a Porto Ambiente procura sempre dar o seu contributo nesta matéria.

POLUIÇÃO

62-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO

62-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO

62-3 | METAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO

62-4 | POLUIÇÃO DO AR, DA ÁGUA E DO SOLO

A poluição é um desafio significativo enfrentado pelas cidades, contudo, a Porto Ambiente compromete-se a adotar práticas

sustentáveis, integrando as dimensões ambiental, social e de governança nas suas operações com o compromisso não apenas de mitigar a poluição, mas também promover um ambiente mais saudável e sustentável para todos os cidadãos.

A poluição é uma preocupação crescente com impacto direto na sociedade e no meio ambiente e para mitigar os efeitos da mesma, a Porto Ambiente tem estabelecido uma série de iniciativas e políticas para contribuir para um ambiente mais saudável e sustentável.

A gestão eficaz dos resíduos é fundamental para reduzir a poluição e, em 2025, a Porto Ambiente continuou a implementar melhorias significativas na rede de equipamentos de deposição, aumentando a acessibilidade a ecopontos e potenciando assim o incremento dos quantitativos de frações seletivas. Essa reorganização pretende diminuir a deposição inadequada de resíduos em áreas públicas, que contribui para a poluição.

Além disso, campanhas de sensibilização foram lançadas para engajar a comunidade na separação de resíduos e na adesão ao sistema de recolha porta-a-porta, visando um aumento nas taxas de reciclagem e uma diminuição gradual da quantidade de resíduos enviados para aterros e incineração.





A limpeza do espaço público é outra componente crucial na luta contra a poluição urbana, onde o investimento em novas tecnologias, como varredoras elétricas e sistemas de varredura húmida, permitiu à Porto Ambiente melhorar a eficácia na limpeza das ruas e passeios, contribuindo para um ambiente urbano mais limpo e livre de resíduos.

Em termos diretamente relacionados com a poluição, apresenta-se a distância percorrida em quilómetros pela frota da Porto Ambiente, por tipo de combustível, e as toneladas equivalentes de petróleo (TEP) que discriminam as unidades de energia definida como o calor libertado na combustão de toneladas de petróleo padrão, totalizando uma distância de 2.828.274 km, representando 70,57 voltas ao mundo, com 1.132,65 ton equivalentes de petróleo.

Tipo de combustível	Número de Equipamentos	Temperatura Equivalente de Combustão (TEC)	Distância em quilómetros	CO2e (t)	CO2e (t/eq)	Quantidade equivalente
Gasolina	1.782	8	90.187	31.258	17,52	10.427
Diésel	13.147	10,4	1.726.895	1.891.954	1,09	681.947
Combustível vegetal	13.922	8,02	1.810.822	1.171.428	0,65	732.176
Total	28.851	1,12	2.828.218	3.373.638	1,19	1.513.550

Socialmente, a Porto Ambiente dedica-se a promover a conscientização e a educação da população sobre a importância da gestão de resíduos e da limpeza do espaço público, cujas iniciativas têm como objetivo estimular a

participação dos cidadãos em práticas de reciclagem e na manutenção de um ambiente limpo.

É crucial tentar reduzir comportamentos que promovam a poluição, como o depósito inadequado de resíduos e a falta de cuidado com os espaços públicos, pelo que a Empresa desenvolve diversos programas educativos para partilhar conhecimentos sobre a poluição e suas consequências, bem como as práticas que podem ser adotadas para mitigá-las. Pretende-se, com estas iniciativas promover a construção de uma cidadania ativa, comprometida com um Porto mais sustentável.

B2-5 | SUBSTÂNCIAS QUE SUSCITAM PREOCUPAÇÃO E SUBSTÂNCIAS QUE SUSCITAM BEVADA
PREOCUPAÇÃO

No contexto da gestão de substâncias que suscitam preocupação, a Porto Ambiente envolve-se com práticas que asseguram a proteção ambiental e a saúde pública, tal é reconhecido pela obtenção da certificação ISO 14001, que representa um marco importante na estratégia de sustentabilidade bem como um fortalecimento do modelo de negócio.

[Handwritten signature]



A certificação referida permite à Porto Ambiente identificar oportunidades para reduzir custos através da melhoria dos processos operacionais, o que inclui a otimização do consumo de recursos, a minimização do tratamento de resíduos e efluentes e, consequentemente, a redução da pegada ambiental da empresa.

Com uma abordagem proativa, a Porto Ambiente não se preocupa apenas com os aspetos materialmente relevantes da sua operação, mas também está atenta a novas informações e diretrizes, com vista a uma melhoria contínua, com benefícios para a população, colaboradores, fornecedores.

ES-4 | EFEITOS FINANCEIROS POSITIVOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO

Relativamente aos efeitos financeiros de riscos e oportunidades nas áreas de atuação da Porto Ambiente, nomeadamente na limpeza do espaço público e na gestão dos resíduos urbanos, é fundamental reconhecer que a empresa enfrenta um conjunto de desafios que podem impactar a sua sustentabilidade financeira. A poluição representa um desafio significativo que pode implicar custos adicionais, como, por exemplo, as despesas com tratamento de resíduos contaminados, sendo necessário considerar variáveis como o aumento dos resíduos

indiferenciados, a manutenção de infraestruturas de limpeza, e a implementação de medidas corretivas para garantir a qualidade ambiental.

Em contrapartida, surgem novas oportunidades através da implementação de soluções sustentáveis, tais como: a promoção da economia circular e a adoção de tecnologias avançadas – que visam a redução de resíduos e a eficiência na limpeza urbana. A adoção de práticas mais ecológicas, não só resulta em economias a longo prazo, mas também fortalece o compromisso da Porto Ambiente com os objetivos do Pacto da Porto para o Clima.

Assim, a análise e a gestão preventiva destes riscos e oportunidades são essenciais para garantir a viabilidade financeira da empresa, enquanto se promove um ambiente urbano mais limpo e sustentável para a comunidade.

CONSUMO ENERGÉTICO

ES-5 | CONSUMO ENERGÉTICO E COMBINAÇÃO DE ENERGIA

Em termos energéticos, a Porto Ambiente consumiu um total de 284 030 kWh, energia 100% gerada através de fontes verdes, conforme explicado no capítulo "Emissões".

No ano de 2025, a Porto Ambiente dispunha já de soluções renováveis, embora ainda de dimensão reduzida, como sejam os painéis fotovoltaicos para autoconsumo. Neste período, o consumo total foi de 284 MWh, dos quais 11,67 MWh foram fornecidos por soluções renováveis de autoconsumo, representando 4,11% do total consumido.

A Porto Ambiente, em articulação com os demais operadores do perímetro Lipar, tem promovido a valorização energética em praticamente 100% dos seus resíduos indiferenciados. Esta estratégia, para além de essencial na prossecução dos objetivos das boas práticas ambientais, contribui igualmente para a maximização do aproveitamento dos resíduos.

Com esta abordagem alcança-se, assim, a redução da quantidade de resíduos enviados para aterro e a sua consequente transformação em energia, contribuindo para a sustentabilidade e para a redução da pegada de carbono da empresa.

No ano de 2025, a Porto Ambiente encaminhou para valorização energética cerca de 112 mil toneladas de resíduos, os quais se estima serem responsáveis pela produção de cerca de 59 MWh de Energia "limpa".



GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

A Gestão dos Resíduos Urbanos, uma das três principais áreas de atuação da Empresa, representa uma área crítica no contexto das alterações climáticas e da necessidade de uma economia circular, sendo imperativo implementar políticas que visem não só a eficiência da prestação dos serviços, mas a minimização dos impactos ambientais associados.

No seguimento do objetivo proposto em 2024, no ano de 2025, a Porto Ambiente deu continuidade ao processo de reorganização da rede de equipamentos, cujo propósito é disponibilizar a todos os municípios, num só ponto, contentores de todas as frações. Neste contexto e de forma simultânea, pretende-se uniformizar o método de recolha dos equipamentos numa determinada área, para permitir uma maior eficiência na recolha, além de colmatar pontos isolados de deposição indiferenciada e disponibilizar uma maior capacidade de deposição seletiva.

No cômputo geral, no fim do ano de 2025 existiam cerca de 4 300 contentores para resíduos indiferenciados e 1 400 ecopontos completos na cidade do Porto, dos quais 68 foram instalados no decorrer do ano.

A recolha Porta-a-Porta residencial alcançou 2.815 aderentes no ano em apreço (um aumento de 2% relativo ao ano anterior), totalizando 1.683 toneladas de recolha, das quais 880 respeitante à fração seletiva.

O projeto orgânico, cujo início ocorreu em 2019, terminou 2025 com uma abrangência de 60% do território, 865 toneladas recolhidas e uma rede de equipamentos de 740 contentores de proximidade. O aumento da rede de equipamentos de proximidade para deposição orgânica tem sido gradual, contudo, demonstra um avanço significativo que reflete um esforço contínuo de expansão sendo que ao longo do presente ano foram instalados 110 novos contentores.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

ET-1 | PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ADEQUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

As alterações climáticas representam um desafio significativo para a gestão dos resíduos urbanos, tendo em consideração a necessidade de recurso a ferramentas, como veículos pesados de mercadorias, em operação permanente para a sua recolha. Contudo, para mitigação do tema, a Porto Ambiente dispõe das seguintes ações, políticas e metas:

1. Frota a gás natural veicular. Embora, por definição, classificado como combustível fóssil, apresenta menor intensidade carbónica e menores emissões locais de poluentes atmosféricos face aos combustíveis tradicionais, constituindo uma solução de transição no processo de descarbonização da frota, a qual foi reforçada em 2025;

2. Campanhas de sensibilização da população para a importância da deposição em locais adequados, bem como a separação correta, contribuindo para uma gestão mais eficaz.

RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS

EB-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

EB-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

EB-3 | METAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

A gestão inadequada dos resíduos pode afetar os recursos hídricos e marinhos. Assim, para prevenir este potencial impacto, a Porto Ambiente dispõe de sistemas adequados de tratamento e deposição de resíduos para além da promoção pública da reciclagem e valorização energética de resíduos, reduzindo a

pressão sobre os sistemas de gestão de águas e ecossistemas marinhos.

E3-4 | CONSUMO DE ÁGUA | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

Em termos de consumo de água, a Direção de Gestão de Resíduos Urbanos apresenta um consumo anual na ordem dos 744,44 m³, recorrendo-se a meios de obtenção de água alternativos disponíveis como por exemplo, os furos de água para o exercício da sua atividade.

E3-5 | EFEITOS FINANCEIROS PREVISÍVEIS DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

No âmbito do processo de avaliação de dupla materialidade realizado pela Porto Ambiente, os impactos, riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos, no contexto da gestão de resíduos urbanos, foram classificados como não materiais.

Em consequência, a Empresa não identificou efeitos financeiros materiais, atuais ou previstos, positivos ou negativos, associados a este tema, no curto, médio ou longo prazo.

Não obstante esta classificação, a Porto Ambiente reconhece a relevância geral da proteção dos recursos hídricos e marinhos no contexto da sustentabilidade ambiental e assegura, no desenvolvimento da sua atividade, o cumprimento dos requisitos legais e operacionais aplicáveis. À data de reporte, não se antecipa que este tema venha a originar impactos financeiros relevantes adicionais face ao modelo de operação em vigor.

A Empresa manterá, ainda assim, o acompanhamento deste domínio, de forma a assegurar a identificação atempada de eventuais alterações de contexto regulatório, operacional ou ambiental suscetíveis de gerar efeitos financeiros materiais no futuro.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E ECONOMIA CIRCULAR

ES-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

ES-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

ES-3 | METAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

Sendo a economia circular uma ferramenta importante no combate ao desperdício e maximização da vida útil dos recursos através da reutilização e reciclagem, a Porto Ambiente com o

projeto EcoPorto – Centro para a Circularidade da Cidade do Porto, eleva este conceito para ir ao encontro dos ambiciosos objetivos ambientais estipulados para a cidade.

Em 2025, o EcoPorto teve 277 participantes nas atividades de capacitação promovidas, recebeu 2 007 equipamentos, dos quais foi possível reparar 1 307, representando 48%.

ES-4 | ENTRADAS DE RECURSOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

ES-5 | SAÍDAS DE RECURSOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

Entradas de recursos

A atividade da Porto Ambiente assenta num modelo operacional intensivo em recursos, incluindo recursos humanos, combustíveis, energia, água, materiais consumíveis e equipamentos, indispensáveis à prestação do serviço público de gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público.

Não obstante a relevância transversal destes inputs, importa referir que os recursos humanos, os combustíveis, a energia e a água são objeto de tratamento específico noutras secções do presente relatório, nomeadamente no âmbito das normas ESRS S1 (Força de Trabalho), ESRS E1 (Alterações Climáticas) e ESRS E3 (Recursos Hídricos e Marinhos). Neste contexto, a presente

divulgação incide predominantemente sobre os restantes inputs materiais e operacionais, de natureza mais residual no enquadramento global, mas ainda assim relevantes do ponto de vista da eficiência de recursos e da economia circular.

Neste domínio, a Porto Ambiente privilegia a adoção de tecnologias de menor impacto ambiental, a utilização de materiais sustentáveis e duráveis, em detrimento de soluções descartáveis, e a implementação de modelos de contratação baseados em renting e partilha de ativos, promovendo a extensão do ciclo de vida dos equipamentos e a otimização da sua utilização.

Esta abordagem contribui para uma gestão mais eficiente dos recursos, alinhada com os princípios da economia circular, reduzindo a necessidade de consumo de novos materiais e promovendo a minimização de resíduos associados à atividade operacional.

Saídas de recursos

A atividade da Porto Ambiente centra-se na recolha e encaminhamento de resíduos urbanos, assegurando o seu correto direcionamento para as diferentes operações de gestão,

incluindo valorização material, valorização orgânica e eliminação.

À semelhança do referido para as entradas de recursos, importa salientar que determinados outputs com maior relevância no contexto da sustentabilidade — nomeadamente emissões atmosféricas, consumos energéticos e descargas associadas aos recursos hídricos — são objeto de tratamento específico noutras secções do presente relatório, designadamente no âmbito das normas ESRs E1 (Alterações Climáticas), ESRs E2 (Poluição) e ESRs E3 (Recursos Hídricos e Marinhas).

No que respeita aos fluxos materiais, e conforme detalhado na secção seguinte (vii) Encaminhamento de resíduos urbanos para as diferentes operações de gestão), a grande maioria dos resíduos recolhidos é encaminhada para operações de valorização, sendo que apenas 0,59% não foram objeto de qualquer tratamento em alta, tendo sido depositados em aterro.

Paralelamente, a atividade operacional gera também fluxos de resíduos próprios, designadamente associados à manutenção de viaturas, equipamentos e instalações, os quais são encaminhados através de operadores licenciados, em conformidade com os requisitos legais aplicáveis.

Em linha com os princípios da economia circular, a Porto Ambiente promove a valorização dos resíduos sempre que possível, assegurando a rastreabilidade dos fluxos e contribuindo para a redução do impacto ambiental global da sua atividade. Esta abordagem procura igualmente fomentar a recuperação, a reutilização e a reintrodução de materiais e bens em novos ciclos de uso, como se verifica no âmbito das operações do EcoPorto, onde determinadas saídas são enquadradas numa lógica de segunda vida e de nova inserção na comunidade.

E1-1	PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ATRIBUTÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS
E1-2	POLÍTICAS RELACIONADAS COM A ATRIBUTÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ADAPTAÇÃO AS MESMAS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS
E1-3	AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM AS POLÍTICAS EM MATÉRIA DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS
E2-1	POLÍTICAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS
E2-2	AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS
E2-3	METAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS
E3-1	POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS
E3-2	AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS
E3-3	METAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS
E4-2	POLÍTICAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS
E4-3	AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

EE-4 | METAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

URBANOS

EE-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

DOS RESÍDUOS URBANOS

EE-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

| GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

EE-3 | METAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

DOS RESÍDUOS URBANOS

No que respeita à Gestão dos Resíduos Urbanos, no decorrer de 2025, a Porto Ambiente realizou as seguintes políticas e ações:

- Reorganização da rede de equipamentos e uniformização do método de recolha

Através da reorganização da rede de equipamentos e uniformização do método de recolha dos mesmos, a Porto Ambiente teve como objetivo disponibilizar sempre que possível num único ponto contentores indiferenciados e ecopontos. Através desta medida, reafirma-se o compromisso com a gestão eficiente dos resíduos urbanos, cujo fim último é a transformação de políticas, ações e metas nas operações que tenham um impacto positivo, ou reduzam o impacto negativo, no meio ambiente.

A iniciativa mencionada apresenta os seguintes indicadores: (i) número de ecopontos completos disponíveis; (ii) número de

contentores indiferenciados isolados; (iii) número de equipamentos uniformizados com recolha por grua, com os quais se pretende obter os seguintes impactos positivos: (i) maior capacidade de deposição seletiva e incentivo à adequada deposição, (ii) aumento de eficiência na recolha de resíduos e (iii) aumento da cobertura municipal.

Para o efeito, em 2025, efetivou-se a instalação de 68 novos ecopontos, tendo sido, simultaneamente, efetuada a substituição de equipamentos de recolha existentes, para recolha de carga superior (por grua).

- Projeto de recolha seletiva porta-a-porta residencial

O projeto de recolha porta-a-porta residencial, que foi iniciado em 2018, prevê a recolha seletiva de papel/cartão, plástico/metalo, vidro e orgânico, assim como de resíduos indiferenciados, predominantemente em habitações unifamiliares.

Em diversos momentos, nomeadamente em ações de alargamento do projeto, são realizadas campanhas de comunicação e sensibilização, com o objetivo de informar os munícipes sobre o modo de funcionamento do projeto e sensibilizá-los para uma correta separação dos resíduos.



Atualmente, o projeto de recolha porta a porta residencial existe em zonas da área ocidental da cidade, tendo arrancado em abril o alargamento à zona oriental, através de uma candidatura a financiamentos do POSEUR.

O projeto de recolha porta-a-porta tem como indicadores o (i) número de aderentes e (ii) os quantitativos de recolha, por fluxo de resíduo.

No ano de 2025, o sistema do porta-a-porta residencial registou um aumento de 2% na quantidade total de resíduos recolhidos, contando, no final do ano com um total de 2 815 aderentes.

No ano de 2026 prevê-se um incremento substancial desta forma de recolha, com o alargamento a outras áreas da cidade e a respetiva formação e sensibilização dos munícipes abrangidos.

- Projeto orgânico residencial

O Projeto Orgânico é o projeto de recolha seletiva de resíduos orgânicos, inicialmente financiado no âmbito dos Avisos PO SEUR-11-2018-14, PO SEUR-11-2019-29, PO SEUR-11-2020-15 e CityLoops, que compreende a implementação da recolha seletiva de resíduos orgânicos alimentares no setor residencial, em áreas de elevada densidade populacional e com prédios em altura. Este

projeto teve o seu início oficial em abril de 2019, tendo evoluído para uma rede de 740 contentores de proximidade para deposição de resíduos orgânicos até ao final de 2025.

Os principais indicadores deste projeto passam pelo número de aderentes, a cobertura da cidade ao projeto bem como as quantidades recolhidas, como se ilustram:

Indicador	Unidade	2025
Quantitativos recolhidos	Toneladas	864,83
Aderentes	Número	35 920,00
Nível de cobertura de serviço	Porcentagem	65%

- PAPERSU

O Plano de Ação do Município do Porto para Gestão dos Resíduos Urbanos – PAPERSU 2022-2030, foi aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com parecer positivo da ERSAR e da CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte). Em setembro de 2024, o PAPERSU 2022-2030 foi aprovado pela Assembleia Municipal, por unanimidade.

O Plano de Ação tem como objetivo promover a implementação de medidas de prevenção da produção de

resíduos, recolha seletiva de novos fluxos de resíduos e reforço da recolha dos resíduos orgânicos. Inclui também a dinamização de ações de suporte, destacando-se a realização de campanhas de sensibilização.

Numa perspetiva geral, as novas metas definidas para 2030 traduzem-se na fixação de percentagens mais exigentes de preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos, bem como na fixação de uma meta de captura seletiva de biorresíduos. Porém, são dezanove as medidas do plano de ação enquadradas em eixos como a prevenção, gestão dos recursos e operacionalização, cujas atividades se materializam ao longo do horizonte temporal previsto, com indicadores como (i) a expansão do serviço de recolha porta-a-porta residencial e biorresíduos e (ii) a quantidade de resíduos depositados, relativamente a vários fluxos. Por forma a permitir a aceleração da implementação das medidas preconizadas no PAPERSU, a Porto Ambiente submeteu e formalizou a candidatura ao aviso Norte 2030.

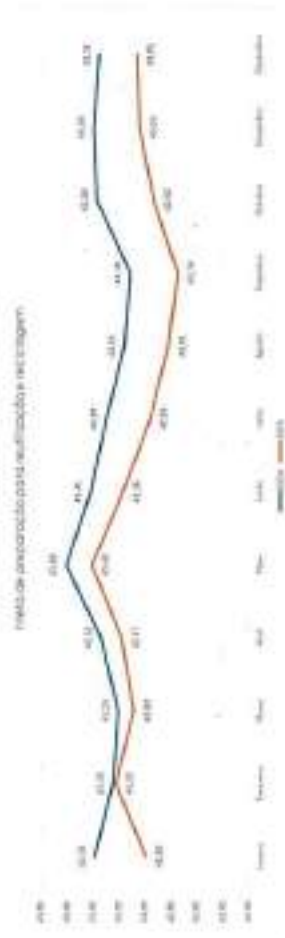
No cômputo geral das ações e metas definidas, abaixo se apresentam os resultados obtidos pela área.



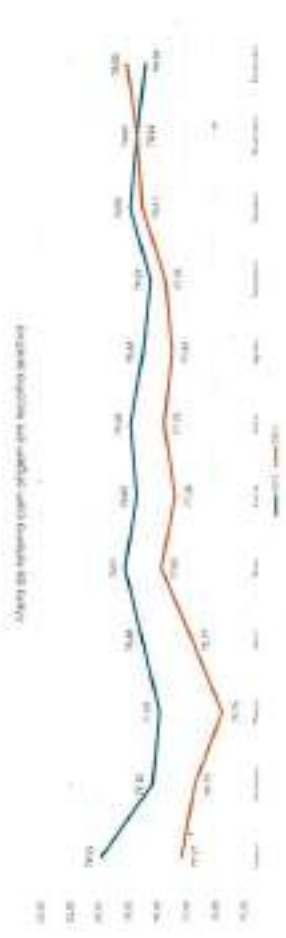
(i) Taxa de cumprimento das metas de recolha seletiva, em conformidade com os indicadores do plano de ação anterior.

Taxa de cumprimento das metas de recolha seletiva		31.12.2025	Resultado
Meta de preparação para reutilização e reciclagem	31,00%		42,00%
Meta de retomas com origem em recolha seletiva	41,00 Kg/habit/ano		79,00 Kg/habit/ano

(ii) Meta de preparação para reutilização e reciclagem em conformidade com os indicadores do plano de ação anterior.

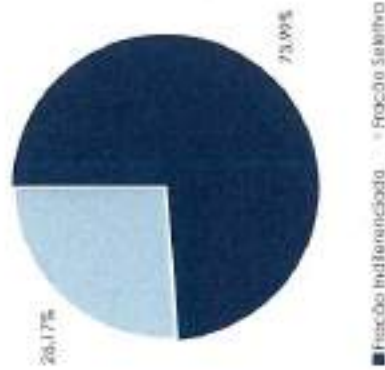


(ii) Meta de retomas com origem em recolhas seletiva



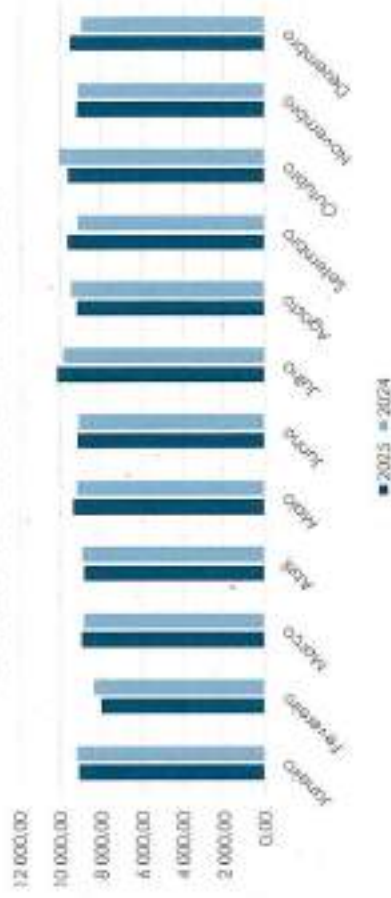
(iii) Toneladas recolhidas

Toneladas recolhidas em 2025



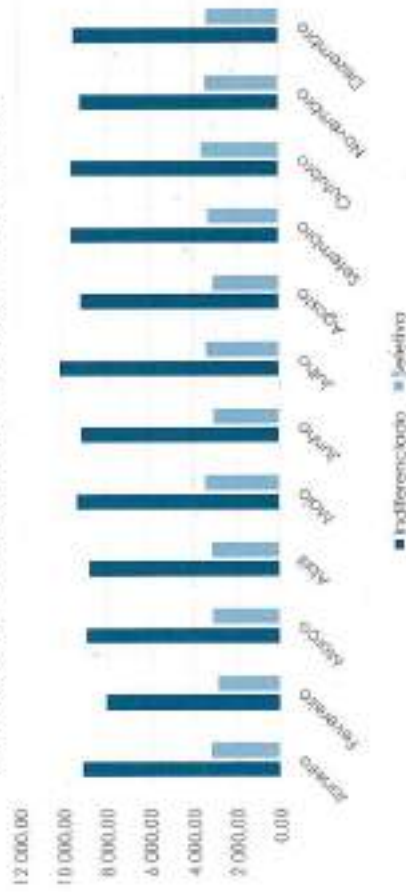
(v) Comparativo de resíduos indiferenciados recolhidos relativamente ao ano anterior

Toneladas de resíduos indiferenciados



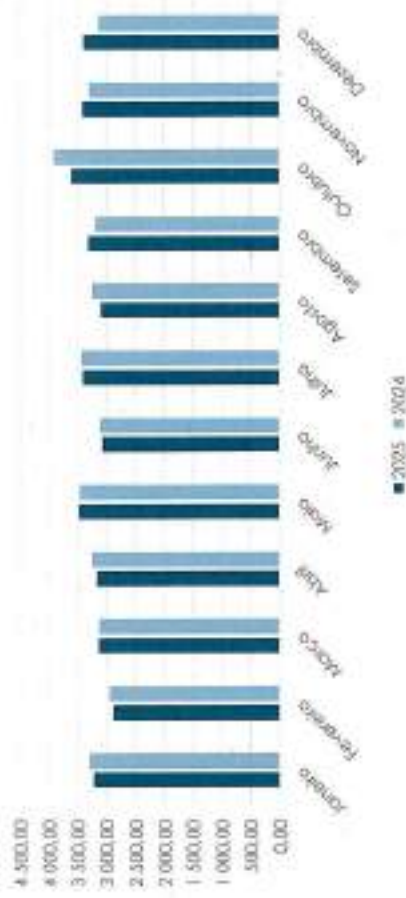
(iv) Comparativo de resíduos recolhidos, por mês, em 2025

Toneladas de resíduos recolhidos, por mês, em 2025



(vi) Comparativo de resíduos seletivos recolhidos relativamente ao ano anterior

Toneladas de resíduos seletivos



[Handwritten signature]

(vii) Encaminhamento de resíduos urbanos para as diferentes operações de gestão

Encaminhamento de resíduos urbanos	Em percentagem	
	2025	2024
Descrção em profundidade	0,59%	1,22%
Valorização Energética	73,26%	72,47%
Valorização Orgânica	7,27%	7,87%
Reciclagem Multimaterial	18,88%	18,44%
Total	100,00%	100,00%

85-4 | EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E COM A ECONOMIA CIRCULAR | Gestão dos Resíduos Urbanos

Quanto aos potenciais efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades associadas com a utilização dos recursos e com a economia circular, sendo uma das prioridades da Porto Ambiente, reconhece-se o potencial desta gerar uma redução da quantidade de resíduos enviados para aterro, logo, uma redução de custos, e simultaneamente, promover a valorização de materiais recicláveis e a reutilização de recursos.

Contudo, a necessidade de investimentos iniciais em infraestruturas e tecnologias inovadoras, que podem impactar o orçamento da empresa, como foi exemplo a abertura, implementação e formação dos colaboradores do EcoPorto.

Por outro lado, as oportunidades decorrentes deste investimento fortalecem a colaboração com parceiros locais, a criação de novos produtos por forma a contribuir para a sociedade, sendo que os bens gerados pelo EcoPorto são doados, e também pela contribuição da Empresa para a sustentabilidade ambiental.

Assim, a Porto Ambiente está comprometida em explorar e reforçar proativamente estas dinâmicas e ações, assegurando que as operações não apenas atendem às necessidades atuais, mas também contribuem para um futuro sustentável.

LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

Com a introdução de 20 novos equipamentos de varredura, incluindo 12 varredoras elétricas e 8 compactas, despoletou-se o início do planeamento de um novo serviço de varredura com testes realizados em várias zonas da cidade por forma a determinar as frequências e recursos adequados.

Em 2025, a Porto Ambiente continuou a trabalhar no compromisso em abordar as alterações climáticas, otimizar os recursos hídricos e promover a economia circular, através da inovação constante e da colaboração com a comunidade para garantir um espaço público limpo, sustentável e acolhedor para todos.

A otimização dos recursos e a procura na adoção de novas metodologias de varredura continuam a ser uma prioridade desta Direção e este trabalho resultou numa taxa de execução de 98,45% do que estava planeado, demonstrando a eficácia das iniciativas implementadas até ao momento.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

EL-1 | PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ADEQUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | IMPRETA DO ESPAÇO PÚBLICO

A adoção de varredura húmida, com recurso a água, ao invés dos tradicionais sopradores, em conjunto com as novas aquisições permite uma limpeza mecanizada e reforça a eficiência do serviço prestado para além de contribuir para a redução das emissões e resíduos.

Em 2025, foram lavados 24.457 equipamentos de deposição e respetivas áreas envolventes, dos quais 2.228 correspondem a papelarias, embora tenha havido uma redução atribuída ao número de recursos humanos disponíveis. Este serviço é vital para manter a higiene e a funcionalidade dos espaços públicos.

RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS

EB-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | IMPRETA DO ESPAÇO PÚBLICO

EB-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | IMPRETA DO ESPAÇO PÚBLICO

EB-3 | METAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | IMPRETA DO ESPAÇO PÚBLICO

No que respeita à gestão de recursos hídricos, a Porto Ambiente deu um passo relevante na otimização do consumo de água, através da implementação de um programa de formação dirigido às equipas de lavagem, promovendo a utilização de água para reutilização (ApR) sempre que operacionalmente possível.

Contudo, ao longo de 2025, o abastecimento de ApR esteve suspenso desde o mês de fevereiro, em virtude de intervenções de manutenção na ETAR do Freixo, condicionando a sua utilização regular nas operações de lavagem.

Antecipando o reforço da utilização deste recurso no futuro, a Porto Ambiente submeteu à Agência Portuguesa do Ambiente um pedido de alteração do Título Único Ambiental (TUA), com vista a ficar habilitada a utilizar ApR na lavagem de equipamentos de deposição de resíduos — tanto em estaleiro como na via pública — bem como na lavagem de viaturas em

estaleiro, encontrando-se o pedido atualmente a aguardar deferimento.

Não obstante os constrangimentos registados, em 2025 foi consumido um total de 590 m³ de água para reutilização, evidenciando o compromisso da Empresa com práticas de eficiência hídrica e economia circular.

Adicionalmente, manteve-se a colaboração com a Empresa Municipal Águas e Energia do Porto, que permitiu assegurar a limpeza de aproximadamente 36 mil órgãos de drenagem, contribuindo de forma determinante para a minimização do risco de inundações e para a proteção dos recursos hídricos locais.

No domínio do litoral, a operação de limpeza das praias foi reforçada, tendo resultado na recolha de 1 434 toneladas de sargazo. Esta intervenção contribui não apenas para a melhoria das condições de fruição balnear e da qualidade paisagística, mas também para a preservação do equilíbrio ecológico das zonas costeiras, promovendo um ecossistema marinho mais saudável.

No âmbito das atividades de Limpeza do Espaço Público, o consumo total de água ascendeu a aproximadamente 6 164 m³. Em linha com a estratégia de eficiência hídrica da Empresa, foi reforçada a capacitação das equipas operacionais de lavagem de alta pressão, preparando a transição progressiva para uma maior incorporação de água para reutilização (ApR) nas operações.

Com vista a ampliar o âmbito de utilização deste recurso, foi preparado um pedido de alteração do Título Único Ambiental (TUA) da Porto Ambiente, a submeter à Agência Portuguesa do Ambiente, permitindo alargar formalmente a utilização de ApR em diferentes contextos operacionais.

Paralelamente, a Empresa assegurou o cumprimento do plano de análises laboratoriais e dos procedimentos de desinfeção das viaturas de lavagem, garantindo os padrões de qualidade e segurança exigidos. Após a conclusão das intervenções de manutenção no sistema de abastecimento, prevê-se que a utilização de ApR venha a assumir um peso maioritário no consumo de água associado às viaturas de lavagem.



ES-5 | EFEITOS FINANCEIROS PREVISÍVEIS DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

No que toca aos efeitos financeiros de riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos da Limpeza do Espaço Público, ressalva-se a crescente pressão sobre os recursos hídricos, agravada pelas alterações climáticas e pela intensificação do turismo, que poderá resultar em custos elevados associados à gestão e implementação de medidas de sustentabilidade nas operações de limpeza, especialmente na época alta.

Por outro lado, a adoção de práticas inovadoras, como a utilização de veículos de limpeza mais ecológicos e compactos, minimiza os impactos ambientais e apresenta uma oportunidade de melhoria da satisfação dos cidadãos e turistas, através da eficiente limpeza das ruas bem como das praias.

A valorização dos ecossistemas marinhos e a promoção de praias limpas e seguras são fundamentais, não apenas para a saúde pública e o bem-estar da comunidade, mas também para o fortalecimento da imagem da cidade como um destino turístico sustentável. Assim, a Porto Ambiente está comprometida em alinhar as operações de limpeza com os objetivos do Pacto do

Porto para o Clima, garantindo que a gestão dos recursos hídricos e marinhos seja integrada de forma eficaz nas atividades diárias.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E ECONOMIA CIRCULAR

ES-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

ES-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

ES-3 | METAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

ES-4 | ENTRADAS DE RECURSOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

ES-5 | SAÍDAS DE RECURSOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

No âmbito da economia circular, a Porto Ambiente lançou um projeto em parceria com a Electrão para a caracterização dos resíduos depositados nas papelarias, revelando um impressionante potencial de reciclagem de cerca de 50%.

Esta iniciativa é fundamental para o desenvolvimento de novas metodologias, aumentando a reciclagem e reduzindo a quantidade de resíduos destinados à incineração.

Além disso, a equipa de limpeza de fachadas realizou 19 279 intervenções, utilizando sílica e pintura, promovendo um ambiente urbano mais limpo.



85-4 | EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E COM A ECONOMIA CIRCULAR | LINHA DE Estratégia Financeira

Os efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular na limpeza do espaço público constituem um aspeto essencial da estratégia da Porto Ambiente.

Não obstante não existirem efeitos financeiros previstos na limpeza do espaço público para além do investimento em soluções inovadoras em prol da eficiência da operação, as oportunidades surgem através da redução do consumo de água, onde a colaboração com a comunidade e a promoção de iniciativas de limpeza que envolvam os cidadãos fortalecem o sentimento de responsabilidade coletiva e ambiental. Desta forma, a empresa procurará maximizar os benefícios económicos e ambientais das suas operações, assegurando um futuro mais sustentável para a cidade.

PACTO DO PORTO PARA O CLIMA

A neutralidade carbónica só pode ser abordada com sucesso através de intervenções transversais e multinível, desde o nível pessoal ao global, passando pelos níveis organizacional, local, regional e nacional.



Neste âmbito, a Porto Ambiente tem como objetivo a aplicação do seu conhecimento e da sua experiência acumulada para identificar as melhores soluções, aplicando os métodos e procedimentos que se mostrem técnica e legalmente mais adequados a alcançar os objetivos municipais e de interesse geral que subjazem ao Contrato-Programa.

O Porto tem vindo a implementar um conjunto de medidas que terá de continuar e aprofundar, acelerando a descarbonização em múltiplos setores e envolvendo diversos agentes da cidade. Essas medidas estão organizadas em dois grandes projetos que, apesar de distintos, concorrem para o mesmo objetivo comum: atingir a neutralidade carbónica até 2030.

Neste segundo ano completo de atividade, para lá do desenvolvimento e monitorização dos temas relacionados com o Pacto do Porto para o Clima e com os seus subscritores, bem como o acompanhamento da participação da cidade na Missão Europeia "Cidades Inteligentes e com um Impacto Neutro no Clima", foram alcançados resultados de grande relevância para a cidade do Porto em termos de ação climáticas.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

EL-1 | PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ATRIBUIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES CLIMÁTICAS | PACTO PARA O CLIMA

O Porto assume um papel de liderança no combate às alterações climáticas com o firme compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2030 que é evidenciado através do envolvimento do Contrato Climático da Cidade, aprovado no âmbito da Missão Cidades e elaborado em colaboração com múltiplos stakeholders com o apoio da União Europeia, reconhecendo o Porto como um modelo a seguir em termos de sustentabilidade urbana.

Das várias iniciativas realizadas, destaca-se o envolvimento e reconhecimento da cidade na Missão Europeia "Cidades Inteligentes e com Impacto Neutro no Clima", cuja missão visa testar e implementar novos mecanismos para reduzir as emissões de gases com efeito estufa, através de uma plataforma para partilhar experiências e boas práticas.

Neste contexto, ressalva-se que o Porto foi selecionado entre quase 400 candidaturas para integrar o restrito grupo de 100

cidades, reforçando o seu compromisso e trabalho para com a descarbonização.

Simultaneamente, o Pacto para o Clima do Porto procura proporcionar uma oportunidade para os cidadãos conhecerem as iniciativas de sustentabilidade concretas que têm vindo a ser implementadas na cidade.

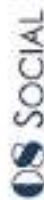
UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

A Unidade de Sensibilização e Fiscalização procura sensibilizar e mobilizar a comunidade para a adoção de hábitos sustentáveis, demonstrando como pequenas ações individuais podem contribuir para a mitigação das alterações climáticas.

A fiscalização atua como uma ferramenta de divulgação, bem como de garantia do cumprimento do regulamento, enquanto a sensibilização tem sido consolidada e tem evoluído em prol da mudança de hábitos e práticas, para tentar prevenir comportamentos indevidos e alterar mentalidades e ideias feitas dos munícipes, clientes e outras entidades, procurando capacitar cada cidadão como um agente de mudança, envolvendo a cidade na melhoria da limpeza do espaço público e gestão dos resíduos urbanos.



No decorrer do ano de 2025, a Unidade de Fiscalização e Sensibilização apresentou resultados positivos, conforme se demonstra na tabela seguinte:



ESRS 2 2018-3 | RISCOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAS E A SUA INTEGRAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E

O MODELO DE NEGÓCIOS

Unidade de Fiscalização e Sensibilização	2025		Dólar
	Faturamento	Ejecução	
Dólares de Sensibilização e Fiscalização	3.300	3.300	102.275
Dólares de Formação de Serenidade Ambiental	280	267	108.445
Total de Ações de Sensibilização	3.580	3.567	101.820
Número de pessoas sensibilizadas	15.000	14.000	53.375

Em termos sociais, relativo à estratégia e modelo de negócio, a Porto Ambiente identificou os seguintes riscos e oportunidades:

Riscos

- S1**
 - Retenção de talento (taxa de rotación elevada, com impacto financeiro)
 - Modelo de gestão de talento (políticas assentes no desenvolvimento e meritocracia via avaliação do desempenho, com impacto nas operações e financeiro)
- S2**
 - Condições de trabalho (relacionamento com fornecedores que incumprem as normas)
 - Redução de potenciais fornecedores (através de imposição de cláusulas e auditorias)
- S3 | S4**
 - Adiência de formação (com impacto nos recursos financeiros afetos)
 - Responsividade aos questionários (baixa responsividade apenas permitirá avaliar condicionalmente o serviço prestado)
 - Gestão de expectativas (relativa à percepção de valorização, sendo mais propícia quando os serviços não ocorrem)

Oportunidades

- S1**
 - Implementação de um modelo de gestão de talento (por forma a reter talento e capacitar os funcionários)
 - Gestão aberta (promoção do espírito de equipa, criatividade e comunicação aberta)
- S2**
 - Compras e parcerias sustentáveis
 - Melhoria dos procedimentos internos e criação de diretrizes em conformidade com as melhores práticas
- S3 | S4**
 - Melhoria da qualidade e gestão do serviço (via feedback)
 - Educação pública (através dos programas de sensibilização para melhor conhecimento)
 - Fortalecimento das laços com a comunidade



RECURSOS HUMANOS

31-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA

Na Porto Ambiente, os colaboradores demonstram um empenho e sentido de serviço público inigualáveis.

31-1-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA

31-2 | PROCESSOS PARA DIALOGAR COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA E COM OS REPRESENTANTES DOS

TRABALHADORES SOBRE IMPACTOS

31-3 | PROCESSOS PARA CORRER RISCO DE IMPACTOS NEGATIVOS E CRIAR PARA A PRÓPRIA MÃO DE OBRA

OPORTUNIDADES

31-4 | TOMADA DE MEDIDAS SOBRE OS IMPACTOS MATERIAIS NA PRÓPRIA MÃO DE OBRA E ADOÇÃO DE

PARA GERIR OS RISCOS MATERIAIS E PROCURAR OPORTUNIDADES MATERIAIS RELACIONADAS COM A

PRÓPRIA MÃO DE OBRA, BEM COMO A EFICÁCIA DESSAS MEDIDAS

A Empresa, através do modelo de gestão implementado, promove uma comunicação aberta e transparente com o intuito de valorizar todos os contributos e, bem assim, mitigar os possíveis impactos e riscos decorrentes das especificidades da atividade e dos serviços prestados.

Para o efeito e designadamente, realiza-se anualmente um inquérito do clima organizacional, existindo ainda um canal próprio, designado "Quiosque", para sugestões, denúncias e outros pedidos.



31-1-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA

31-4 | TOMADA DE MEDIDAS SOBRE OS IMPACTOS MATERIAIS NA PRÓPRIA MÃO DE OBRA E ADOÇÃO DE

PARA GERIR OS RISCOS MATERIAIS E PROCURAR OPORTUNIDADES MATERIAIS RELACIONADAS COM A

PRÓPRIA MÃO DE OBRA, BEM COMO A EFICÁCIA DESSAS MEDIDAS

31-4-1 | METAS RELACIONADAS COM A GESTÃO DOS IMPACTOS MATERIAIS NEGATIVOS, A PROMOÇÃO DE

IMPACTOS POSITIVOS E A GESTÃO DE OPORTUNIDADES MATERIAIS

O modelo de gestão engloba um conjunto de políticas, iniciativas e metas quer para atenuar os riscos quer para explorar oportunidades de melhoria empresarial, em que se apresenta detalhadamente a política e iniciativas adotadas e respetivas metas.

<p>Desenvolvimento do negócio</p> <p>Sistema de Avaliação de Desempenho</p> <p>No decorrer de 2025, foi iniciado o desenvolvimento do sistema de avaliação de desempenho a ser implementado no decorrer de 2026.</p>	<p>Plano de Formação</p> <p>Cumprimento da taxa de execução do plano de formação anual</p> <p>A Porto Ambiente apresenta uma taxa de execução de 73%, sendo que é importante ressaltar que, por vezes, existem fatores externos, como por exemplo limitações materiais e humanas, que poderão condicionar a prestação de serviços.</p>
<p>Formação e Inovação</p> <p>Em conformidade com o número 2 do artigo 3.º do Lei n.º 4/2019, a empresa deve atingir um número não inferior a 2% de trabalhadores com formação ao serviço.</p> <p>A contratação de funções é um elemento essencial à inovação, contudo a orientação da Porto Ambiente para a contratação de talento orientado para este domínio, através de concursos e processos de recrutamento abertos.</p>	<p>Aprendizagem</p> <p>Taxa de absentismo inferior ao igual a 7%</p> <p>A Porto Ambiente apresenta uma taxa de absentismo de 6,32%</p>
<p>Segurança e Saúde no Trabalho</p> <p>De acordo com os índices de Classificação do OSH</p> <p>A avaliação dos condições ambientais e de segurança no trabalho, que implicam trabalho físico intenso e elevado contacto com a natureza e ambientes naturais, a Porto Ambiente apresenta um risco inerente mais elevado de ocorrência de incidentes. Neste contexto, a Empresa tem adotado a implementação de medidas de prevenção e mitigação, cuja avaliação demonstra resultados positivos, evidenciando o compromisso contínuo com o bem-estar dos trabalhadores e de terceiros.</p>	<p>Satisfação global dos funcionários</p> <p>75%</p> <p>A avaliação do clima organizacional efetuada em 2025 evidenciou uma elevada satisfação global com a Porto Ambiente por parte dos colaboradores, sendo que 73% apresentaram resultados positivos.</p>

Com as políticas supra, cujas metas se apresentam maioritariamente positivas e através de um conjunto de benefícios adicionais como o seguro de saúde para funcionários com contrato sem termo, voucher de apoio à parentalidade, entre outros, a Porto Ambiente visa reter talento situando-se a rotatividade no ano de 2025 em cerca de 17%.

SI-4 | CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS DA EMPRESA

SI-7 | CARACTERÍSTICAS DOS MÃO-DE-OBRA NÃO DE CIMA DA EMPRESA

SI-9 | MÉTRICAS DE DIVERSIDADE

No que respeita às características dos trabalhadores e métricas de diversidade, apresenta-se os seguintes indicadores:

- Número de colaboradores por categoria profissional

Categoria Profissional	Número de Colaboradores	
	2025	2024
Administrador executivo	2	2
Diretor	6	5
Coordenador	4	7
Assessor Jurídico da Administração	2	1
Outros Técnicos superiores	25	22
Secretária do Conselho de Administração	1	1
Administrativo	12	15
Carreira Técnica	31	20

Operação de Gestão de Resíduos Urbanos

Encarregado Operacional Geral	2	2
Encarregado Operacional	14	13
Chefe de equipa	1	1
Assistente Operacional - Motorista	97	91
Assistente Operacional - Carionista	246	232
Operação de Limpeza do Espaço Público		
Encarregado Operacional Geral	2	2
Encarregado Operacional	10	12
Chefe de equipa	14	11
Assistente Operacional - Motorista	21	22
Assistente Operacional - Carionista	267	257
Total	759	716

- Número de colaboradores por tipo de contrato

Tipo de contrato	Número de colaboradores	
	2025	2024
Contrato de gestão	2	1
Contrato individual de trabalho	694	640
Contrato de interesse público	63	74

- Número de colaboradores por vínculo contratual



Vínculo laboral	Número de colaboradores	
	2025	2024
Indeterminado	323	301
Cerificado	336	215

- Número de colaboradores, por género e idade

Idade dos quocados superiores	Número de colaboradores		Porcentagem	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
< 30	97	12	12,80%	1,58%
30 > 50	328	38	40,27%	5,01%
> 50	269	14	35,65%	1,85%

- Número de colaboradores, por idade e regime assalariado ou não assalariado, sendo que, no Porto Ambiente, todos os trabalhadores são assalariados.

Tipo de colaborador	Número de colaboradores	
	2025	2024
Masculino	694	639
Feminino	65	37

- Absentismo registado

Absentismo	2025	2024
	6,52%	6,54%

- Flutuação de colaboradores no período e indicador de Volume de negócios por colaborador

Flutuação de colaboradores	Número de colaboradores	
	2025	2024
Número de entradas	200	149
Número de saídas	164	143
Volume de negócios/Produtor	28 817,89	27 680,39



31-8 | COBERTURA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA E BIÓLOGO SOCIAL

Relativamente à negociação coletiva e ao diálogo social, nenhum colaborador da Porto Ambiente é abrangido por convenções coletivas de trabalho, porém, o Conselho de Administração reúne, quando necessário, com os sindicatos e trabalhadores.

31-10 | SALÁRIOS ADEQUADOS
31-11 | PROTEÇÃO SOCIAL

No âmbito da proteção social e dos salários adequados, todos os colaboradores são abrangidos pelo sistema de Segurança Social ou, no caso dos funcionários em cedência de interesse público, pela Caixa Geral de Aposentações, e são remunerados com, no mínimo, o salário mínimo nacional estabelecido. Além do exigido legalmente, os trabalhadores com vínculo por tempo indeterminado têm um seguro de saúde oferecido pela Empresa.

31-9 | MÉTRICAS DE DIVERSIDADE
31-12 | PESSOAS COM DISCAPACIDADE

Em conformidade com o número dois do artigo 5.º da Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro, que define as quotas de emprego para pessoas com incapacidade $\geq 60\%$, as grandes empresas devem admitir trabalhadores que se inscrevam neste âmbito, em número não inferior a 2%.

A Porto Ambiente, apesar dos esforços desenvolvidos e da captação de talento orientado para este domínio, tem enfrentado dificuldades acrescidas no cumprimento integral do disposto, em virtude das especificidades do seu perfil operacional. Cerca de 90% dos seus colaboradores desempenham funções operacionais de terreno, frequentemente associadas à condução de veículos pesados e à operação de equipamentos urbanos especializados, atividades que exigem elevados níveis de aptidão física, robustez funcional e cumprimento rigoroso de requisitos de segurança. Neste contexto, determinadas limitações funcionais podem representar fatores acrescidos de vulnerabilidade a lesões profissionais, quer para os próprios trabalhadores, quer para terceiros, impondo uma análise particularmente prudente na afetação de funções.

Não obstante estes constrangimentos estruturais, a Empresa mantém a ambição e o compromisso de prosseguir o percurso delineado, reforçando gradualmente as condições internas necessárias ao cumprimento do objetivo estabelecido, de forma responsável, inclusiva e compatível com a sua missão de serviço público e com os princípios de segurança e proteção dos trabalhadores.

51-13 | MÉTRICAS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Métricas de formação e desenvolvimento de competências

Formação	Unidade	Total
Tipo de formação		930
Formação Interna	N.º de Formações	775
Formação Externa		155
Formandos	N.º de Formandos	737
Volume de Horas		18 362
Volume de Horas na Formação Interna	N.º de Horas	11 704
Volume de Horas na Formação Externa		6 658

51-14 | MÉTRICAS DE SAÚDE E SEGURANÇA

O compromisso com a segurança e saúde no trabalho é uma constante e, como tal, após internalização do serviço de medicina do trabalho, a Porto Ambiente aposta na proteção

e a promoção da saúde nos locais de trabalho, promovendo atividades neste âmbito

Neste âmbito, foram realizados 1 173 exames médicos, abrangendo admissões, exames periódicos e ocasiões específicas, além de 3 311 exames complementares de diagnóstico.

A Empresa garante a segurança dos colaboradores através da entrega de fardamento e Equipamento de Proteção Individual (EPI), com a distribuição total de 1 14 521 unidades, das quais 4 881 unidades de fardamento de alta-visibilidade e 1 158 pares de botas de proteção.

A área de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) promoveu quase 773 horas de formação interna sobre diversos temas, incluindo saúde e segurança no trabalho, primeiros socorros, manuseamento de produtos químicos e gestão de emergências, além das 428 visitas aos postos de trabalho para monitorização das práticas de segurança.

Durante o ano, são elaborados relatórios de análise de causas relacionadas com acidentes de trabalho, que resultam na implementação de medidas preventivas.

A colaboração da área de SST com outras áreas da Porto Ambiente é crucial para otimização de métodos, organização do trabalho e bem-estar de todos os colaboradores.

31-15 | MÉTRICAS DE GOBIERNO ENFRE A VIDA PROFISSIONAL E A VIDA PRIVAZIA

A Porto Ambiente promove um conjunto alargado de iniciativas orientadas para o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal dos seus colaboradores, indo além do estritamente previsto no enquadramento legal aplicável.

Em 2025, todos os trabalhadores que reuniram os requisitos legais beneficiaram do direito a licença para assistência à família, assegurando-se o pleno cumprimento deste direito e a necessária conciliação entre responsabilidades profissionais e familiares.

Adicionalmente, a Empresa disponibiliza, através do seu portal interno, informação atualizada e de fácil acesso relativa ao regime legal da parentalidade e aos direitos associados, promovendo o conhecimento, a transparência e o apoio aos colaboradores neste domínio.

51-16 | MÉTRICAS DE REMUNERAÇÃO (DEPARAÇÃO DE SALARIAL E REMUNERAÇÃO TOTAL)

No âmbito da transparência promovida, a Empresa aplica aos seus colaboradores a tabela salarial equiparada à função pública, e no aplicável, ao Município do Porto, estando assim mitigados os riscos de disparidade salarial.

51-17 | INCIDENTES, QUEIXAS E GRAVES IMPACTOS E INCIDENTES DE DESRESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS

Além disso, no decorrer de 2025, não se registaram quaisquer incidentes ou queixas relativas ao desrespeito dos direitos humanos.

POLÍTICAS, CULTURA E ÉTICA EMPRESARIAL

G1-1 | POLÍTICAS DE CONDUITA EMPRESARIAL E CULTURA EMPRESARIAL

A Porto Ambiente materializa na sua cultura elevados padrões de ética e de conduta nos componentes internos e externos, fundamentados no Código de Ética e Conduta, cuja gestão é feita pelo Departamento Jurídico, um órgão independente que conta com o total apoio do Conselho de Administração.

Reconhecendo a importância da transparência e da integridade na cultura empresarial, a Porto Ambiente estabelece mecanismos robustos para a identificação, comunicação e investigação de comportamentos ilícitos ou contrários ao seu código de conduta. Assim, promove-se um ambiente seguro para a comunicação de preocupações, considerando as contribuições de partes interessadas internas e externas.

De forma a proteger os denunciadores, foram criados canais internos de denúncia de irregularidades, incluindo a designação de pessoal qualificado para receber e tratar as denúncias, garantindo a inexistência de retaliação, em conformidade com a legislação aplicável que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937.

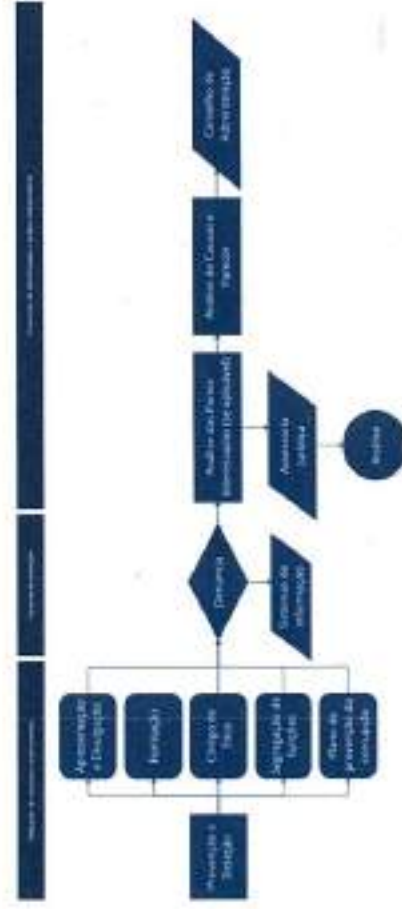
Adicionalmente, a Porto Ambiente dispõe de procedimentos para a investigação de incidentes de conduta empresarial, incluindo corrupção e suborno, assegurando investigações rápidas, independentes e objetivas.

G1-1 | POLÍTICAS DE CONDUITA EMPRESARIAL E CULTURA EMPRESARIAL
G1-3 | PREVENÇÃO E DETEÇÃO DE CORRUPÇÃO E SUBORNO

Quanto à conduta empresarial, prevenção e deteção de corrupção e suborno, a Porto Ambiente detém instrumentos para

a sua mitigação, nomeadamente o Plano de Prevenção da Corrupção e o Código de Ética, sendo estas políticas divulgadas a todos os colaboradores, quer no site público, quer no "Quiosque" interno, bem como na apresentação da Empresa aquando da entrada de novos colaboradores.

Para melhor análise, abaixo se apresenta o fluxograma dos procedimentos da Empresa, quanto a este tema.



G1-4 | INCIDENTES DE CORRUPÇÃO OU SUBORNO

Em 2025, não foram registados casos de corrupção ou suborno.

G1-5 | INFLUÊNCIA POLÍTICA E ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSE

A Porto Ambiente não exerce qualquer influência política através de donativos ou outros meios de contribuição, assegurando a independência e integridade desta empresa municipal.

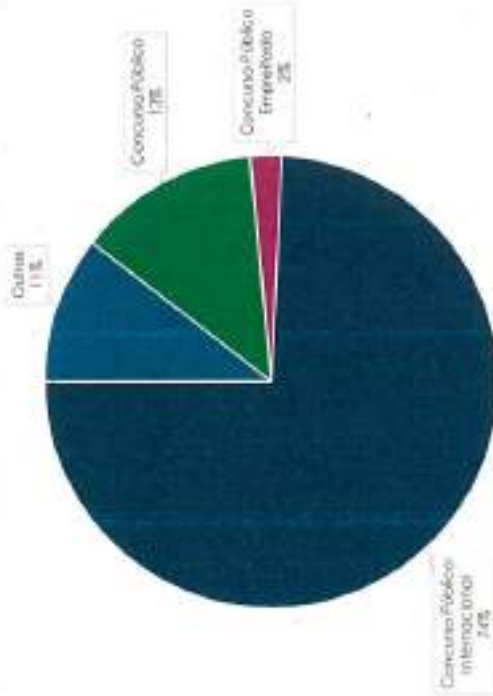
10 CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Porto Ambiente está, por regra, sujeita, às regras gerais da concorrência nacionais e europeias, encontrando-se vinculada ao cumprimento das disposições aplicáveis em matéria de contratação pública, em conformidade com a os artigos 33.º e 34.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A sujeição da Empresa às regras da contratação pública decorre especificamente da sua natureza de empresa local, caracterizada como entidade adjudicante e como contraente pública, para efeitos da aplicação do regime no Código dos Contratos Públicos, bem como à fiscalização prévia do Tribunal de Contas e ao controlo financeiro.

Em 2025, foram despoletados 946 procedimentos pré-contratuais, instruídos nos termos e em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos, totalizando um montante de 19 834 402,73 Euros, expurgando o valor relativo à contratação excluída da parte II do CCP e excluído do âmbito de aplicação, cujas adjudicações se caracterizam da seguinte forma:

Tipologia de procedimentos
(excluíndo os contratos excluída da parte II do CCP e excluídos do âmbito de aplicação)



• Outros • Concurso Público • Concurso Público Empreitada • Concurso Público Internacional

AÇÕES, METAS E RESULTADOS DAS COMPRAS E

APROVISIONAMENTO

Numa ótica de melhoria contínua, a unidade de Compras e Aprovisionamento reúne um conjunto de ações e metas com recurso à definição de métricas mensuráveis, cujos resultados se apresentam de seguida.

Objetivo	Indicador	Métrica	Resultados
Compras Sustentáveis	ECO 300 - Realização do Conselho de Mérito n.º 13/2025	Implementação do plano de ação definido como objetivo estratégico	62,00%
	Indicador de desempenho estratégico	ICR 1 - Preço das contratações celebradas no âmbito do Procurement Sustentável	63,00%
		ICR 2 - Número de contratos celebrados no âmbito do Procurement Sustentável	5,58%
	EPI (I)	Indicador 1 - Procedimentos pré-contratuais (do DA e ENCP2020) Indicador 2 - Monitoria financeira (do RA e ENCP2020)	65,97%
Qualidade procedimental	Índice de qualidades dos procedimentos CCP	Avaliação semestral a nível	93,94%
Fonte de financiamento	Número de candidaturas submetidas		3,00
	Número de candidaturas aprovadas		6,00
Reorganização Amistosa	Reorganização física dos arquivos do Zólio Amiciente	Aplicação da metodologia (do RA)	5,00
Avaliação de procedimentos contratuais - concursos	Identificação de procedimentos	Levantamento de dados relativo a 2024	21,00
Avaliação de competências técnicas	Avaliação da eficácia da formação	Análise global	91,60%
Implementação (do RA - Compras)	Data de execução do plano ação (relatório) (do RA) (15 em 15 dias)		93,54%
Identificação necessidades - Cliente	Data de satisfação do cliente interno	Inquérito de satisfação	94,95%

RELAÇÃO COM FORNECEDORES

GI-2 | GESTÃO DAS RELAÇÕES COM OS FORNECEDORES

No âmbito do processo de melhoria contínua com os fornecedores, privilegia-se um acompanhamento sistemático do qual surge uma avaliação, cujos critérios são, designadamente:



- Qualidade, isto é, a avaliação da conformidade do bem/serviço com os requisitos aplicáveis no momento de receção do bem ou da conclusão da realização do serviço;
- Prazo, onde se verifica a adequabilidade dos prazos praticados e/ou o grau de cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Cumprimento dos requisitos administrativos em que confere o cumprimento da indicação do número de requisição na fatura.

Em 2025, foram avaliados 387 fornecedores, dos quais 101 fornecedores foram também avaliados no âmbito do Índice de Qualidade de Fornecedores - 26% - resultando, 85,15 % em aprovações.

De acordo com as disposições de ordem ambiental no Código dos Contratos Públicos, a sustentabilidade constitui um dos princípios gerais a observar na formação e execução dos contratos públicos. Desta feita, a Porto Ambiente tem implementado critérios sociais e ambientais para a seleção de fornecedores em alinhamento com a sustentabilidade, designadamente: económicas - como preço, qualidade, disponibilidade e funcionalidade -, ambientais - com consideração no ciclo de vida, transporte e embalagens

utilizadas -, sociais - com condições de trabalho, formação dos colaboradores, assinatura e implementação do Código de Conduta para Fornecedores da Porto Ambiente - e, circularidade - reparação e reciclagem.

COMPRAS PÚBLICAS ECOLÓGICAS – ECO360

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, que aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030, designada por ECO360, visa alavancar a reforma ecológica por forma a conferir à administração pública um papel preponderante na transição para uma economia ambientalmente mais sustentável, competitiva e resiliente.

No alinhamento com a otimização e sustentabilidade das compras e aprovisionamento da Porto Ambiente, são apresentados supra os objetivos, indicadores e cumprimento de metas de 2025.

PRÁTICAS DE PAGAMENTO

G1.4 | PRÁTICAS DE PAGAMENTO

As práticas de pagamento são acordadas bilateralmente entre o fornecedor e a Porto Ambiente através do preenchimento da

ficha de fornecedor, disponibilizada pelo departamento de Compras e Aprovisionamento quando da adjudicação, tendo em consideração o cumprimento do disposto no artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, especialmente o número três e quatro do referido, sendo que são excecionais os casos em que é definido um prazo de pagamento a 60 dias.

A Porto Ambiente apura o prazo médio de pagamentos com referência à data de emissão da fatura, tendo registado, em 2025, 79,66% de pagamentos efetuados dentro do prazo. Do total de 7 040 pagamentos a fornecedores, 1 190 ocorreram após o vencimento, com um atraso médio de 64 dias.

Importa salientar que parte dos pagamentos aqui consideradas como atrasados, resulta de situações técnicas ou documentais, nomeadamente faturas que não reúnem os requisitos formais exigidos ou que não cumprem o previsto contratualmente, designadamente em matéria de faturação eletrónica. Nestes casos, os pagamentos ficam temporariamente suspensos até à respetiva regularização, circunstância que se encontra a penalizar negativamente o cálculo do indicador.

Mantendo o compromisso de melhoria contínua, a Empresa prossegue o reforço dos seus procedimentos internos e do

díálogo com fornecedores, visando a progressiva otimização deste desempenho

Sendo os prazos definidos bilateralmente, no que concerne às pequenas e médias empresas estas optam, geralmente, por prazos de vencimento mais curtos por questões de gestão de tesouraria e, como tal, todo o processo de entrada, validação e conferência de documentos é efetuado da forma mais célere possível.

FONTES DE FINANCIAMENTO – PROJETOS

Projeto "Wake Up! – Wider approach to keep engaged citizens on sustainable urban policies"

A Porto Ambiente é um dos parceiros do consórcio responsável pelo desenvolvimento e implementação do projeto, inserido na iniciativa NetZeroCities, com o objetivo de acelerar a transição das cidades para a neutralidade carbónica até 2030. O projeto é liderado pelo Município do Porto e abrange cinco áreas de intervenção: Água, Energia, Mobilidade/Transporte, Alimentação e Resíduos.

Com o objetivo de disponibilizar um aplicativo móvel e uma plataforma web, onde os cidadãos que se inscreverem no

"Cartão Porto." poderão aderir a diversos domínios de sustentabilidade. Os participantes terão acesso a informações sobre o impacto de seus comportamentos nas áreas mencionadas, bem como a conteúdos pedagógicos relacionados com o aconselhamento climático, permitindo a adoção de práticas que contribuam para a redução da sua pegada ambiental.

O prazo de execução teve início em 1 de maio de 2024 e termina a 30 de junho de 2026.

A+ Class – Alliance for climate leadership for actionable sustainability solutions

O programa Enabling City Transformation, dotado de um financiamento de 22,8 milhões de euros pelo Horizonte Europa, visa apoiar as Cidades Missão na superação de desafios sistémicos para a ação climática. Este foi inspirado no programa Pilot Cities (cujo envolvimento do Porto é através do projeto "WAKE UP!") onde, durante os 18 meses de duração, o programa é acessível apenas às Cidades Missão e procura soluções inovadoras e replicáveis para acelerar o desenvolvimento urbano sustentável.

Neste contexto, o Projeto A+ Class articula com as três Cidades Missão portuguesas, designadamente: Guimarães, Porto e Lisboa, para abordar dois grandes desafios na implementação das suas estratégias de neutralidade climática, como garantir a capacidade de medição e monitorização eficaz através de um sistema de monitorização dos Contratos Climáticos de Cidade (CCC) e promover a ação coletiva coordenada, evitando a fragmentação e duplicação de esforços.

EUI – Porto positive energy

O projeto Porto Positive Energy simplifica e democratiza o acesso a fontes locais de energia limpa em Campanhã, de 2025 a 2029, onde os principais desafios passam pelo fornecimento de energia limpa e acessível aos cidadãos e pequenas e médias empresas, capacitação e envolvimento das comunidades locais, impacto em eventos de grandes escalas, como o Mundial de Futebol – FIFA 2030 e melhoria da resiliência da rede energética.

A proposta inovadora do projeto centra-se na criação de um Bairro de Energia Positiva, que integrará uma Central Elétrica Virtual, aproveitando as instalações fotovoltaicas existentes e futuras, sistemas de armazenamento com baterias de segunda

vida, e carregadores elétricos V2G, além de plataformas inteligentes para gestão da eficiência energética.

O projeto também enfatiza a formação comunitária em sustentabilidade, com foco na transição energética para gestores de entradas de edifícios sociais, e na realização de serviços de apoio à comunicação. Esta abordagem alinha-se perfeitamente com os esforços já desenvolvidos no âmbito do Pacto do Porto para o Clima, que procura envolver cidadãs e organizações para uma articulação efetiva com o EcoPorto. Uma das iniciativas destacadas é a realização de workshops de reparabilidade, destinados à comunidade local, oferecendo formação prática sobre a reparação e manutenção de sistemas fotovoltaicos e baterias. Esses workshops estimularão um sentido de responsabilidade e propriedade entre os participantes, promovendo a colaboração e a partilha de conhecimento.

Social Food Webs

O projeto Social Food Webs, integrado no programa de financiamento Interreg Europe do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (FEDER), tem como objetivo melhorar as políticas que apoiam os circuitos alimentares locais, de forma a torná-los mais eficazes, sustentáveis, conectados e inclusivos.

através dos princípios da economia circular. Estes circuitos visam promover e incentivar a prevenção do desperdício alimentar e a recirculação de alimentos e de resíduos orgânicos, com especial enfoque na redistribuição de excedentes alimentares, gerando benefícios ambientais, sociais e económicos.

O desperdício alimentar é um desafio de natureza sistémica, que exige uma estreita colaboração entre Instituições Públicas, Instituições de Ensino Superior, Empresas Privadas, Entidades da Economia Social, Organizações Não Governamentais (ONG) e Cidadãos.

O projeto centra-se na aprendizagem inter-regional entre oito regiões europeias, promovendo a partilha de experiências, o trabalho conjunto na melhoria de políticas e acompanhamento dos resultados alcançados. As boas práticas identificadas serão disseminadas na plataforma do Interreg Europe, com o objetivo de inspirar políticas públicas e contribuir para a transição para um sistema alimentar europeu sustentável. A aprendizagem desenvolve-se em três eixos principais:

- Desenvolvimento de redes de prevenção do desperdício alimentar para benefícios sociais e ambientais;

- Gestão e tecnologias de monitorização da redistribuição alimentar;
- Apoio a novos modelos de negócio na distribuição de excedentes alimentares.

O projeto Social Food Webs reforça as capacidades regionais para desenvolver redes sólidas, orientadas para a redução do desperdício alimentar e o reforço da segurança alimentar.

DICORE

O secretariado do POCTEP (Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal), aprovou o projeto DICORE cujo objetivo é desenvolver uma ferramenta web para o dimensionamento inteligente da recolha seletiva das diferentes frações de resíduos, aplicável a diversos contextos urbanos.

A Porto Ambiente é um dos parceiros efetivos do projeto, juntamente com o Município de Córdoba (ES), da Universidade de Salamanca e da CIM da Região de Coimbra (PT). O projeto conta ainda com a participação do Município de Góios (PT), do Município de Oliveira do Hospital (PT) e da ANEPMA (Associação Nacional de Empresas Públicas de Meio Ambiente) (ES).

No âmbito do projeto serão definidos e parametrizados diferentes cenários operacionais, concebidos algoritmos de apoio à decisão e desenvolvida uma plataforma web que permitirá aos serviços municipais de gestão de resíduos otimizar a gestão da recolha seletiva.

A ferramenta web DICORE será de acesso aberto, embora o seu desenvolvimento e fase de projeto-piloto decorram no Norte e Centro de Portugal e na Andaluzia.

A integração dos princípios da especialização inteligente na gestão municipal de resíduos constitui um fator diferenciador e inovador, contribuindo para a modernização do setor e para o reforço da eficiência dos serviços públicos.

HOOP

O projeto HOOP, financiado pelo Programa Horizon2020, apoia cidades europeias selecionadas a implementar as tecnologias mais adequadas para a reciclagem de biorresíduos. O Projeto tem como principal objetivo ajudar a desbloquear investimentos de base biológica e a implantar bio economias locais na Europa.

A fim de desenvolver os conhecimentos técnicos, económicos, financeiros e jurídicos necessários para desenvolver investimentos

concretos para valorizar a fração orgânica dos resíduos urbanos ou as lamas de águas residuais urbanas, o projeto inclui oito cidades-farol e polos urbanos, da Alemanha, Grécia, Espanha, Finlândia, Itália e Portugal. A HOOP também pretende ser um contributo para a mudança do comportamento e da aceitação dos cidadãos em relação aos produtos de base biológica.

Em janeiro de 2025, a Porto Ambiente acolheu o grupo de trabalho do projeto HOOP e teve a oportunidade de apresentar o sistema de recolha seletiva de biorresíduos da cidade, bem como a compostagem comunitária.

Em novembro de 2025, a Porto Ambiente visitou a cidade de Florença (IT), onde conheceu a estratégia da cidade na gestão dos biorresíduos, nomeadamente as boas-práticas na prevenção, combate ao desperdício alimentar, bem como o sistema automatizado de recolha e os equipamentos de deposição utilizados.

NORTE2030

Em 2025, a Porto Ambiente obteve aprovação da sua candidatura ao Aviso NORTE2030-2024-27, para consolidação e expansão dos serviços de recolha seletiva de resíduos no concelho do Porto. No âmbito desta candidatura está prevista a

aquisição de oito viaturas, que irão permitir a expansão dos serviços de recolha seletiva multimaterial e de biorresíduos. Através desta fonte de financiamento serão ainda adquiridos contentores para a expansão da rede de deposição seletiva multimaterial e de orgânicos de proximidade e o serviço de recolha porta-a-porta multimaterial, de resíduos orgânicos e de resíduos verdes, nos setores residencial e não residencial.

Fundo Ambiental

O Fundo Ambiental, através da Área Metropolitana do Porto (AMP), promove o Programa "RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos", com o objetivo de apoiar projetos que promovam o aumento da recolha seletiva e tratamento na origem de biorresíduos. Em 2025, a Porto Ambiente assinou novo protocolo com a AMP no âmbito deste Programa, através do qual prevê a aquisição de sacos de papel biodegradáveis para distribuição aos aderentes ao projeto Orgânico. Estes sacos pretendem tornar a separação dos resíduos orgânicos mais simples e cómoda, melhorando assim as taxas de participação no projeto Orgânico, sem colocar em causa a eficiência do tratamento dos resíduos.



II COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Em 2025, reconhecendo a importância da Coordenação de Comunicação e Imagem, o Conselho de Administração da Porto Ambiente promoveu esta área a Assessoria da Administração, reforçando assim o papel desta equipa na prossecução dos objetivos estratégicos da Empresa, e a sua relevância para a consolidação da sua imagem institucional junto dos seus públicos.

Através de um planeamento assente em ações vocacionadas para diferentes públicos, foram alcançados resultados históricos, que atestam a importância da comunicação para uma organização em permanente crescimento e que se (re)inventa diariamente.

Com um total de 133 notícias, que representam um retorno mediático a rondar os 2 milhões de euros, obtidos a custo zero, via assessoria de imprensa, consolidou-se a empresa como uma referência nas áreas da gestão de resíduos, limpeza urbana e circularidade.

Nas plataformas digitais, a página de LinkedIn da Porto Ambiente cresceu 17%, verificando-se um crescimento mensal linear de 1%, o que permitiu fechar o ano com mais de 7 240 seguidores.

O grande destaque vai para as designadas métricas de impacto como o "Click Through Rate" anual de 16% e a taxa de engajamento médio anual de 21%, ambas acima da média para páginas do setor com a mesma dimensão e que nos permitem aferir o sucesso na produção de conteúdos relevantes e o crescente reconhecimento da Porto Ambiente no mundo digital.

Um outro exemplo disso é a performance obtida a nível de desempenho e tráfego do website da Porto Ambiente cuja gestão de conteúdos está a cargo da área de comunicação e imagem. O número de utilizadores ao longo de todo o ano manteve-se constante, mas verificou-se um aumento da percentagem de visualizações em 3% e do tempo de interação utilizador/website, indiciando a importância e clareza dos conteúdos publicados.

Estes resultados, visivelmente positivos, podem ser explicados pela estratégia integrada – entre o website e LinkedIn – através da qual se faz a divulgação do website e dos seus conteúdos.

remetendo os utilizadores, em cada post, para uma página alojada no sítio da Porto Ambiente.

Numa análise mais macro, os resultados obtidos demonstram que 2025 foi o ano de consolidação da reputação da Porto Ambiente no mundo digital, através de conteúdo totalmente orgânico, mas claramente relevante, com construção de uma comunidade digital sólida e ativa.

12 ECOLINHA
 A Ecolinha é o serviço de atendimento (telefónico ou via e-mail) integrado no número único da CMP que permite, aos cidadãos, apresentarem pedidos, sugestões ou reclamações. De acordo com o estabelecido com a Autarquia, e no âmbito do projeto do Número Único, o front-office (atendimento telefónico) da Ecolinha foi transferido para a CMP tendo o back-office deste serviço continuado sob tutela desta empresa.

Em 2025, verificou-se um aumento de 6%, no número total de pedidos recebidos, comparativamente ao ano anterior.

Em média, a Porto Ambiente respondeu (execução) a estes pedidos num prazo de 10,22 dias de calendário.



[Handwritten signature]

13 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Com referência ao período findo em 31 de dezembro 2025, o Resultado líquido ascende a 395 652 euros, verificando-se uma taxa de execução orçamental de 98,11% dos Gastos e de 98,90% dos Rendimentos, conforme ilustrado:

Valores expressos em Euro

Porto Ambiente	2025		2024	
	Orçamentado	Execução	Euro	%
Receitas e serviços prestados	21 700 971,32	21 172 776,60	100,0%	-0,79%
Contribuição programa	11 107 000,80	10 920 130,20	93,78%	-0,07%
Cursos subsidiados e apoio social	8 000,00	10 000,00	125,00%	50,00%
Outros rendimentos financeiros (ICR) resultados	1 184 120,41	1 152 646,40	97,34%	-0,12%
Total Rendimentos / Resultado	21 892 092,53	21 255 563,20	97,09%	-1,16%
Rendimentos e serviços externos	11 202 116,71	11 000 930,56	98,20%	-0,08%
Subvenções	39 300,00	39 300,00	100,00%	0,00%
Indiferença de receitas	4 587 300,30	4 420 000,00	96,35%	-0,02%
Aluguer de imóveis	482 444,27	450 450,24	93,37%	-0,05%
Mantimento	1 222 720,81	1 180 200,00	96,52%	-0,08%
Combustíveis	1 029 700,85	1 021 000,00	99,17%	-0,00%
Seguros	247 471,48	247 471,48	100,00%	0,00%
Outros trabalhos e serviços externos	711 100,27	711 140,00	100,00%	0,00%
Fornecedores e serviços externos - outros	2 262 401,78	2 180 778,31	96,39%	-0,00%
Gastos com pessoal	55 180 200,81	54 540 000,00	98,84%	-0,01%
Custo das necessidades salariais e materiais consumidos	441 000,00	441 000,00	100,00%	0,00%
Impostas de dividendos a receber (perdas/avontades)	191 148,32	191 148,32	100,00%	0,00%
Arrendamentos e serviços externos	2 029 930,48	1 944 133,04	95,80%	-0,00%
Outros gastos	428 877,51	428 877,51	100,00%	0,00%
Total Gastos / Despesa	21 496 440,13	21 255 563,20	98,90%	-0,08%
Resultado líquido do exercício	395 652,40	395 652,40	100,00%	0,00%

15 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS PARA 2025 – CONSTANTES DO ARTIGO 62.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO

Aplicando os indicadores constantes da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é possível concluir que a Porto Ambiente não cumpre com os critérios de dissolução:

Indicador	2025 (12 meses)	STATUS
Artigo 39º CSC (Total de Capital próprio / Capital social) > 50% Quanto que nos últimos 3 anos o VN corra 50% das Ganhos Totais, em cada período	320%	OK
(Vendas + Part. Inter.)/Ganhos Totais - Provisões - Impendimentos - Depreciações > 50% Ganhos que nos últimos 3 anos o ponto contributivo (3) > 50% do total	60%	OK
(Substâncias Biodegradáveis) / Receitas Totais < 20%	20%	OK
Comprov. que nos últimos 3 anos o BIFCA > 0 (BIFCA > 0)	2.603.307,00	OK
Ganhos que nos últimos 3 anos o RUP > 2-0 (Resultado do período > 0)	996.602,10	OK

16 ENDIVIDAMENTO

Nos termos do artigo 41º, n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, "os empréstimos contraídos pelas empresas locais, bem como o endividamento líquido das mesmas relevam para os limites das entidades públicas participantes, em caso de incumprimento das regras previstas no artigo anterior" (artigo 40º equilíbrio das contas).

No decurso do período de 2025, não foi verificado o incumprimento de qualquer das regras constantes no âmbito do referido equilíbrio de contas. De referir, contudo, que a política de financiamento seguida pela empresa relativamente a investimentos significativos, como foram os processos de renovação de frota de recolha e de varredoras tem privilegiando o recurso a capitais alheios, concretamente o recurso a endividamentos externo sob a forma de locação financeira, ascendendo o montante em dívida a 31 de dezembro de 2025, a 9 261 685 Euros.

17 DIVULGAÇÕES OBRIGATORIAS

PARTICIPAÇÕES DEVIDAS POR ACIONISTA

Referem-se seguidamente os acionistas titulares de ações, no final do exercício, representativas de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital:

valores expressos em euros

Participações (e transações) qualificadas no capital da sociedade	Câmara Municipal do Porto		Total
	Número de ações	Valor	
Ações detidas no começo do período	Número de ações	3 265 566,00	3 265 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	3 265 566,00	3 265 566,00
	Porcentagem do capital social	100,00%	100,00%
Ações adquiridas no período	Número de ações	-	-
	Valor nominal unitário	-	-
	Valor nominal total	-	-
	Porcentagem do capital social	-	-
Ações alienadas no período	Número de ações	-	-
	Valor nominal unitário	-	-
	Valor nominal total	-	-
	Porcentagem do capital social	-	-
Ações detidas no fim do período	Número de ações	3 265 566,00	3 265 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	3 265 566,00	3 265 566,00
	Porcentagem do capital social	100,00%	100,00%

EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE

Não se verificou, em 2025, qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores.

AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS

Durante o exercício de 2025, não se verificou qualquer aquisição ou alienação de ações próprias.

SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

Em observação da Lei n.º 36/2019, de 29 de maio, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros entes públicos ou à Segurança Social.

Porto, 13 de março de 2026


 Presidente do Conselho de Administração
 João Paulo Pinheiro da Silva Almeida
 Presidente


 Presidente do Conselho de Administração
 João Paulo Pinheiro da Silva Almeida
 Presidente





18 BALANÇO – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2025

Partido Ambiental	31.12.2024		31.12.2025		Variação	%
	Moeda	Moeda	Moeda	Moeda		
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativos financeiros	7,9	14.252.150,00	12.837.972,89	1.414.177,11	10,00%	
Edifícios e Outros Contribuições		35.230,22	37.151,87	-1.921,65	-5,17%	
Equipamento básico		13.252.974,20	13.449.864,09	-1.896.890,11	-14,27%	
Equipamento de transporte		31.233,85	5.257,43	45.986,42	810,45%	
Equipamento Administrativo		52.829,21	62.174,33	-9.345,12	-15,21%	
Outros Ativos Tangíveis		104.494,75	115.122,43	-10.627,68	-9,20%	
Investimentos em Outras Entidades		203.754,40	187.602,77	161.091,63	100,16%	
Ativos Intangíveis	8,9	30.413,76	49.099,07	1.817,71	3,69%	
Outros Investimentos Financeiros		32.031,74	52.033,32	-19.491,74	-37,99%	
Ativos por impostos diferidos	14	20.942,89	28.203,88	-7.237,49	-35,29%	
		14.624.163,06	13.585.931,06	1.038.232,00	17,02%	
Ativo corrente						
Instâncias	10	370.693,49	347.843,04	22.850,45	6,14%	
Materiais		370.693,49	347.843,04	22.850,45	6,14%	
Clientes	6,9	4.380.753,52	4.109.548,24	271.205,28	6,19%	
Estado e outras entidades públicas	16,4	53.294,90	0,00	53.294,90	100,00%	
Outras entidades a receber	9,16,2	654.273,07	142.072,46	512.200,61	83,34%	
Diferimentos	16,7	85.177,15	471.073,72	-385.896,57	-45,72%	
Cotas e depósitos bancários	4	4.051.273,46	4.448.720,82	-397.447,36	-9,72%	
		9.503.093,01	9.415.204,44	87.888,57	0,92%	
Total do Ativo		23.913.994,07	22.449.137,50	1.464.856,57	6,15%	

Partido Ambiental	31.12.2024		31.12.2025		Variação	%
	Moeda	Moeda	Moeda	Moeda		
ATIVO						
Capital próprio						
Capital estatístico	15	3.245.566,00	3.245.566,00	0,00	0,00%	
Reservas legais		113.707,47	84.434,23	29.273,44	25,70%	
Outras reservas	7	144.700,00	144.203,33	496,67	0,34%	
Reservados legalizados		1.648.445,74	1.644.000,46	4.445,28	0,27%	
Ajustamentos/outras variações no C/P		1.568.269,76	493.036,48	1.075.233,28	202,99%	
		7.344.700,16	5.644.000,33	1.700.700,33	23,17%	
Resultado líquido do período		395.632,19	541.468,74	-145.836,55	-36,92%	
Total do Capital próprio		7.448.332,20	6.187.469,27	1.260.862,93	17,07%	
Passivo						
Passivo não corrente						
Provisionamentos cobrados	9	7.960.320,39	8.250.164,48	-289.844,09	-3,63%	
Passivos por impostos diferidos	14	435.190,47	148.274,58	286.915,89	208,02%	
		8.395.510,86	8.398.439,06	-3.028,20	-0,04%	
Passivo Corrente						
Fornecedores	16,9	2.071.383,03	2.728.293,32	-656.910,29	-31,72%	
Estado e outras entidades públicas	16,4	332.263,70	360.811,46	-28.547,76	-8,60%	
Provisionamentos aplicados	9	1.481.344,33	1.495.028,47	-13.684,14	-0,92%	
Outras entidades a pagar	16,2	2.134.130,17	1.950.017,30	184.112,87	8,63%	
Diferimentos	16,7	2.225.636,36	1.358.868,34	866.768,02	38,96%	
		8.245.139,89	7.913.019,16	332.120,73	4,03%	
Total do Passivo		11.203.540,70	14.281.487,02	-3.077.946,32	-27,47%	
Total do Capital próprio e do Passivo		23.913.994,07	22.449.137,50	1.464.856,57	6,15%	

Fátima de Jesus
 Presidente
 Partido Ambiental

Fátima de Jesus
 Presidente
 Partido Ambiental



19 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS -

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2025

Porto Ambiente	Nótos	Valores expressos em Euros	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	4	21 872 774,45	19 819 084,04
Subsídios à exploração	4	11 107 141,35	10 140 157,11
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	-443 609,70	-335 174,63
Fornecimentos e serviços externos	-	-13 000 918,58	-11 806 454,27
Gastos com pessoal	-	-16 845 373,10	-15 781 157,28
Imparidades de ativos a receber (pendências)	5/6	-131 620,43	-81 287,31
Doutros rendimentos e ganhos	4	1 185 059,46	1 264 826,21
Doutros gastos e perdas	-	-1 000 913,77	-816 966,37
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos	-	3 653 109,86	3 403 127,55
Gastos/rendimentos de depreciação e de amortização	-	-1 944 113,46	-1 508 023,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-	1 708 996,40	1 895 103,75
Juros e gastos similares suportados	-	-283 224,82	-304 342,33
Resultado antes de impostos	-	1 425 771,58	1 590 761,42
Imposto sobre rendimento do período	-	-40 199,39	-49 292,68
Resultado líquido do período	-	1 385 572,19	1 541 468,74
Resultado por acção líquida	-	0,12	0,17




 João Paulo Monteiro, Presidente
 Catarina, Presidente

20 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PARA O PERÍODO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2025

Porto Ambiente	Valores expressos em Euros	
	2025,12	2024,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Reccebimentos de clientes	+	33 924 753,52
Pagamentos à fornecedores	-	-14 792 328,52
Pagamentos ao pessoal	-	-15 408 032,02
Fluxo gerado pelas operações	+	3 524 392,98
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	+/-	-118 147,63
Doutros recebimentos/pagamentos	+/-	175 631,22
Fluxos das actividades operacionais	(1)	3 581 856,57
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Reccebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	+	1 877,85
Ativos intangíveis	+	0,00
Juros para investimentos	+	1 730 728,46
Juros e rendimentos similares	+	0,00
Doutros Ativos	+	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-	-2 810 899,86
Ativos intangíveis	-	-48 385,00
Doutros Ativos	-	0,00
Fluxos das actividades de investimento	(2)	-1 107 878,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Reccebimentos provenientes de:		
Doutros operações de financiamento	+	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-1 587 708,55
Juros e custos financeiros	-	-283 224,82
Doutros operações de financiamento	-	0,00
Fluxos das actividades de financiamento	(3)	-1 870 933,37
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)-(2)+(3)	-376 955,35
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 448 730,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4 061 775,28




 João Paulo Monteiro, Presidente
 Catarina, Presidente



21 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

PRÓPRIO – PARA O PERÍODO FIM DO 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ítem	Descrição	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa (R\$)										Total do Capital Próprio
		Reserva regular	Reserva irregular	Outras reservas	Reserva para distribuição de dividendos	Reserva para aquisição de ações	Reserva para aquisição de cotas	Reserva para aquisição de cotas	Reserva para aquisição de cotas	Reserva para aquisição de cotas	Reserva para aquisição de cotas	
6	Saldo no início do período em 01.01.2024	2.265.544,00	75.000,42	142.183,33	1.400,00	1.405,28	1.140,54	294.876,47	314.276,01	5.209.499,55	0,00	5.799.499,55
	Realização de operações de reestruturação de ativos fixos tangíveis e intangíveis			1.400,00						340,36		340,36
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
7	Resultado líquido do período	0,00	10.813,85	1.400,00	305.463,21	-1.008,64	-133.799,76	-214.278,01	-113.799,96	-113.495,62	0,00	-113.495,62
8	Resultado líquido do período	0,00	10.813,85	1.400,00	305.463,21	-1.008,64	-133.799,76	-214.278,01	-113.799,96	-113.495,62	0,00	-113.495,62
9	Resultado líquido do período	0,00	10.813,85	1.400,00	305.463,21	-1.008,64	-133.799,76	-214.278,01	-113.799,96	-113.495,62	0,00	-113.495,62
10	Outras operações											
11	Saldo no fim do período em 31.12.2024	2.265.544,00	85.817,27	143.583,33	1.405,28	1.397,14	261.076,71	89,47	480.998,47	1.401.803,74	0,00	6.197.499,47

Ítem	Descrição	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa (R\$)										Total do Capital Próprio
		Reserva regular	Reserva irregular	Outras reservas	Reserva para distribuição de dividendos	Reserva para aquisição de ações	Reserva para aquisição de cotas	Reserva para aquisição de cotas	Reserva para aquisição de cotas	Reserva para aquisição de cotas	Reserva para aquisição de cotas	
6	Saldo no início do período em 01.01.2025	2.265.544,00	84.634,25	144.893,03	1.404,54	1.404,54	30,42	483.935,47	541.408,74	6.187.499,47	0,00	6.187.499,47
	Realização de operações de reestruturação de ativos fixos tangíveis e intangíveis			118,47						24,29		24,29
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
7	Resultado líquido do período	0,00	27.073,44	118,47	514.293,30	-90,42	1.077.253,24	-541.484,74	1.077.253,24	1.077.253,24	0,00	1.077.253,24
8	Resultado líquido do período	0,00	27.073,44	118,47	514.293,30	-90,42	1.077.253,24	-541.484,74	1.077.253,24	1.077.253,24	0,00	1.077.253,24
9	Resultado líquido do período	0,00	27.073,44	118,47	514.293,30	-90,42	1.077.253,24	-541.484,74	1.077.253,24	1.077.253,24	0,00	1.077.253,24
10	Outras operações											
11	Saldo no fim do período em 31.12.2025	2.265.544,00	111.707,69	145.011,50	1.405,84	1.314,12	1.581.188,71	99,00	1.581.188,71	7.440.913,39	0,00	7.440.913,39

O Conselho de Administração

Patricia de -
 Ana Carolina do Rocha Aguiar
 (Presidente)

João Pedro Nolas -
 José Pedro Nolas do Silva Mendes
 (Vice-Presidente)

Selma -
 Selma da Costa Pereira de Sá Resado
 (Vogal)



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DO PERÍODO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A. (doravante também designada por Porto Ambiente), foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e a Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, no momento da constituição, foi de 465 566 Euro (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000 Euro em capital e 265 566 Euro em espécie de equipamento e outros bens móveis, os quais foram substancialmente transferidos para a Empresa no momento da passagem da Operação.

No ano de 2020, e após obtenção do visto prévio favorável do Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 7 de agosto de 2020, a Empresa viu o seu capital social aumentado em 2 800 000 Euro (dois milhões e oitocentos mil euros), integralmente realizado em dinheiro, ascendendo o mesmo, nesta data, a 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros) representado por 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações com o valor nominal de 1 (um) euro cada.

A Porto Ambiente é 100% detida pela Câmara Municipal do Porto, e tem sede na Rua de S. Dinis, 249, | 4250-434 Porto, no Porto.

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto, das seguintes competências:

- (i) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- (ii) Cumprir com o Plano de ação (atualmente PAPERSU 2030), de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado



no Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (atualmente PERSU 2030):

(iii) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1.º do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;

(iv) Assegurar e definir com o Município do Porto e com a LIPOR o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

Neste âmbito, a receita foi e será materialmente realizada mediante as seguintes fontes:

- Receitas próprias, pela tarifa de gestão de resíduos urbanos;
- Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários;
- Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público;
- Subsídio à exploração, no âmbito do pacto para a neutralidade carbónica.

NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- (i) Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, quanto ao artigo 2.º, artigo 4.º, artigos 6.º, 7.º e 8.º, artigo 9.º, artigo 10.º, artigo 11.º e artigo 12.º;
- (ii) Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras) com alterações pela Portaria n.º 220/2015;
- (iii) Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual) alterações introduzidas pelo aviso 8254/2015;
- (iv) Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) alterações introduzidas pelo aviso n.º 8256/2015;

(v) Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas) com alterações introduzidas pela Portaria n.º 218/2015.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, de forma

a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstas na Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Ativos intangíveis

A rubrica dos Ativos intangíveis compreende essencialmente a aquisição das plataformas eletrónicas (i) ERP "PRIMAVERA", (ii) gestão documental "FILEDOC", (iii) avaliação de fornecedores UEBE.Q, (iv) faturação eletrónica YET e, (v) a plataforma de recursos humanos, assim como outros desenvolvimentos pontuais sobre as mesmas. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros

para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Descrição	Anos
Edifícios e outras construções	-
Equipamento básico	2 - 12
Equipamento de transporte	2 - 9
Equipamento administrativo	3 - 7
Outros Ativos fixos tangíveis	3 - 7

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a sua vida útil e o método de depreciação.

Os ativos fixos tangíveis em curso, a verificarem-se, representam ativos ainda em fase de construção e ou desenvolvimento

adicional, encontrando-se registrados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registrados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/refirada, sendo registradas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Imparidade de ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indicio de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por

imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais (aplicáveis à Porto Ambiente), os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

Inventários

Matérias subsidiárias e de consumo; encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando-se o "Custo médio ponderado" como fórmula de custeio). Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as

necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A Empresa utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas

as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Instrumentos financeiros

As dívidas de terceiros são registradas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registradas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Estas perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidas como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Por articulação e homogeneização com o Grupo de inserção (Município do Porto), os critérios considerados na política de perdas por imparidade de dívidas a receber são os seguintes:

1. Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, o que se verifica nos seguintes casos:

- a. O devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa e proteção de credores ou processo de execução, falência ou insolvência;
 - b. As dívidas tenham sido reclamadas judicialmente;
 - c. As dívidas estejam em mora há mais de seis meses desde a data do respetivo vencimento e existam provas de terem sido efetuadas diligências para o seu recebimento.
2. Perda por imparidade a 50% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de seis meses e menos de doze meses;
3. Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de doze meses.

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente

ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período, de acordo com o regime de acréscimo.

- Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros (que não vencem juros) são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

- Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de que a sua liquidação seja efetuada mediante a entrega de dinheiro ou

outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à

sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidas no ativo não corrente.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para

liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Matérias ambientais

As entidades nacionais têm a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais dos seus processos industriais, as emissões para a atmosfera, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

As matérias ambientais têm merecido a melhor atenção e o cuidado máximo pela administração. Não existem passivos de carácter ambiental que estejam incluídos nas demonstrações financeiras, assim como não são conhecidos passivos contingentes associados.

Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As

diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Neste âmbito, deverão ser igualmente considerados os montantes relativos aos subsídios à exploração decorrentes da aplicação dos contratos programa:

- (i) Atividade Regulada (Gestão de Resíduos Urbanos): subsídios concedidos pelo Município que visam assegurar a parte remanescente dos custos afetos à Gestão RU não coberta pelas receitas próprias, nos períodos em que tal se verifique necessário, numa perspetiva de tornar os serviços economicamente acessíveis ao utilizador final;

- (ii) Atividade não regulada (Limpeza de Espaço Público): transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do Espaço Público que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário.

- (iii) Neutralidade Carbónica (Pacto para o Clima): transferências que visam cobrir os custos do serviço de gestão e representação do Porto, no Pacto para o Clima;

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados às transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.



Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2011, quatro anos relativamente aos períodos de 2012 e 2013 e doze anos para os períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 20%, acrescida da derrama municipal, a qual é fixada por município entre 0% e 1,5%. No que diz respeito à derrama estadual a mesma pode variar entre 3% e 7% - (i) a taxa de 3% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 1 500 000 Euros e 7 500 000 Euros, (ii) a taxa de 5% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 7 500 000 Euros e 35 000 000 Euros e (iii) a taxa de 7% será aplicada a entidades que obtenham lucro tributável superior a 35 000 000 Euros.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados

do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo exposto na demonstração dos resultados na rubrica "imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como aqueles, resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação

que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associadas, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno e em sistema de rotatividade, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de



férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social ou outros subsistemas de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Outras políticas contabilísticas relevantes

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, são utilizadas estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período incluem:

- (i) Avaliação e registo (se aplicável) de provisões e perdas por imparidade;
- (ii) Avaliação e registo (se aplicável) de eventuais acréscimos de gastos e/ou rendimentos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das

demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes àquela data são consideradas na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA

Comentário da gerência sobre a *quantia* dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A 31 de Dezembro de 2025 os saldos de caixa e seus equivalentes que não se encontram disponíveis para uso respeitam exclusivamente a cauções de fornecedores, como garante do respetivo cumprimento contratual.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2025, a rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31 de Dezembro de 2025		31 de Dezembro de 2024	
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
Caixa e depósitos bancários	1.150,31	1.423,12	1.423,12	1.423,12
Caixa e depósitos bancários em moeda estrangeira	2.282,82	2.282,82	2.282,82	2.282,82
Caixa e depósitos bancários em moeda nacional	3.433,13	3.705,94	3.705,94	3.705,94
Total	6.866,26	7.411,88	7.411,88	7.411,88

NOTA 5 – PARTES RELACIONADAS

Relacionamento com a empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata: Câmara Municipal do Porto

As contas da entidade são integradas nas contas consolidadas da Câmara Municipal do Porto.

Transações com as partes relacionadas

Para uma completa leitura do quadro seguinte, sublinhamos que no mesmo consta o impacto em resultados decorrentes de operações com entidades relacionadas, considerando, no caso dos gastos e perdas, o valor do IVA não dedutível, e independentemente de terem sido faturadas no período

(princípio da especialização do período), destacando as seguintes operações:

3.1.1. O montante das Vendas e Prestações de serviços respeita, essencialmente a:

- (i) Tarifas de resíduos que são imputadas aos consumidores na fatura da Água, e como tal, às entidades do perímetro Municipal, nessa qualidade;
- (ii) Prestação de serviços de apoio a eventos, recolhas ou transportes de resíduos que não se inscrevem no âmbito das obrigações de Limpeza de espaço público ou recolha de resíduos urbanos;

valores expressos em €

Empresas-mãe	2025										2024				
	Remunerações e Ganhos					Ganhos e perdas					Investimentos e Ganhos				
	Vendas e prestação de serviços	Subsídios de exploração	Outros subsídios	Fornecimento de serviços	Fornecimento de bens	Outros Ganhos	Perdas	Compra	Vendas e prestação de serviços	Subsídios de exploração	Outros Rendimentos	Fornecimento de serviços	Fornecimento de bens	Outros Ganhos	Outros Rendimentos
Câmara Municipal do Porto	351 022,76	10 973 132,20	4 135,56	0,00	-29 161,19	-65,97	0,00	-40 110,00	329 591,71	10 131 829,62	20 328,84	-10 830,42	0,00	0,00	-1 267,41
CMPDAE - Empresa de Água e Energia do Município do Porto	45 061,31	0,00	0,00	0,00	-29 161,19	-65,97	0,00	0,00	58 735,61	0,00	0,00	-653 827,32	-623,99	0,00	0,00
Agua - Cultura e Desporto do Porto	56 716,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46 628,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão de Obras Públicas, SA	10 011,40	0,00	16 294,99	0,00	-438,26	0,00	0,00	0,00	7 181,72	0,00	22 385,08	0,00	0,00	0,00	0,00
LPDR - Emp. Gestão, Instalação e Manutenção de Resíduos	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 192 232,30	-985 822,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 323 244,70	-261 716,38	0,00	0,00
Porto Viva 3RU	3 256,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 265,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associação Porto Digital	181,29	0,00	0,00	0,00	-28 031,46	0,00	0,00	0,00	186,21	0,00	4 231,95	-28 831,44	0,00	0,00	0,00
Sociedade de Investimentos Culturais do Porto, S.L.M., S.A.	12 420,65	0,00	0,00	0,00	-153 748,97	0,00	0,00	0,00	18 076,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
STCP Serviços	7 042,29	0,00	0,00	0,00	-17,70	0,00	0,00	0,00	3 468,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Domus Social, SA	14 127,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 502,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	500 145,77	10 973 132,20	20 316,55	0,00	-7 111 348,86	-985 888,40	-631,60	642 347,98	10 131 829,62	42 036,18	-4 311 833,84	-335 143,37	0,00	-1 267,41	0,00



[Handwritten signature]

3.1.2. O montante dos subsídios à exploração respeita à execução dos contratos programa para 2025;

(i) Gestão de resíduos urbanos, no montante de 527 244,69 Euro;

(ii) Limpeza do espaço público, no montante de 10 353 296,26 Euro; e

(iii) Neutralidade carbónica, no montante de 92 591,25 Euro.

(iv) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a CMPEAE respeita, ao valor do fee de faturação e cobrança, assim como da contratação de serviços de fornecimento de água e saneamento;

(v) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a Lipor respeita aos montantes relativos ao tratamento de resíduos, assim como a componente relativa à TGR, classificada em Outros gastos.

(vi) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a Porto Digital respeita aos montantes relativos à prestação de serviços de comunicações e datacenter.

Saldos pendentes com partes relacionadas

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040
Saldo em 1 de Janeiro	407,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo em 31 de Dezembro	407,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

No caso do saldo no Ativo com a Águas do Porto (CMPEA), é de referir que os valores apresentados respeitam à tarifa de resíduos faturada aos municípios cuja cobrança se encontra a cargo da referida entidade relacionada.

Pessoal chave de gestão

Reinvenções do pessoal chave de gestão	2025	2024
Total de Reinvenções	121 645,35	115 046,95
Outras benefícios a curto prazo dos empregados:	2 742,00	2 802,00
Benefícios pós emprego:	0,00	0,00
Outros benefícios a longo prazo:	0,00	0,00
Benefícios de cessação de emprego, e	0,00	0,00
Benefícios de remuneração em capital próprio:	0,00	0,00
Total	124 387,35	117 848,95



NOTA 6 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

As amortizações do período, são calculadas tendo por base as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis		Programas de Computador
Vidas úteis indefinidas	Reservas e outros passadepreciáveis	N.d.
Vidas úteis, fixas*	de	3 anos
	o	3 anos
	taxas de depreciação**	33,33%
	Métodos de depreciação	Quilts constantes

* Vida útil representativa para a generalidade dos bens

** Taxas médias de depreciação, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)

Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe e valor das amortizações incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados:

Valores em milhões de euros

Ativos Intangíveis		Programas de Computador	Ativos Intangíveis em curso	Total
em 31.12.2024	Quantia bruta avaliada	107.422,24	24.292,00	211.714,24
	Amortizações e perdas por depreciação acumuladas	(102.618,67)	0,00	(102.618,67)
	Quantia líquida avaliada	24.803,57	24.292,00	49.095,57
adidas		24.292,00	0,00	24.292,00
	Amortizações	0,00	0,00	0,00
terceiros		24.292,00	24.292,00	0,00
	Reconhecimento para ativos não constantes (deficor para venda)	0,00	0,00	0,00
	alienação, reversão e outras	0,00	0,00	0,00
	OPRE OPERAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	amortização	(22.974,79)	0,00	(22.974,79)
	Quantia bruta avaliada	224.816,24	0,00	224.816,24
em 31.12.2025	Amortizações e perdas por depreciação acumuladas	(102.970,46)	0,00	(102.970,46)
	Quantia líquida avaliada	30.414,76	0,00	30.414,76

A aquisição relativa ao ano de 2025 à solução integrada de recursos humanos e de segurança e saúde no trabalho, já adquirida em 2024,

NOTA 7 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Método de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis		Equipamento básico	Equipamento tecnológico	Equipamento especializado	Equipamento pesado
vidas úteis*		2 anos	2 anos	3 anos	3 anos
		12 anos	4 anos	7 anos	7 anos
	taxas de depreciação**	10,00%	25,00%	10,00%	25,00%
	Métodos de depreciação	Quilts constantes	Quilts constantes	Quilts constantes	Quilts constantes

* Vida útil representativa para a generalidade dos bens

** Taxas médias de depreciação, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)



Decomposição por classe e movimentos do exercício

Descrição	31.12.2024		31.12.2025		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Ativo não financeiro	11.000,00	100,00%	11.000,00	100,00%	0,00
Imobilizado	11.000,00	100,00%	11.000,00	100,00%	0,00
Autocompactadores	11.000,00	100,00%	11.000,00	100,00%	0,00
Autocompactadores em construção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Passivo não financeiro	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Provisões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Reserva para depreciação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Reserva para depreciação em construção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Ativo financeiro	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Disponibilidades	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Passivo financeiro	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Empréstimos e empréstimos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outros passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Total	11.000,00	100,00%	11.000,00	100,00%	0,00

No ano de 2025, os montantes mais significativos dos investimentos realizados no período respeitam a:

- (i) Aquisição de dois compactadores de 26 m³ para o Eocentro da Prelada;
- (ii) Aquisição de dois autocompactadores;
- (iii) Reforço de contentorização;
- (iv) Aquisição de viaturas para reforço da frota.

Conciliação entre o montante do excedente reconhecido no início e no final do período

Descrição	31.12.2024		31.12.2025		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Excedente reconhecido	11.000,00	100,00%	11.000,00	100,00%	0,00
Excedente reconhecido em construção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Total	11.000,00	100,00%	11.000,00	100,00%	0,00



Valor das depreciações incluídas na rubrica "gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração de resultados

Período	Valor
31.12.2024	1.000,00
31.12.2025	1.000,00

NOTA 8 – LOCAÇÕES

Locações financeiras – locatárias

Após concluído, em 2021, o processo de renovação de frota, com a aquisição de 30 novas viaturas tecnologicamente mais evoluídas, com melhores condições de trabalho, mais eficientes e menos poluentes, a Porto Ambiente, em 2025, com recurso a locação financeira, volta a inovar através da aquisição de 20 varredoras (12 elétricas e 8 mais pequenas que, tendo em consideração as características de mobilidade, são a combustível), bem como do reforço da frota de recolha de resíduos, pela aquisição de 10 novos veículos.

O total da locação financeira da Porto Ambiente, tendo em consideração as aquisições supra, ascende o montante em dívida a 31 de dezembro de 2025, a 9 261 685 euros.

Handwritten mark at the top left of the page.

Detalhe dos ativos adquiridos e montantes em dívida

Ativo	Montante	Ativo	Montante	Ativo	Montante	Ativo	Montante	Ativo	Montante
Ativo 1	100000	Ativo 2	200000	Ativo 3	300000	Ativo 4	400000	Ativo 5	500000
Ativo 6	600000	Ativo 7	700000	Ativo 8	800000	Ativo 9	900000	Ativo 10	1000000
Ativo 11	1100000	Ativo 12	1200000	Ativo 13	1300000	Ativo 14	1400000	Ativo 15	1500000
Ativo 16	1600000	Ativo 17	1700000	Ativo 18	1800000	Ativo 19	1900000	Ativo 20	2000000
Ativo 21	2100000	Ativo 22	2200000	Ativo 23	2300000	Ativo 24	2400000	Ativo 25	2500000
Ativo 26	2600000	Ativo 27	2700000	Ativo 28	2800000	Ativo 29	2900000	Ativo 30	3000000
Ativo 31	3100000	Ativo 32	3200000	Ativo 33	3300000	Ativo 34	3400000	Ativo 35	3500000
Ativo 36	3600000	Ativo 37	3700000	Ativo 38	3800000	Ativo 39	3900000	Ativo 40	4000000
Ativo 41	4100000	Ativo 42	4200000	Ativo 43	4300000	Ativo 44	4400000	Ativo 45	4500000
Ativo 46	4600000	Ativo 47	4700000	Ativo 48	4800000	Ativo 49	4900000	Ativo 50	5000000
Ativo 51	5100000	Ativo 52	5200000	Ativo 53	5300000	Ativo 54	5400000	Ativo 55	5500000
Ativo 56	5600000	Ativo 57	5700000	Ativo 58	5800000	Ativo 59	5900000	Ativo 60	6000000
Ativo 61	6100000	Ativo 62	6200000	Ativo 63	6300000	Ativo 64	6400000	Ativo 65	6500000
Ativo 66	6600000	Ativo 67	6700000	Ativo 68	6800000	Ativo 69	6900000	Ativo 70	7000000
Ativo 71	7100000	Ativo 72	7200000	Ativo 73	7300000	Ativo 74	7400000	Ativo 75	7500000
Ativo 76	7600000	Ativo 77	7700000	Ativo 78	7800000	Ativo 79	7900000	Ativo 80	8000000
Ativo 81	8100000	Ativo 82	8200000	Ativo 83	8300000	Ativo 84	8400000	Ativo 85	8500000
Ativo 86	8600000	Ativo 87	8700000	Ativo 88	8800000	Ativo 89	8900000	Ativo 90	9000000
Ativo 91	9100000	Ativo 92	9200000	Ativo 93	9300000	Ativo 94	9400000	Ativo 95	9500000
Ativo 96	9600000	Ativo 97	9700000	Ativo 98	9800000	Ativo 99	9900000	Ativo 100	10000000

Handwritten signature at the bottom right of the page.



Handwritten mark at the top left of the page.

Locações operacionais – gastos reconhecidos e pagamentos futuros – Período de 2024

Descrição	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978	1977	1976	1975	1974	1973	1972	1971	1970	1969	1968	1967	1966	1965	1964	1963	1962	1961	1960	1959	1958	1957	1956	1955	1954	1953	1952	1951	1950	1949	1948	1947	1946	1945	1944	1943	1942	1941	1940	1939	1938	1937	1936	1935	1934	1933	1932	1931	1930	1929	1928	1927	1926	1925	1924	1923	1922	1921	1920	1919	1918	1917	1916	1915	1914	1913	1912	1911	1910	1909	1908	1907	1906	1905	1904	1903	1902	1901	1900	1899	1898	1897	1896	1895	1894	1893	1892	1891	1890	1889	1888	1887	1886	1885	1884	1883	1882	1881	1880	1879	1878	1877	1876	1875	1874	1873	1872	1871	1870	1869	1868	1867	1866	1865	1864	1863	1862	1861	1860	1859	1858	1857	1856	1855	1854	1853	1852	1851	1850	1849	1848	1847	1846	1845	1844	1843	1842	1841	1840	1839	1838	1837	1836	1835	1834	1833	1832	1831	1830	1829	1828	1827	1826	1825	1824	1823	1822	1821	1820	1819	1818	1817	1816	1815	1814	1813	1812	1811	1810	1809	1808	1807	1806	1805	1804	1803	1802	1801	1800	1799	1798	1797	1796	1795	1794	1793	1792	1791	1790	1789	1788	1787	1786	1785	1784	1783	1782	1781	1780	1779	1778	1777	1776	1775	1774	1773	1772	1771	1770	1769	1768	1767	1766	1765	1764	1763	1762	1761	1760	1759	1758	1757	1756	1755	1754	1753	1752	1751	1750	1749	1748	1747	1746	1745	1744	1743	1742	1741	1740	1739	1738	1737	1736	1735	1734	1733	1732	1731	1730	1729	1728	1727	1726	1725	1724	1723	1722	1721	1720	1719	1718	1717	1716	1715	1714	1713	1712	1711	1710	1709	1708	1707	1706	1705	1704	1703	1702	1701	1700	1699	1698	1697	1696	1695	1694	1693	1692	1691	1690	1689	1688	1687	1686	1685	1684	1683	1682	1681	1680	1679	1678	1677	1676	1675	1674	1673	1672	1671	1670	1669	1668	1667	1666	1665	1664	1663	1662	1661	1660	1659	1658	1657	1656	1655	1654	1653	1652	1651	1650	1649	1648	1647	1646	1645	1644	1643	1642	1641	1640	1639	1638	1637	1636	1635	1634	1633	1632	1631	1630	1629	1628	1627	1626	1625	1624	1623	1622	1621	1620	1619	1618	1617	1616	1615	1614	1613	1612	1611	1610	1609	1608	1607	1606	1605	1604	1603	1602	1601	1600	1599	1598	1597	1596	1595	1594	1593	1592	1591	1590	1589	1588	1587	1586	1585	1584	1583	1582	1581	1580	1579	1578	1577	1576	1575	1574	1573	1572	1571	1570	1569	1568	1567	1566	1565	1564	1563	1562	1561	1560	1559	1558	1557	1556	1555	1554	1553	1552	1551	1550	1549	1548	1547	1546	1545	1544	1543	1542	1541	1540	1539	1538	1537	1536	1535	1534	1533	1532	1531	1530	1529	1528	1527	1526	1525	1524	1523	1522	1521	1520	1519	1518	1517	1516	1515	1514	1513	1512	1511	1510	1509	1508	1507	1506	1505	1504	1503	1502	1501	1500	1499	1498	1497	1496	1495	1494	1493	1492	1491	1490	1489	1488	1487	1486	1485	1484	1483	1482	1481	1480	1479	1478	1477	1476	1475	1474	1473	1472	1471	1470	1469	1468	1467	1466	1465	1464	1463	1462	1461	1460	1459	1458	1457	1456	1455	1454	1453	1452	1451	1450	1449	1448	1447	1446	1445	1444	1443	1442	1441	1440	1439	1438	1437	1436	1435	1434	1433	1432	1431	1430	1429	1428	1427	1426	1425	1424	1423	1422	1421	1420	1419	1418	1417	1416	1415	1414	1413	1412	1411	1410	1409	1408	1407	1406	1405	1404	1403	1402	1401	1400	1399	1398	1397	1396	1395	1394	1393	1392	1391	1390	1389	1388	1387	1386	1385	1384	1383	1382	1381	1380	1379	1378	1377	1376	1375	1374	1373	1372	1371	1370	1369	1368	1367	1366	1365	1364	1363	1362	1361	1360	1359	1358	1357	1356	1355	1354	1353	1352	1351	1350	1349	1348	1347	1346	1345	1344	1343	1342	1341	1340	1339	1338	1337	1336	1335	1334	1333	1332	1331	1330	1329	1328	1327	1326	1325	1324	1323	1322	1321	1320	1319	1318	1317	1316	1315	1314	1313	1312	1311	1310	1309	1308	1307	1306	1305	1304	1303	1302	1301	1300	1299	1298	1297	1296	1295	1294	1293	1292	1291	1290	1289	1288	1287	1286	1285	1284	1283	1282	1281	1280	1279	1278	1277	1276	1275	1274	1273	1272	1271	1270	1269	1268	1267	1266	1265	1264	1263	1262	1261	1260	1259	1258	1257	1256	1255	1254	1253	1252	1251	1250	1249	1248	1247	1246	1245	1244	1243	1242	1241	1240	1239	1238	1237	1236	1235	1234	1233	1232	1231	1230	1229	1228	1227	1226	1225	1224	1223	1222	1221	1220	1219	1218	1217	1216	1215	1214	1213	1212	1211	1210	1209	1208	1207	1206	1205	1204	1203	1202	1201	1200	1199	1198	1197	1196	1195	1194	1193	1192	1191	1190	1189	1188	1187	1186	1185	1184	1183	1182	1181	1180	1179	1178	1177	1176	1175	1174	1173	1172	1171	1170	1169	1168	1167	1166	1165	1164	1163	1162	1161	1160	1159	1158	1157	1156	1155	1154	1153	1152	1151	1150	1149	1148	1147	1146	1145	1144	1143	1142	1141	1140	1139	1138	1137	1136	1135	1134	1133	1132	1131	1130	1129	1128	1127	1126	1125	1124	1123	1122	1121	1120	1119	1118	1117	1116	1115	1114	1113	1112	1111	1110	1109	1108	1107	1106	1105	1104	1103	1102	1101	1100	1099	1098	1097	1096	1095	1094	1093	1092	1091	1090	1089	1088	1087	1086	1085	1084	1083	1082	1081	1080	1079	1078	1077	1076	1075	1074	1073	1072	1071	1070	1069	1068	1067	1066	1065	1064	1063	1062	1061	1060	1059	1058	1057	1056	1055	1054	1053	1052	1051	1050	1049	1048	1047	1046	1045	1044	1043	1042	1041	1040	1039	1038	1037	1036	1035	1034	1033	1032	1031	1030	1029	1028	1027	1026	1025	1024	1023	1022	1021	1020	1019	1018	1017	1016	1015	1014	1013	1012	1011	1010	1009	1008	1007	1006	1005	1004	1003	1002	1001	1000	999	998	997	996	995	994	993	992	991	990	989	988	987	986	985	984	983	982	981	980	979	978	977	976	975	974	973	972	971	970	969	968	967	966	965	964	963	962	961	960	959	958	957	956	955	954	953	952	951	950	949	948	947	946	945	944	943	942	941	940	939	938	937	936	935	934	933	932	931	930	929	928	927	926	925	924	923	922	921	920	919	918	917	916	915	914	913	912	911	910	909	908	907	906	905	904	903	902	901	900	899	898	897	896	895	894	893	892	891	890	889	888	887	886	885	884	883	882	881	880	879	878	877	876	875	874	873	872	871	870	869	868	867	866	865	864	863	862	861	860	859	858	857	856	855	854	853	852	851	850	849	848	847	846	845	844	843	842	841	840	839	838	837	836	835	834	833	832	831	830	829	828	827	826	825	824	823	822	821	820	819	818	817	816	815	814	813	812	811	810	809	808	807	806	805	804	803	802	801	800	799	798	797	796	795	794	793	792	791	790	789	788	787	786	785	784</
-----------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-------



Quantia escriturada de inventários

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Quantia de inventários escriturados em 31/12/2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia de inventários escriturados em 31/12/2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia de inventários escriturados em 31/12/2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia de inventários escriturados em 31/12/2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia de inventários escriturados em 31/12/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Custo das matérias consumidas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Matérias consumidas em 31/12/2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias consumidas em 31/12/2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias consumidas em 31/12/2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias consumidas em 31/12/2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias consumidas em 31/12/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quantias de inventários que se espera que sejam recuperadas (pelo consumo ou pela alienação) até, e após, doze meses.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Quantia de inventários que se espera que sejam recuperadas até, e após, doze meses em 31/12/2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia de inventários que se espera que sejam recuperadas até, e após, doze meses em 31/12/2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia de inventários que se espera que sejam recuperadas até, e após, doze meses em 31/12/2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia de inventários que se espera que sejam recuperadas até, e após, doze meses em 31/12/2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia de inventários que se espera que sejam recuperadas até, e após, doze meses em 31/12/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA 11 – RÉDITO

A Empresa reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

- a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- b) Prestações de serviços - são reconhecidas numa base linear e em regime de acréscimo.
- c) Subsídios à exploração decorrentes da aplicação dos contratos programa, são reconhecidos numa base cobertura de gasto e em regime de acréscimo.



Quanto do ativo reconhecido no passado	2025		2024		2023	
	Ativo reconhecido no período	Processo fase final de recursos	Processo fase conclusiva	Processo fase conclusiva	Processo fase conclusiva	Processo fase conclusiva
Provisão de serviços	30.872.776,60	30,22%	16,28%	19.817.264,74	64,17%	6.988,8
Saldo de Cartão de Débito	37.162.482,72	44,98%	18,20%	19.491.397,63	51,79%	5.276,8
Outras provisões de serviços	111.288.913	0,26%	4,04%	127.790,00	0,04%	41.878,8
Saldo de empréstimo	11.127.141,81	33,08%	8,20%	10.140.125,11	33,65%	2.248,8
Contas a pagar	207.244,19	1,00%	6,09%	8,00	20,88%	8,8
União de Cooperativas	19.203.794,26	31,37%	50,3%	9.429.236,26	32,7%	61.418,8
Restituições contratuais	91.291,20	0,26%	0,18%	244.792,69	0,07%	30.279,8
Imp. IRRF e IR	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	40,225,8
Sociedade Recorrente	27.050,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Empreiteira	81.949,00	0,21%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
SA - CUBA	14.817,00	0,04%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outras	6,00	0,00%	0,00%	6,13	0,00%	-20,00%
Outros	4.853,00	0,01%	0,01%	113,70	0,00%	49,218,8
Outros ativos de terceiros	10.000,00	0,01%	0,00%	2.083,17	0,01%	41.978,8
Total	31.071.817,41	100,00%	18,09%	28.459.143,95	91,91%	1.276,8

NOTA 12 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS

CONTINGENTES

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável um exfluxo de recursos que incorpore benefícios econômicos eem que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Com referência a 31 de dezembro de 2025, não existiam em curso quaisquer processos cíveis, judiciais ou de outra natureza cuja expectativa da Administração e Departamento Jurídico relativamente ao respetivo

destecho fosse desfavorável para a Empresa, aspeto pelo qual não foram verificados quaisquer impactos contabilísticos naquela data em sede de provisões.

À data da apresentação de contas, a Porto Ambiente tem em curso um processo judicial, na qualidade de autora, referente a uma arbitragem envolvendo a SUMA na qualidade de ré. A decisão arbitral do referido processo foi favorável à Porto Ambiente, contudo a proposta quanto à forma e montante de concretização apresentada pela Ré não se verificou satisfatória, pelo que o processo voltou a ser devolvido aos advogados para apreciação complementar quanto às próximas opções a esgotar.

NOTA 13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando



Em conformidade com o disposto na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, que aprova o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II, é concedido um benefício fiscal, correspondente a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20 % das despesas de investimento em ativos afetos à exploração, que sejam efetuadas entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021, com um montante máximo de despesas elegíveis de 5 000 000 euros e até à concorrência de 70 % da coleta deste imposto.

Em conformidade com o disposto no Artigo 41.º - A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na determinação do lucro tributável, relativa ao período de tributação e nos cinco períodos de seguintes, pode ser deduzida uma importância correspondente à remuneração convencional do capital social, calculada mediante a aplicação, limitada a cada exercício, da taxa de 7 % ao montante das entradas realizadas até [euro] 2 000 000, por entregas em dinheiro, ou do aumento do capital social, tendo sido deduzidos os seguintes montantes:

Benefícios decorrentes do Lucro Tributável	2025			2024	
	Entrada em funcionamento	Máximo elegível	Lucro	Dedução anual	Último
Remuneração convencional do capital social (2020)	2 000 000,00	2 000 000,00	7 200	143 800,00	2025

Ativos e passivos por impostos diferidos



Com referência à data de 31 de dezembro de 2025, os eventos suscetíveis de gerar impostos diferidos ativos e / ou passivos foram contabilisticamente relevados, apresentando-se da seguinte forma:

Ativos e passivos por impostos diferidos	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor bruto	Valor líquido	Valor bruto	Valor líquido	Valor bruto	Valor líquido
Ativos por impostos diferidos	31 200,00	31 200,00	1 100,00	1 100,00	1 100,00	1 100,00
Passivos por impostos diferidos	(31 200,00)	(31 200,00)	(1 100,00)	(1 100,00)	(1 100,00)	(1 100,00)
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

A 31 de dezembro de 2025, a Empresa detinha um capital social de 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) euros, representados por 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações, com o valor nominal de 1 (um) euro cada.

As ações são nominativas, correspondendo cada uma delas a um voto, como se discrimina em seguida:

Período	Ações em circulação em 31 de dezembro		Ações em circulação em 31 de julho		Ações em circulação em 31 de março	
	Quantidade	Valor (€)	Quantidade	Valor (€)	Quantidade	Valor (€)
31.12.2025	2.745.544,00	0,00	2.745.544,00	0,00	2.745.544,00	0,00
31.07.2025	2.745.544,00	0,00	2.745.544,00	0,00	2.745.544,00	0,00
31.03.2025	2.745.544,00	0,00	2.745.544,00	0,00	2.745.544,00	0,00

Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no começo e no fim do período

A variação no número de ações em circulação até 31 de dezembro de 2025 discrimina-se no quadro seguinte:

Período	Ações em circulação em 31 de dezembro		Ações em circulação em 31 de julho		Ações em circulação em 31 de março	
	Quantidade	Valor (€)	Quantidade	Valor (€)	Quantidade	Valor (€)
31.12.2025	2.745.544,00	0,00	2.745.544,00	0,00	2.745.544,00	0,00
31.07.2025	2.745.544,00	0,00	2.745.544,00	0,00	2.745.544,00	0,00
31.03.2025	2.745.544,00	0,00	2.745.544,00	0,00	2.745.544,00	0,00

A Porto Ambiente foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, foi de 465.566,00 € (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e



seis euros), realizado por 200.000€ em capital e 265.566€ realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis.

No ano de 2020, e após obtenção do visto prévio favorável do Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 7 de agosto de 2020, a Empresa viu o seu capital social aumentado em 2.800.000 Euro (dois milhões e oitocentos mil euros), integralmente realizado em dinheiro.

NOTA 16 – SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

A presente nota incide sobre os subsídios ao investimento associados a projetos cofinanciados pelos programas POSEUR e NORTE 2030, bem como por outras fontes de financiamento de menor expressão individual, aqui identificadas como "Outros", designadamente o programa Mobilidade Verde e o Programa RecolhaBio.

O reconhecimento em resultados do período corresponde à transferência progressiva dos subsídios para rendimentos, em consonância com a vida útil dos ativos financiados e com as condições de elegibilidade e de recebimento do financiamento estabelecidas para cada projeto.

c) Receitas provenientes do Município – Limpeza de espaço público: transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do espaço público que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário;

d) Receitas provenientes do Município – Neutralidade Carbônica: transferências que visam cobrir os custos do serviço de gestão e representação do Porto, no Pacto para o Clima;

No contexto, as demonstrações dos resultados por atividade segundamente ilustradas traduzem os referidos racionais, tendo sido apuradas com base na imputação integral de todos os gastos diretos e indiretos.

	Porto Ambiente		2025				Total
	Gestão de Resíduos Urbanos	Serviços Auxiliares	Neutralidade Carbônica	Limpeza do Espaço Público	Outros		
Vendas e serviços prestados	31.200.078,79	672.697,95	0,00	0,00	0,00	21.872.776,65	
Contratos Programa	527.244,68	0,00	92.591,25	10.553.296,26	0,00	10.973.132,20	
Subsídios à exploração	32.347,06	6,78	38.662,05	2.993,22	0,00	134.009,11	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-141.230,56	-932,13	-4,36	-301.372,35	0,00	-443.639,70	
Fornecimentos e serviços externos	-10.729.844,45	-145.337,11	-37.505,93	-1.888.231,07	0,00	-13.000.918,56	
Subcontratos	-39.396,63	0,00	0,00	0,00	0,00	-39.396,63	
Tratamento de resíduos	-6.120.055,57	-100.746,24	0,00	-188.157,28	0,00	-6.409.959,09	
Aluguer de viaturas	-291.678,85	-3.637,81	-4.909,91	-304.239,68	0,00	-804.466,24	
Mão-de-obra	-744.011,74	-6.077,09	-14,19	-235.134,89	0,00	-985.237,91	
Combustíveis	-1.434.270,24	-12.481,74	-344,99	-174.329,25	0,00	-1.621.426,22	
Seguros	-200.404,77	-1.022,42	-430,27	-66.779,85	0,00	-269.637,31	
Custos trabalhos especializados	-1.297.192,16	-12.692,01	-26.343,83	-335.919,26	0,00	-1.671.148,10	
Fornecimentos e serviços externos - outros	-802.804,44	-7.859,00	-4.440,74	-383.670,33	0,00	-1.198.774,51	
Gastos com pessoal	-8.229.337,99	-83.533,25	-143.937,79	-7.388.544,08	0,00	-16.843.373,11	
Impostas de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Impostas de dividendos a receber (presta/reversões)	-130.850,58	-967,85	0,00	0,00	0,00	-131.818,43	
Custos rendimentos e ganhos	1.158.843,03	60,31	362,64	26.691,45	0,00	1.185.959,43	
Custos ganhos e perdas	-1.034.475,71	-12.914,18	-7.928,72	-25.997,16	0,00	-1.081.915,77	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.452.455,90	429.038,53	2.256,14	729.236,35	0,00	2.613.976,98	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.306.427,11	-10.543,54	-2.057,97	-625.034,84	0,00	-1.944.115,46	
Imposta de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	146.028,79	418.494,99	81,17	104.201,51	0,00	719.816,47	
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Juros e gastos similares suportados	-137.998,38	-1.605,53	0,00	-143.620,91	0,00	-283.224,82	
Resultado antes de impostos	8.230,41	416.889,46	81,17	60.580,60	0,00	435.881,64	
Imposta sobre rendimento do período	-6.230,40	-21.357,26	-81,17	-30.530,55	0,00	-40.199,38	
Resultado líquido do período	0,00	395.532,19	0,00	30.050,05	0,00	395.632,19	

Valores expressos em Euro

Maturidade das contas a receber e a pagar

Código	2025		2024	
	Valor	%	Valor	%
Contas a receber				
Cheques	1.026.050,46	3,44(20)	985.975,12	0,90(75)
Cartão de crédito	1.097.887,29	3,72(23)	1.098.979,14	10,14(87)
Outros	19.072,76	0,06	94.028,29	0,86(7)
Total	2.142.910,51	7,22	2.178.972,55	21,90
Contas a pagar				
Proveitos	41.852,17	0,19	40.116,24	0,18
Outros	1.457,48	0,01	14.483,31	0,07
Total	43.309,65	0,20	54.599,55	0,25

Gastos com o pessoal

Ao nível dos Recursos Humanos, como consequência da constituição de novas equipes de trabalho, na procura de dar resposta ao expectável aumento da produção de resíduos, bem como a internalização da limpeza urbana, o pessoal da Porto Ambiente, em 31 de dezembro de 2025, era constituído por 7.59 elementos, cujo número de colaboradores, encargo médio e variação face ao total de gastos abaixo se detalha.

Código	2025		2024	
	Valor	%	Valor	%
Gastos com pessoal				
Salários	759,00	0,00	715,00	0,00
Outros	246,92	0,00	113,20	0,00
Total	1.005,92	0,00	828,20	0,00

[Assinatura]



Código	2025		2024	
	Valor	%	Valor	%
Estado e Outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	53.256,30	0,00	53.256,30	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	54.276,62	0,00	54.276,62	0,00
Contribuições para a segurança social (CS)	286.348,35	0,00	286.348,35	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	11.929,01	0,00	11.929,01	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	305.810,28	0,00	305.810,28	0,00

Estado e outros entes públicos

Código	2025		2024	
	Valor	%	Valor	%
Estado e Outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	53.256,30	0,00	53.256,30	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	54.276,62	0,00	54.276,62	0,00
Contribuições para a segurança social (CS)	286.348,35	0,00	286.348,35	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	11.929,01	0,00	11.929,01	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	305.810,28	0,00	305.810,28	0,00

Responsabilidades por garantias prestadas

À data de 31 de dezembro de 2025, a Empresa não reconhece quaisquer provisões ou contingências para garantias a terceiros, dado não se verificarem naquela data ou ao longo do período, eventos que justifiquem o reconhecimento. Por outro lado, para efeitos de garantia do cumprimento contratual, a empresa apresenta, a seu favor, as seguintes garantias:

Valores expressos em Euro

Garantias prestadas a favor do Grupo como garantias do cumprimento contratual	31.12.2025	Valor da Garantia
Meço Portugal Com. Veículos Industriais, SA	Seguro Coução	40 259,50
ENTO PORTUGAL, S.A.	Seguro Coução	40 142,08
Leasatran Portugal - Com. Aug. Automóveis e Saúde	Seguro Coução	30 562,79
MIRAHANORAMA, LDA	Seguro Coução	33 446,83
SOMA - ENVIRONMENTAL SOLUTIONS, LDA	Seguro Coução	78 252,00
Caros Geral de Depósitos, S.A.	Depósito Coução	212 134,05
Gramp Maquinaria Industrial	Depósito Coução	27 930,00
MIRAHANORAMA, LDA	Depósito Coução	42 226,81
Douglas Natural - Com. de Gás Nat e Energia, S.A.	Garantia Bancária	78 946,80
PielFu, Lda	Garantia Bancária	305 700,00
SOMA - ENVIRONMENTAL SOLUTIONS, LDA	Garantia Bancária	16 080,00
VALFI REUT, LDA	Garantia Bancária	78 261,46
Farmada Bn, Lda	Transfêrência	34 350,00
Farmada Bn, Lda	Transfêrência	31 750,00
Hortoprospective, S.A.	Transfêrência	15 125,00
Coop-Companhia Operacional de Seguradora, Ltda, Lda	Balanço de Garantia	11 294,56
BIOSCO - Srv. Gerais Eng.ª Man.ª, SA	Balanço de Garantia	13 739,96
EUROFACTILES - SERVIÇOS INTEGRADOS, LDA	Balanço de Garantia	10 804,71
Total		1 432 120,08

Diferimentos

Valores expressos em Euro

Diferimentos	31.12.2025	31.12.2024
Ativo		
Licenças e suporte informático	61 798,15	68 630,24
Seguros	0,00	389 042,85
Licenciamento Axtak	6 793,41	5 446,81
Outros não eliminados	16 434,59	10 924,80
Total Ativo	85 177,15	411 075,72
Passivo		
Contratos Programa	-1 180 333,95	-664 913,88
Outras rendimentos com subsídios	-688 024,43	-722 602,51
Absorvimento de processo por incumprimento Contratual (em curso)	-247 350,00	-247 350,00
Total Passivo	-2 115 708,38	-1 634 866,39

Outras divulgações obrigatórias

Dando cumprimento ao previsto na alínea b) do número 1 do Artigo 66.º A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a totalidade dos honorários faturados pela sociedade de revisores oficiais de contas, no montante de 15 777 euros, respeitam a trabalhos de garantia de fiabilidades decorrentes da revisão legal das contas anuais.

O exercício de 2025 saldou-se com um resultado líquido positivo no montante de 395 652,19 Euro (trezentas e noventa e cinco mil seiscientos e cinquenta e dois euros), propondo a Administração que o mesmo seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais, no montante de 19 782,61 Euro (dezanove mil seiscientos e oitenta e dois euros e sessenta e um céntimos);
- Resultados transitados, no montante de 375 869,58 Euro (trezentos e setenta e cinco mil oitocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e oito céntimos).

Porto, 13 de março de 2026

Luís Pedro Coelho
Presidente

Katrinete
Presidente
13 de março de 2026

[Handwritten signature]



Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 23 963 994,07 euros e um total de capital próprio de 7 660 353,37 euros, incluindo um resultado líquido de 395 652,19 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 25.º, n.º 6, al. j) da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 9 de abril de 2026



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebuta

(Revisor Oficial de Contas com o nº 1023 e registado na CMVM com o nº 20160637)

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, extensão e metodologias consideradas adequadas, relativamente ao exercício findo **em 31 de Dezembro de 2025**, a atividade **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** (a Entidade) examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Durante o ano de 2025 emitimos documentos relativos às seguintes matérias: (i) parecer prévio do Financiamento por Locação Financeira para aquisição de equipamentos, (ii) parecer ao Aditamento ao Contrato-programa 2022-2025, abrangendo o ano de 2026, (iii) parecer aos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental do ano de 2025 e (iv) parecer aos Instrumentos de Gestão Previsional (de 2025 a 2029).

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas auditámos as contas da Entidade reportadas a 31 de dezembro de 2025 e, como parte dos trabalhos de auditoria, analisámos o processo de preparação e divulgação da informação financeira na referida data. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o correspondente Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios de mensuração utilizados merecem a nossa concordância.

Com referência ao exercício de 2025, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a sociedade e os membros do Conselho de Administração da Sociedade nos termos do Art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- 2º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Porto, 9 de abril de 2026

O Fiscal único



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas com o nº 1023 e registado na CMVM com o nº 20160637)

25 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento pode conter informações e indicações prospectivas (*forward looking statements*) no que diz respeito aos resultados das operações e às atividades da Porto Ambiente, bem como alguns planos e objetivos da Empresa face a estas questões, as quais foram baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão.

Estas indicações futuras (*forward looking statements*) estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitadas às alterações na regulação, na indústria, na concorrência e nas condições económicas.

Indicações futuras podem ser identificadas por termos tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projeta", "pretende"; "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as expectativas atuais da Administração, as quais se acredita serem razoáveis, os investidores e analistas são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas.

muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do controlo da entidade, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados ou subentendidos, ou dos projetados pelas informações e indicações futuras.

Alertamos ainda para o facto de que, à data de conclusão deste relatório e em consequência das atuais circunstâncias geopolíticas, o Conselho de Administração se encontra a acompanhar de forma muito atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e no Médio Oriente, face às suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, uma vez que a evolução destas situações poderá vir a ter impacto relevante na atividade da Entidade.

Advertimos assim os leitores e analistas a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras.

26 ÍNDICE ESRs

ESRS 2 BP-1 BASE GERAL PARA A ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	8
ESRS 2 BP-2 DIVULGAÇÕES EM RELAÇÃO A CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS	8
ESRS 2 GOV-5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLOS INTERNOS DO RELATO DE SUSTENTABILIDADE	11
ESRS 2 GOV-1 PAPEL DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIREÇÃO E DE SUPERVISÃO	21
ESRS 2 GOV-2 INFORMAÇÕES PRESTADAS E QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE ABORDADAS PELOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIREÇÃO E DE SUPERVISÃO DA EMPRESA	23
ESRS 2 GOV-4 DECLARAÇÃO SOBRE O DEVER DE DILIGÊNCIA ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.	24
ESRS 2 SBM-1 ESTRATÉGIA, MODELO DE NEGÓCIO E CADEIA DE VALOR	26
ESRS 2 SBM-2 INTERESSES E PONTOS DE VISTA DAS PARTES INTERESSADAS	27
ESRS 2 IRO-1 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS	29
ESRS 2 SMB-3 IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO	31
ESRS 2 SMB-3 IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO	40
ET-2 POLÍTICAS RELACIONADAS COM A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ADAPTAÇÃO ÀS MESMAS	41
ET-3 AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM AS POLÍTICAS EM MATÉRIA DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	41
ET-4 METAS RELACIONADAS COM A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ADAPTAÇÃO ÀS MESMAS	41
ET-6 EMISSÕES BRUTAS DE GEE DE ÂMBITO 1, 2, 3 E EMISSÕES TOTAIS DE GEE	42

EA-1 PLANO DE TRANSIÇÃO E CONSIDERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSISTEMAS NA ESTRATÉGIA E NO MODELO EMPRESARIAL	EA-2		POLÍTICAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS	EA-3		AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS	EA-4		METAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS	44			
EA-5 MÉTRICAS DE IMPACTO RELACIONADAS COM A ALTERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSISTEMAS	45												
EA-6 EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DE RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS	45												
EA-1 POLÍTICAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO	45												
EA-2 AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO	45												
EA-3 METAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO	45												
EA-4 POLUIÇÃO DO AR, DA ÁGUA E DO SOLO	45												
EA-5 SUBSTÂNCIAS QUE SUSCITAM PREOCUPAÇÃO E SUBSTÂNCIAS QUE SUSCITAM ELEVADA PREOCUPAÇÃO	46												
EA-6 EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO	47												
EA-5 CONSUMO ENERGÉTICO E COMBINAÇÃO DE ENERGIA	47												
EA-1 PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	EA-2		POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	EA-3		AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	EA-4		METAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	EA-5		CONSUMO DE ÁGUA GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	50
EA-5 EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	50												

E5-1 POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	50
E5-2 AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	50
E5-3 METAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	50
E5-4 ENTRADAS DE RECURSOS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	51
E5-5 SAÍDAS DE RECURSOS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	51
E1-1 PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	52
E1-2 POLÍTICAS RELACIONADAS COM A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ADAPTAÇÃO ÀS MESMAS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	52
E1-3 AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM AS POLÍTICAS EM MATÉRIA DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	52
E2-1 POLÍTICAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	52
E2-2 AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	52
E2-3 METAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	52
E3-1 POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	52
E3-2 AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	52
E3-3 METAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	52
E4-2 POLÍTICAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	52
E4-3 AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	52
E4-4 METAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSISTEMAS GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	53

E5-1 POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	53
E5-2 AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	53
E5-3 METAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	53
E5-6 EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E COM A ECONOMIA CIRCULAR GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS	57
E1-1 PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	58
E3-1 POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	58
E3-2 AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	58
E3-3 METAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	58
E3-4 CONSUMO DE ÁGUA LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	59
E3-5 EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	60
E5-1 POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	60
E5-2 AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	60
E5-3 METAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	60
E5-4 ENTRADAS DE RECURSOS LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	60
E5-5 SAÍDAS DE RECURSOS LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	60

ES-6 | EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E COM A ECONOMIA CIRCULAR | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO 61

EI-1 | PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | PACTO PARA O CLIMA 62

ESRS 2 SBM-3 | IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E A SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIOS 63

S1-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA 64

S1-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA **ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.**

S1-2 | PROCESSOS PARA DIALOGAR COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA E COM OS REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES SOBRE IMPACTOS **ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.**

S1-3 | PROCESSOS PARA CORRIGIR OS IMPACTOS NEGATIVOS E CANAIS PARA A PRÓPRIA MÃO DE OBRA EXPRESSAR PREOCUPAÇÕES **ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.**

S1-4 | TOMADA DE MEDIDAS SOBRE OS IMPACTOS MATERIAIS NA PRÓPRIA MÃO DE OBRA E ABORDAGENS PARA GERIR OS RISCOS MATERIAIS E PROCURAR OPORTUNIDADES MATERIAIS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA, BEM COMO A EFICÁCIA DESSAS MEDIDAS **ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.**

S1-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA 64

S1-4 | TOMADA DE MEDIDAS SOBRE OS IMPACTOS MATERIAIS NA PRÓPRIA MÃO DE OBRA E ABORDAGENS PARA GERIR OS RISCOS MATERIAIS E PROCURAR OPORTUNIDADES MATERIAIS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA, BEM COMO A EFICÁCIA DESSAS MEDIDAS 64

S1-5 | METAS RELACIONADAS COM A GESTÃO DOS IMPACTOS MATERIAIS NEGATIVOS, A PROMOÇÃO DE IMPACTOS POSITIVOS E A GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS 64

S1-6 | CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS DA EMPRESA 65

S1-7 | CARACTERÍSTICAS DOS NÃO ASSALARIADOS NA PRÓPRIA MÃO DE OBRA DA EMPRESA 65

S1-9 | MÉTRICAS DE DIVERSIDADE 65

S1-8 | COBERTURA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA E DIÁLOGO SOCIAL 66

S1-10 | SALÁRIOS ADEQUADOS 66

S1-11 | PROTEÇÃO SOCIAL 66

S1-9 | MÉTRICAS DE DIVERSIDADE 66

S1-12 | PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 66

S1-13 | MÉTRICAS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS 67

S1-14 | MÉTRICAS DE SAÚDE E SEGURANÇA 67

S1-15 | MÉTRICAS DE EQUILÍBRIO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL E A VIDA PRIVADA 68

S1-16 | MÉTRICAS DE REMUNERAÇÃO (DISPARIDADE SALARIAL E REMUNERAÇÃO TOTAL) 69

S1-17 | INCIDENTES, QUEIXAS E GRAVES IMPACTOS E INCIDENTES DE DESRESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS 69

G1-1 | POLÍTICAS DE CONDUTA EMPRESARIAL E CULTURA EMPRESARIAL 69

G1-1 | POLÍTICAS DE CONDUTA EMPRESARIAL E CULTURA EMPRESARIAL 69

G1-3 | PREVENÇÃO E DETEÇÃO DE CORRUPÇÃO E SUBORNO 69

G1-4 | INCIDENTES DE CORRUPÇÃO OU SUBORNO 70

G1-5 | INFLUÊNCIA POLÍTICA E ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSE 70

G1-2 | GESTÃO DAS RELAÇÕES COM OS FORNECEDORES 71

G1-6 | PRÁTICAS DE PAGAMENTO 72